proposta 33

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

FASE FASE FASE FASE FASE

SUMÁRIO

Proposta nº 33 fevereiro de 1987

Apresentação 1

1. Introdução 2

2. Em Vitória: a construção dos operários da construção 4
Equipe FASE-Vitória

3. Olhando Através dos Andaimes e Tapumes 22
Maria Cecília de S. Minayo

4. O Processo Capitalista de Produção na Construção Civil 39
Afonso Flohic

5. A Formação do Trabalhador em Construção 48
Carlos Minayo Gomez

6. Operário da Construção Civil: tema de Construção Teórica 57
Maria Cecília de S. Minayo

7. Bibliografia 61

PROPOSTA: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Conselho Editorial: Jorge E. Saavedra Durão
Jean-Pierre Leroy
Carlos Minayo Gomez
Haroldo Baptista de Abreu
Maria Emília L. Pacheco

Coordenador Editorial: Alfons Klausmeyer
Editor de Arte: Gerardo Hanna
Arte: Marcelo Riani Marques

Fotos: Lourdes Grzybowski

Redação: Maria Cecília de Souza Minayo

Revisão: Henrique de Souza Júnior

Datilografia: Cecy R. de Abreu
Elita V. de Paula

Redação: Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 286-6797

Este número é em parte produto do Seminário "Intervenções Educativas junto a trabalhadores da Construção Civil", realizado com apoio do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Assim como a **Proposta** nº 30, produzida a partir do Seminário "Formação Sindical".

APRESENTAÇÃO

O título evoca duplamente o conteúdo desta Revista. Operário em Construção *diz respeito à dinâmica de vida desses trabalhadores que criam, através de sua força, de sua inteligência e de sua cooperação, as casas onde moramos, as escola, os hospitais, as igrejas, os palácios e os grandes edifícios. Criam também as pontes, as estradas, os túneis, as hidreléticas, as grandes usinas, os portos e aeroportos. São os construtores da infra-estrutura de nossas indústrias e do espaço de nossas cidades.*

No entanto, Operário em Construção *fala ainda de outra realidade. Conta-nos a luta pessoal e coletiva desses trabalhadores para construir sua categoria e organizar a defesa de seus interesses. Seja nos momentos de greve geral ou de quebra-quebra, os Contrutores se constroem também.*

INTRODUÇÃO

O trabalho educativo junto aos Operários da Construção Civil requer compreensão da especificidade do processo de trabalho, da exploração e da dominação que acontece no setor, e das respostas organizativas possíveis para o enfrentamento do capital.

Neste número da **Revista Proposta** tentamos analisar aspectos da realidade da categoria a partir de algumas experiências de trabalho com a mesma, e de uma reflexão teórica voltada para a prática. Os textos correspondem a momentos do trabalho que as equipes da FASE desenvolvem com a categoria e apresentam algumas colocações importantes, ao lado de perplexidades e questionamentos.

O primeiro artigo, **Em Vitória: A Construção dos Operários da Construção**, consiste da narrativa de uma experiência de extremo valor. Reconstitui no quadro mais amplo das mudanças sócio-econômicas e político-ideológicas ocorridas no Espírito Santo, de 1974 a 1982, o avanço do movimento democrático e popular no Estado. No interior dessa conjuntura de crescimento industrial acelerado, a FASE (junto com outras entidades de assessoria) realiza uma intervenção educativa, contribuindo para a organização dos trabalhadores da construção. O relato retrata, de um lado, as etapas do movimento organizativo e, de outro, a participação dos técnicos da FASE, substantivando sua contribuição. O texto é particularmente elucidativo sobre as condições objetivas de organização de um setor operário que conjunturalmente pode ser estratégico (nas ocasiões de investimentos intensivos para construção de infra-estrutura industrial e urbana), mas que é extremamente sensível às crises recessivas e adversas da economia do País.

O texto seguinte, **Olhando Através dos Andaimes e Tapumes**, é uma reflexão que parte da prática de assessoria das equipes locais da FASE de Belém do Pará, Barcarena, Recife e Rio de Janeiro aos trabalhadores da Construção, realizada num Seminário de Estudos. O artigo aborda em primeiro lugar aspectos importantes, do ponto de vista da classe operária, sobre a passagem do trabalho artesanal para a industrialização no setor. É analisada, de um lado, a convivência de diferentes processos

presente particularmente no subsetor de edificações. De outro lado, o texto aborda as reações organizadas ou individualizadas dos trabalhadores às diversas formas de exploração. Na segunda parte, o artigo se debruça sobre as condições de vida e de trabalho, dando ênfase especial ao desgaste específico dos operários e às questões de segurança no trabalho. Em terceiro lugar, coloca-se uma reflexão sobre a Identidade da Categoria, **identidade** que se cria a partir da totalidade das condições de vida, mas que tem sua centralidade nas relações sociais de produção. O artigo mostra que não existe oposição e sim complementaridade na luta mais individualizada que se gesta no canteiro de obras e na organização da categoria dentro do local de trabalho, nos bairros, nos sindicatos e/ou oposições sindicais.
O terceiro trabalho, **O Processo Capitalista de Produção na Construção Civil: o Caso de Belém**, faz uma abordagem das mudanças que têm ocorrido no setor, tomando como exemplo o Estado do Pará. A partir daí o texto generaliza, através de uma reflexão teórica, fundamentada no cap. inédito do **Capital**, as formas de submissão do trabalho ao capital. A passagem do artesanato para a indústria, que na Construção Civil não ocorre nem linear nem mecanicamente, vai possibilitando a emergência do "operário" em lugar do "artista", que no entanto subsiste na "anarquia" da produção capitalista. Tal fato tem conseqüências importantes que se refletem nas formas de resistência dos trabalhadores e necessita ser bem compreendido por quem se propõe a colaborar na organização da categoria.

Por fim, temos o texto que trata da intervenção educativa na categoria em questão. Dá-se por entendido que o trabalhador se forma particularmente através da organização em torno de seus reais interesses e a partir do embate com o capital. No entanto, o artigo chama a atenção para a importância do papel do técnico-educador enquanto mediador na reflexão entre a teoria e a prática. A qualidade desta intervenção está colocada particularmente na compreensão da especificidade da categoria, de seu lugar no conjunto da classe trabalhadora e da importância estratégica de sua luta peculiar para o avanço do movimento operário.

Para terminar, a **Revista** apresenta uma resenha dos principais trabalhos escritos sobre a Construção Civil, classificando-os em quatro itens; (a) os que apresentam o setor desde uma perspectiva histórica; (b) os que têm uma abordagem quantitativa e oferecem uma macrovisão desse ramo industrial; (c) os que tomam o Processo de Trabalho como foco para analisar as relações sócio-econômicas políticas e culturais que se estabelecem entre os operários e os capitalistas em termos de subordinação e resistência; (d) os de cunho antropológico, que pretendem aprofundar o conhecimento interno da categoria a partir das falas dos trabalhadores sobre sua experiência de vida e de trabalho.

Com os textos mencionados convidamos o leitor a acompanhar conosco a construção do OPERÁRIO DA CONSTRUÇÃO.

Sagas

Em Vitória: a construção dos operários da construção

Equipe FASE-Vitória

Em 1974, a FASE iniciou um trabalho de assessoria junto ao movimento operário de Vitória. A categoria-alvo foi particularmente os trabalhadores da Construção Civil. O quadro de referência para a atuação educativa podia ser assim resumido: uma cidade em rápido crescimento populacional e industral; expansão do setor secundário da economia; um movimento político oposicionista crescente; e, acima de tudo, a presença de uma Igreja forte e marcante enquanto espaço mais significativo de liberdade e de organização.

Introdução

Há dez anos a Equipe FASE de Vitória vem desenvolvendo um trabalho educativo junto aos trabalhadores da Construção Civil. Desde a promoção dos primeiros cursos profissionalizantes, passando pelos grupos de reflexão dos trabalhadores e pela oposição sindical, até a assessoria à Diretoria do Sindicato, muitas coisas mudaram. Mudanças importantes aconteceram na realidade política brasileira a partir do governo Geisel até à autodenominada Nova República. Mudanças importantes ocorreram também no movimento sindical, desde os primeiros ensaios de reorganização dos trabalhadores até o atual surgimento das grandes Centrais Sindicais.

Neste período a Grande Vitória se transfigurou. A população cresceu 170% em dez anos: de 1969 a 1979 passou de 383 mil habitantes para quase um milhão. Seu aspecto urbano se alterou radicalmente, acentuando as disparidades entre as zonas bem servidas e embelezadas de moradia das classes média e alta e as zonas periféricas onde vivem os trabalhadores. O projeto de industrialização de Vitória não levou em conta a necessidade de criação de infra-estrutura básica para atender, pelo menos, de maneira elementar, ao adensamento da população.

Particularmente, a partir de 1974, a cidade, já tradicionalmente um porto exportador de minério, foi alvo de um projeto de industrialização rápida e de alta tecnologia, com a finalidade de transformá-la num pólo competitivo de exportação a nível internacional. Tornou-se palco de uma política de investimentos maciços para a criação de indústrias de semi-acabados de minério e para a construção do que é hoje o maior porto exportador de minério do mundo, o Porto de Tubarão. Enfim, **o conjunto do projeto de industrialização integrou Vitória definitivamente no processo de expansão do capitalismo nacional**, vinculado à organização capitalista internacional, de acordo com os objetivos da política econômica oficial a partir do governo Geisel.

Com o surgimento dos primeiros sintomas da crise econômica mundial e a evidência do fim do "milagre brasileiro", o referido projeto adquiriu conotação de prioridade e não foi interrompido, mesmo quando a crise se tornou extremamente grave e recessiva. Assim, houve uma expansão decisiva do setor secundário na grande Vitória que alterou não só o quadro econômico, mas, conseqüentemente, a realidade social especialmente no que se refere à composição das classes trabalhadoras urba-

nas, até então quase exclusivamente dedicadas ao setor terciário. Para se ter uma idéia, **a categoria da Construção Civil passou de 20.000 trabalhadores em 1974 para 33.000 em 1979 e para quase 50.000 em 1981. A partir de então, houve um drástico declínio, provocado pela redução do ritmo tanto da produção de infra-estrutura industrial como de moradias. Em 1983, a categoria se reduziu a 10.000 operários, cifra na qual permanece estacionada.**

Em termos políticos, a nível nacional começavam a se vislumbrar os primeiros ensaios tímidos da distensão do regime militar, com as promessas ainda vagas de abertura lenta e gradual do governo Geisel. No Espírito Santo o regime mantinha sua hegemonia principalmente graças à popularidade de Élcio Álvares, em cujo governo foi acelerado o projeto de industrialização referido (75-79), depois encerrado (parcialmente concluído) no governo Eurico Resende (79-83).

Como em todo o País, a conjuntura a partir da metade da década de 70 foi marcada pelo avanço da organização oposicionista ao regime militar. Em compasso mais lento cresciam as forças populares em Vitória, mas seu papel foi muito importante no conjunto do movimento social de mudança que se tornou expressivo em todo o Estado.

Para compreender o avanço da consciência democrática, que então emergiu, é importante entender a Igreja de Vitória, e sua presença muito ativa no cenário social e político local através de sua ação pastoral. Ela se tornou naquele espaço a aglutinadora indiscutível das forças sociais, políticas e populares descontentes com o regime autoritário. Sua insistência sobre o dever dos leigos assumirem tarefas sociais no mundo, principalmente na esfera do político, para transformar a sociedade, foi se traduzindo no engajamento de vários cristãos nas lutas dos bairros, do movimento sindical e nos partidos políticos.

Assim, quando em 1974 a FASE decidiu redefenir seu trabalho educativo em Vitória, encontrou como quadro de referência para atuar a situação que se pode resumir assim: **uma cidade em rápido crescimento populacional e industrial; uma perspectiva real de expansão do setor secundário; uma situação política, ainda que autoritária, com possibilidade de brechas e confrontável por um movimento social oposicionista crescente; e acima de tudo a presença de uma Igreja forte e marcante enquanto espaço mais significativo de liberdade e de organização.**

O que você vai ler agora é um relato resumido dos 10 anos da relação educativa que se estabeleceu entre os trabalhadores da Construção Civil e a FASE. Nossa preocupação principal neste texto é tentar reconstruir as etapas da intervenção educativa durante o acompanhamento do movimento da categoria.

Certamente muitos detalhes enriquecedores terão sido esquecidos e muitos fatos estão excessivamente esquematizados no relato. A vida, as angústias, as vibrações, as dúvidas vividas junto e compartilhadas ficam opacas quando passadas para o papel. Para nós vale o esforço de dar alguma contribuição para outros agentes de educação, também empenhados na tarefa de colaborar para que a classe operária conquiste seu lugar na sociedade.

Queremos realçar que este texto não tem pretensões analíticas. Seu objetivo é simples e direto: contar uma experiência e daí, evidentemente, retirar algumas conclusões para a continuidade do trabalho.

Sem dúvida estamos abertos aos comentários, às críticas e avaliações que os leitores quiserem apresentar.

No segundo semestre de 1974 duas pessoas foram contratadas pela FASE para iniciarem um trabalho de pesquisa com vistas à definição de um programa de ação em Vitória. Essa pesquisa foi a primeira do gênero realizada no âmbito da instituição. Seu objetivo específico era estudar as questões de qualificação da mão-de-obra na microrregião de Vitória, com a finalidade de apontar alternativas de intervenção educativa junto aos trabalhadores do setor secundário.

A pesquisa constatou, em primeiro plano, uma imensa carência de mão-de-obra qualificada ou semiqualificada no conjunto da força de trabalho local, apesar do desempenho do SENAI e de outros órgãos afins. O fato ganhava significância projetando -se as necessidades em razão do programa governamental de transformação acelerada da região num pólo industrial moderno e dinâmico voltado para a exportação de minério.

No setor da Construção Civil, o problema adquiria maiores proporções, pois a demanda de ,força de trabalho para construção da infra-estrutura era imediata e as deficiências, enormes. Os trabalhadores, quase todos originários da área rural, vinham atraídos pela propaganda oficial que estimulava a migração do campo para a cidade. Para eles, a vida urbana, cheia de promessas e ilusões, reservava exigências, novas relações sociais de trabalho às quais tinham que se adaptar.

Assim, levando em conta o diagnóstico indicado pela pesquisa, a equipe da FASE fez sua opção por um trabalho educativo com os operários da Construção Civil.

Os Cursos de Pré-qualificação Profissional

As necessidades imediatas evidentes dos trabalhadores levaram-nos à criação do projeto de Pré-qualificação Profissional. Cursos dessa natureza não eram realizados pelas instituições de formação profissional presentes na área e na verdade correspondiam a uma demanda concreta dos operários. Percebemos que o preenchimento das carências existentes deveria se iniciar pela capacitação técnica e de forma bem simples e acessível, sem visar especialização.

Por isso, **os Cursos Profissionalizantes tinham por meta dar aos trabalhadores uma habitação profissional básica para se inserirem com mais facilidade no mercado de trabalho como: carpinteiros, soldadores (com oxiacetileno), eletricistas instaladores, bombeiros hidráulicos e pedreiros.**

No entanto, **mais do que um fim em si mesmos, projetamos os cursos como instrumento possível de uma proposta educativa mais global.** Visávamos criar condições para o processo de organização da categoria, de acordo com seus interesses específicos. **Tentamos na proposta inicial preservar, de um lado, o atendimento à realidade imediata dos trabalhadores e, de outro, ter sempre em mira a construção de sua consciência de classe.** E nesse sentido buscamos cercar os dois âmbitos a serem atingidos: a eficiência da profissionalização básica e a reflexão mais geral sobre a identidade da categoria.

Os cursos supunham, desde o início, uma participação efetiva das Comunidades onde se implantavam. A equipe da FASE entrava em contato com a Comunidade Eclesial ou com as organizações de moradores, levava sua proposta, apresentava seus objetivos e juntos definiam os cursos a serem intalados. As comunidades assumiam a consecução do local de implantação, participavam do recrutamento dos alunos e sugeriam nomes de possíveis instrutores (profissionais com prática suficiente para transmitir aos companheiros) residentes no bairro.

Ao lado das aulas "técnicas" a programação previa um encontro semanal para debate sobre a realidade dos trabalhadores. Assim, a partir do que estavam vivenciando, eram discutidos conhecimentos sobre as leis, os direitos e uma visão crítica da sociedade. Ao mesmo tempo se estimulava sua luta pela organização nas obras e valorização da categoria.

Nos cursos eram utilizadas técnicas de dinâmica de grupo (jornal mural, secretaria, caixinha), técnicas de animação de debates (ataque e defesa, sociodrama, uso de audiovisuais) com a finalidade de estimular a participação e capacitar os participantes para a comunicação mais eficiente com seus companheiros nos grupos e nos canteiros de obra.

Em lugar do comportamento de concorrência que o processo produtivo e os cursos profissionalizantes vinculados ao patronato estimulam, buscamos trabalhar atitudes de solidariedade e a consciência de identidade de interesse entre os operários.

Nos diferentes grupos formados para aprender uma profissão, muitas lideranças do movimento sindical e do movimento popular foram descobertas e se desenvolveram.

Cursos de Legislação Trabalhista

Para os trabalhadores migrantes do campo, recém-chegados à cidade, até mesmo conseguir os documentos exigidos no mercado de trabalho é algo difícil e penoso. Essa dificuldade real os torna presas fáceis da superexploração no trabalho e indefesos contra os inescrúpulos que caracterizam o patronato da construção civil. A partir da constatação real das fraudes de que eram vítimas, a equipe da FASE montou um **Curso de Legislação Trabalhista. Esse projeto complementar aos Cursos Profissionalizantes visava dar aos trabalhadores instrumentos para defesa de alguns de seus direitos e permitir a integração das lideranças despertadas no movimento operário que começava a se reconstruir em Vitória.** Os cursos foram desenvolvidos em dezenas de grupos e comunidades, através da demanda e do interesse dos operários.

Neles eram tratadas algumas questões básicas como: Documentação, Jornada de Trabalho, Segurança no Trabalho, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho. O eixo de todo o curso era a importância do Sindicato e da Organização dos Trabalhadores.

Além de permitir aos participantes se integrarem menos ingenuamente no mercado de trabalho, os Cursos criaram condições para futuras lutas reivindicativas que se desenvolveram nos canteiros de obras.

Os Grupos de Trabalhadores

A partir dos Cursos Profissionalizantes e de Legislação Trabalhista, foram surgindo pessoas interessadas em participar de grupos mais estáveis e em pensar uma intervenção mais efetiva no meio operário. Organizamos então grupos de reflexão. Tendo sempre como referência sua realidade de trabalho, estudávamos e analisávamos juntos os acontecimentos do País que diziam respeito às lutas dos trabalhadores, buscando caminhos para o fortalecimento do movimento operário em Vitória. **Tentávamos equilibrar a discussão das questões concretas vividas no dia-a-dia com uma compreensão mais global da realidade social e análises mais amplas do sistema econômico.** Julgávamos fundamental que as duas dimensões — o imediato e o geral — estivessem de tal forma articulados que não aparecessem como momentos estanques na cabeça dos trabalhadores. Assim eles aprendiam a referir sempre sua prática ao processo social em seu conjunto.

Esse trabalho de reflexão em grupos foi essencial para a formação "mais qualificada" de lideranças e de militantes do movimento operário que lentamente começava a se articular em Vitória.

Os Grupos de Pastoral Operária

O ponto de partida da maioria das lideranças operárias surgidas em Vitória foi a Pastoral Operária. Iniciada exatamente quando a Equipe da FASE redefinia sua atuação (1974), a Pastoral Operária realizava um trabalho de "conscientização" sobre o dever cristão de transformação do mundo à luz do Evangelho, o sentido de justiça e de solidariedade e a partir daí a compreensão da estrutura da sociedade e dos direitos dos trabalhadores. Os agentes de pastoral progressivamente foram sentindo a necessidade de oferecer aos operários meios de intervenção mais realista na sociedade, pois a pastoral atingia apenas o nível da reflexão. Nesse particular **a equipe da FASE foi convidada a dar sua contribuição, isto é, a ajudar os grupos a descobrirem formas de atuação nos locais de trabalho e nos sindicatos, a conhecerem as leis trabalhistas e a se organizarem.** Assim, num trabalho cooperativo, entre os agentes de pastoral e os técnicos da FASE muitos trabalhadores começaram a formar grupos nas obras e a participarem nas assembléias do Sindicato. Os avanços posteriores do movimento dependeram essencialmente dessa soma de esforços.

Grupos nas Obras

As condições de superexploração nos locais de trabalho, características da indústria da construção civil, geravam de vez em quando manifestações isoladas de revolta, frutos de um estado de insatisfação incontido.

No entanto, como em outros Estados, o medo do desemprego e o individualismo, efeitos e causas da baixa capacidade organizativa e do pouco grau de politização, impediam que as manifestações esporádicas se expressassem em lutas organizadas. Até 1976/1977 a construção civil constituía uma categoria importante, crescente em número, mas dispersa e desarticulada.

A partir da Pastoral Operária e dos Grupos de Trabalhadores surgiram os grupos nas obras. **Pouco articulados, sem estrutura definida, sem horários prestabelecidos** — geralmente nos intervalos do almoço e na sexta-feira após o pagamento — **sem temas muito delimitados; assim começaram.** Alguns conseguiram maior duração e passaram a ser uma referência para os outros trabalhadores.

A Oposição Sindical

Dos grupos de Pastoral, dos grupos dos trabalhadores dos bairros e nas obras começou a brotar a necessidade de uma organização mais efetiva, com a finalidade de ocupar espaço mais significativo no Movimento Sindical e até mesmo ganhar o Sindicato.

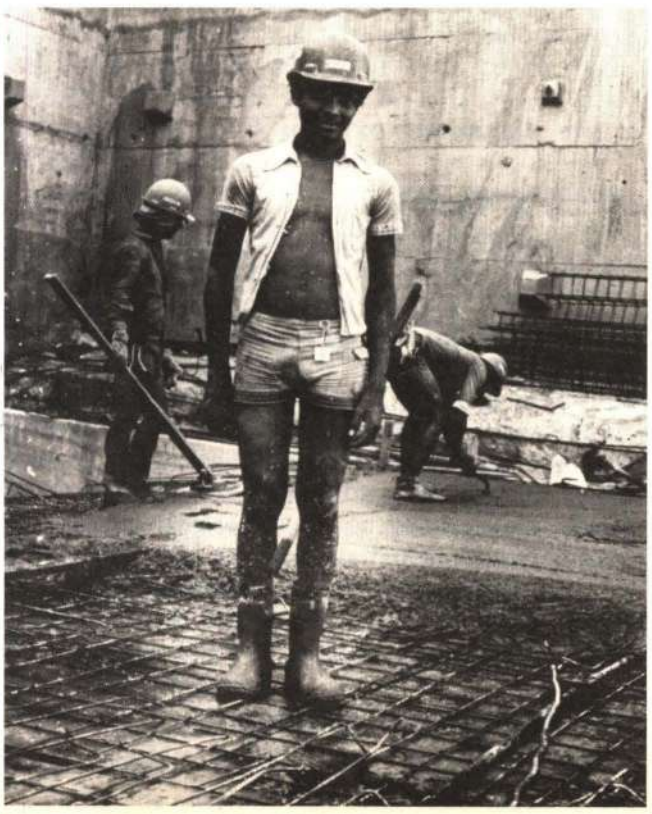
Tínhamos por princípio, no trabalho educativo, estimular a organização da categoria e, por isso, um de nossos objetivos fundamentais era incentivar e preparar os operários para intervir no seu organismo de classe. Foi difícil vencer as resistências, as desconfianças dos trabalhadores em relação ao sindicato, assim como a sua timidez e insegurança provenientes da pouca adaptação à cidade. Em todas as discussões com os diversos grupos inseríamos questões sobre o Sindicato, promovíamos cursos sobre sindicalismo, etc.

As referidas resistência e desconfiança tinham justificativas. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil era dirigido há 16 anos numa linha de perfeita sintonia com o governo e de absoluta indiferença em relação aos problemas reais da categoria. No entanto, na sua rotina, a Diretoria mantinha a prática de realizar uma Assembléia mensal para a categoria. Essa tornou-se a brecha através da qual os trabalhadores começaram a participar no Sindicato.

A interferência no Sindicato passou a ser trabalhada, organizada e avaliada. Planejávamos com eles as intervenções nas Assembléias, de forma a conseguir incluir na pauta assuntos de interesse dos trabalhadores, pois a pauta da Diretoria continha apenas questões assistenciais. Até detalhes táticos eram discutidos nos grupos: quem puxava o assunto, de que maneira devia ser introduzido, como o grupo devia intervir na Assembléia. Enfim, era um esforço para tornar a participação dos trabalhadores eficaz, inteligente e, ao mesmo tempo, um exercício democrático de liderança.

A partir de 1978, o grupo que participava das Assembléias resolveu definir sua identidade como OPOSIÇAO SINDICAL e a ter uma intervenção mais objetiva na categoria e no sindicato. Aceleraram o processo de penetração nas bases distribuindo boletins, criando mais grupos, questionando a atuação da Diretoria e encaminhando propostas cada vez mais bem articuladas para as Assembléias.

A assessoria à O.P. foi assumida por um conjunto de entidades de modo especial num momento culminante: a greve de 1979. No entanto, a assessoria mais permanente sempre foi dada pela equipe da FASE e consistia especificamente em contribuir para a organização da categoria nas obras e no sindicato. De certa forma, essa assessoria implementava o trabalho de "sensibilização" levado pela Igreja.



"(...) Antes a gente participava dos movimentos da Igreja, de comunidade de base, de Pastoral Operária, mas não discutíamos a necessidade de encaminhamento da política sindical na nossa categoria. Nós viemos descobrir o que era Sindicato, qual era o objetivo do Sindicato, foi com a contribuição da FASE. Aí a gente começou a atuar não só na Comunidade de BASE, mas dentro do Sindicato, levando propostas, encaminhando nas Assembléias e por aí nasceu chapa de oposição. (...)" (Gerson, Presidente do Sindicato, de 1980 a 1983).

"Antes da assessoria da FASE a gente já tinha trabalho de pastoral operária como Igreja e não tinha nenhum encaminhamento na luta dos trabalhadores. Assim que a categoria começou a se organizar em Sindicato foi quando passamos a conhecer a assessoria da FASE e encaminhar algumas lutas concretas no Sindicato" (Valdemar, secretário do Sindicato de 1980 a 1983 e atual presidente).

Na medida em que se constituiu e se organizou a Oposição Sindical também se tornou mais definida a contribuição específica da equipe da FASE. Passamos a intensificar a intervenção educativa no sentido da capacitação de lideranças para dar maior qualidade à sua contribuição ao movimento operário. **Tivemos dois referenciais metodológicos fundamentais. O primeiro era partir sempre das questões, dúvidas ou fatos trazidos pelo grupo. O segundo era de que os temas discutidos deveriam ser devolvidos para a prática nas obras e no Sindicato.** No entanto, essas duas bases do trabalho não impediam que houvesse momentos intensos de formação teórica para a compreensão mais integral dos trabalhadores sobre a exploração, sobre o Sindicato, sobre Leis, sobre a proposta da Oposição Sindical, etc. Um desses espaços privilegiados foi o encontro (patrocinado pela FASE) dos trabalhadores de Vitória com a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo para troca de experiências. Esse evento abriu caminho para uma articulação mais rápida da Oposição Sindical em Vitória.

De qualquer forma, como todo o trabalho visava um adevolução à categoria e ao sindicato, também a forma de efetivação desse retorno era preparada e avaliada.

Ao lado da intervenção nos grupos houve um tipo de atuação difícil de se medir, mas que consideramos muito importante: foi o trabalho de atenção individual dada aos operários, no qual a equipe se empenhou. Consistiu numa prática permanente de contato pessoal, de amizade, de visitas, de conversas informais, onde se buscava preencher as lacunas que a formação de grupo deixava na capacitação das lideranças. Foram horas e horas

de discussão, de trocas de idéias com cada trabalhador. Houve momentos de leitura conjunta de algum artigo, algum livro, de treinamento de leitura e de escrita. Isto é, houve um longo investimento individual em lideranças, com a finalidade de troná-las aptas a assumir seu papel no movimento.

Quando o grupo de Oposição Sindical decidiu participar com uma chapa própria nas eleições sindicais de 1980, colaboramos no clareamento dos pontos da plataforma de trabalho, nas discussões das táticas a serem adotadas, no alerta sobre os cuidados a serem tomados antes do registro da chapa (por causa das artimanhas que as chapas da situação costumam desenvolver para impedir a consolidação da chapa), nas formas de divulgação, etc.

Em resumo, podemos dizer que esse trabalho, lento e paciente, amadurecido no decorrer do tempo e nas lutas e dificuldades do encaminhamento, constituía um investimento educativo de longo prazo. Ele não visava apenas ganhar o Sindicato, mas, na sua essência, revelar aos trabalhadores seu potencial tranformador, na medida em que aprendessem a pensar a própria prática produtiva e transformassem em lutas organizadas os anseios da categoria. Cremos que os resultados do avanço da categoria podem ser medidos pela greve de 1979, pela conquista do Sindicato em 1980, mas, particularmente, pela emergência de uma nova consciência no sindicalismo capixaba.

A greve de 1979

A assessoria que acompanhou os momentos de mobilização da categoria, de construção da Oposição Sindical e de tomada do Sindicato teve um papel inquestionável. Ela tentou sempre conciliar o atendimento à realidade imediata dos trabalhadores e ter em mira a construção de sua consciência de classe. Os referenciais metodológicos fundamentais consistiram em partir sempre das questões, dúvidas ou fatos trazidos pelo grupo, refleti-los e devolvê-los para a prática nas obras e no Sindicato.

O Movimento Crescia

Como já nos referimos anteriormente, Vitória cresceu a partir de 1970 e sua fisionomia se alterou. A tradicional "cidade-presépio" deu lugar a uma nova configuração do espaço urbano marcado pelo gigantismo dos empreendimentos industriais e por uma periferia de ocupação desordenada.

A falta de atendimento a qualquer projeto de infra-estrutura urbana para servir à população trabalhadora vinculada ao programa de industrialização levara a um estado de "tensão social". Os movimentos e as organizações em torno das reivindicações por equipamentos urbanos cresceram em 1978 e 1979: lutas por saneamento básico, postos de saúde, escolas, transporte coletivo. As respostas do Estado, quando não repressivas, pautaram-se pela indiferença ou pelo atendimento parcial.

As forças políticas do autoritarismo ainda detinham a hegemonia do Estado. No entanto, consolidavam-se, no interior do movimento popular, as forças de oposição lideradas pela Igreja de Vitória. O crescimento democrático que se efetivava a nível regional estava em sintonia com o que acontecia no País. A nível nacional, o movimento sindical tinha conseguido avanços significativos, encabeçados pelas mobilizações e ações grevistas do ABC paulista. O espaço de movimentação política se ampliava para a sociedade civil na mesma medida em que se acentuava o enfraquecimento do esquema de poder vigente. Seu distanciamento dos anseios da sociedade se aliava à incapacidade de enfrentar a crise econômica.

Esse foi o contexto da histórica greve dos Trabalhadores da Construção Civil de Vitória em 1979.

Por que Parar as Ferramentas?

A categoria da Construção Civil contava com 33.000 trabalhadores. Seu crescimento em número,

porém, não se expressava na melhoria de condições de trabalho. Os patrões, acobertados pela omissão do Sindicato e do Ministério do Trabalho, encontravam formas sempre antigas e sempre novas de preservar e aumentar seus lucros.

A respeito das condições de trabalho, o que vamos relatar certamente nada tem de novidade, mas gostaríamos de enumerá-las por três motivos. O primeiro é demonstrar a universalidade das formas de exploração no setor. Segundo, reafirmar a certeza de que só a pressão dos trabalhadores consegue minorar a superexploração. Terceiro, queremos deixar claro que o desenvolvimento e crescimento industrial não significam melhoria de vida para a classe operária, a não ser quando ela garante sua participação no desenvolvimento através da luta organizada.

A legislação sobre a segurança não era respeitada. Os trabalhadores eram obrigados a trabalhar em andaimes sem proteção. Os EPI (luvas, botinas, capacetes) não eram fornecidos aos trabalhadores e quando os recebiam eram descontados nos seus salários. A situação era tão precária que, na ocasião, Vitória detinha um dos mais altos índices de acidentes de trabalho na construção civil do País.

Não havia banheiros e água potável suficientes para atender aos trabalhadores e os refeitórios, quando existiam, eram barrações imundos.

Muitos trabalhadores não tinham carteira assinada e, geralmente, as empresas mantinham-na em seus escritórios indefinidamente. Além disso, os trabalhadores eram classificados em funções diferentes das que de fato exerciam.

As jornadas de trabalho eram absolutamente sem controle. Havia casos, não raro, de os trabalhadores emendarem todos os fins de semana. Muito comum era a jornada ininterrupta (dia e noite) para avançar o serviço.

Com relação às ventuais doenças dos operários, as empresas mantinham a prática de não aceitar atestados dos médicos do INPS, mas apenas dos médicos da própria empresa. Estes permaneciam pouco tempo nos locais de trabalho e raramente dispensavam os trabalhadores doentes.

As disparidades salariais eram gritantes. A falta de um piso mínimo levava a que houvesse diferenças enormes entre as diversas funções. Isso criava um clima de concorrência entre eles. Além dos pagamentos serem muito baixos, havia várias formas de como as empresas burlavam os trabalhadores. Por exemplo, o pagamento em cheque na sexta-feira fazia com que o trabalhador só recebesse na semana seguinte, enquanto o patrão investia no fim de semana.

Além de todos os fatos mencionados acima, havia a questão do tratamento dispensado aos operários por muitos mestres e engenheiros. A relação era marcada pelo abuso de autoridade e pelo desrespeito, o que aumentava a tensão e a revolta.

Às condições de superexploração e de autoritarismo no canteiro de obras somava-se a precariedade das condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias: moradias e alimentação deficientes, bairros sem saneamento básico e sem infraestrutura urbana. A questão do transporte coletivo nesse conjunto de problemas era a que mais afetava diretamente os operários. Eles viajavam em caminhões do centro da cidade para as obras mais distantes. Em abril de 1978 o DETRAN-ES proibiu esse tipo de condução, tornando obrigatório os ônibus. No entanto, as empresas se negaram a cumprir a determinação do DETRAN.

É frente a esse quadro de problemas que começou a atuação da Oposição Sindical. A partir de 1978 a pressão sobre o Sindicato aumentou no sentido de fazê-lo assumir as questões da categoria. A primeira reivindicação significativa teve como problema central o transporte dos trabalhadores. Na verdade, o Sindicato não assumiu devidamente a causa e os patrões endureceram sua posição de não fornecer ônibus aos operários. Essa luta não avançou muito mas permitiu uma mobilização maior dos trabalhadores para discutir um aumento salarial para a categoria.

Conversando com os companheiros nas obras e nos grupos, a Oposição Sindical chegou à proposta de um piso salarial encaminhada ao sindicato e aprovada em Assembléia Geral. Em novembro de 1978 foi criada uma Comissão de Negociação. Contudo, o Sindicato, amedrontado, foi travando o avanço da discussão e não chegou, de fato, a encaminhar uma real negociação com os patrões. Durante meses a proposta não avançou.

Em maio de 1979 acirrou-se mais a relação da Oposição Sindical com o Sindicato. O grupo conseguiu colocar em Assembléia 1.000 trabalhadores que aprovaram uma proposta de piso salarial de 3.600 cruzeiros quando o salário mínimo estava em 2.268 cruzeiros. A Diretoria se viu obrigada a aceitar o encaminhamento da reivindicação, mas na realidade não a levou adiante. Somente em agosto de 1979 as negociações foram retomadas, tendo na Comissão de Negociação um membro da Oposição Sindical. Os patrões não aceitaram a proposta de reajuste nem a idéia de estabelecer um piso salarial. As reuniões terminaram num impasse.

No dia 2 de setembro foi realizada uma assembléia para decidir sobre o encaminhamento seguinte. A diretoria sindical propunha o pedido de Dissídio Coletivo na Justiça. A Oposição defendia a Greve como única forma de pressionar os patrões para atender às reivindicações. Após muitas discussões, pressões e contrapressões, realizou-se a votação das duas propostas apenas pelos associados presentes. Venceu por 93 contra 84 a proposta de Greve.

A pequena diferença com que saiu vitoriosa a Oposição levou o presidente do Sindicato a não assumir a Greve. Alegava o risco de divisão da categoria. E no calor da luta transferida dos patrões para a face mais avançada do movimento, ele passou o comando para o líder da Oposição: "Então Valdemar, você assume!" A partir daí os operários da Oposição, oficiosamente, tomaram em suas mãos o destino do Sindicato.

O Sabor da Vitória em Vitória

A Oposição Sindical assumiu o comando dos acontecimentos. Do sindicato os trabalhadores saíram em passeata passando em frente aos principais centros de comunicação para chamar a atenção dos jornais, das rádios e da televisão. A caminhada terminou no Palácio Episcopal, onde realizaram outra assembléia para escolher o comando de greve.

A partir daí o Comando, formado por trabalhadores de várias empresas, liderou o movimento. Os patrões, tomados de surpresa, não colocavam fé no poder dos grevistas. Mas, ao mesmo tempo, recusavam-se a reconhecer o Comando e só aceitavam negociar com a Diretoria Sindical. A força do movimento acabou por convencê-los a reconhecer os porta-vozes escolhidos pelos operários. Nesse momento foi necessária e importante a mediação da Federação dos Trabalhadores da Indústria.

A greve durou 10 dias. Conseguiu parar 90% da categoria e obteve um grande apoio popular, o que deu origem a um forte Comitê de Solidariedade. Suas principais conquistas foram:

- data-base para a categoria;
- reposição parcelada dos salários entre setembro e dezembro (quando chegariam a um reajuste reivindicado pelos trabalhadores);
- uniforme pago pelo empregador;
- os trabalhadores reporiam apenas 24 horas das 64 em que ficaram parados;
- o compromisso de retomada de discussão para novo acordo salarial em janeiro de 1980 (realmente não foi cumprido).

Entretanto, **o saldo mais importante deste movimento, passados 34 anos da última mobilização da categoria, foi o despertar do Movimento Sindical no Estado. Os dias de greve marcaram a história do Movimento Sindical do Espírito Santo e desencadearam uma reviravolta no comportamento dos trabalhadores que vinham tentando se organizar há algum tempo. A greve e a vitória mostraram às lideranças sindicais e populares uma possibilidade de ação conjunta e a complementaridade de seus âmbitos de luta.** Além disso, perceberam eles que um novo espaço se ampliava à sua frente.

Assessores, para quê?

Durante a greve tornou-se mais que nunca importante o trabalho de assessoria jurídica assumido pelos advogados da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Os operários não dominam as artimanhas da Lei, das quais costumam se servir os empresários para derrotá-los.

Além disso, foi desenvolvido um trabalho de educação e apoio por um conjunto de entidades, dentre as quais a FASE. **O assessoramento consistia na discussão de todas as questões que envolviam a greve: preparação da divulgação do movimento, discussão sobre arrecadação e aplicação do Fundo de Greve, análises sobre o andamento das negociações com o Comando de Greve, etc.**

Temos certeza de que era e foi fundamental o exercício de uma assessoria bem preparada e comprometida com a luta, ao mesmo tempo que respeitadora da própria dinâmica do movimento e das decisões dos trabalhadores.

Tratava-se de uma liderança pela primeira vez confrontada com uma luta de cunho urbano-industrial em momento crucial da história operária de Vitória. Nas assembléias iam de mil a seis mil trabalhadores. Tratava-se de um movimento de massas inédito no Espírito Santo, tanto em número como pelo seu poder de mobilização e de catalização de alianças. Nas mesas de negociação os patrões usavam suas armas econômicas, políticas e jurídicas. Para a liderança era um aprendizado intenso e acelerado. À assessoria cabia o papel de dotar esses trabalhadores do máximo de instrumentos possíveis e úteis.

Não podemos omitir, no entanto, que **a GREVE foi o momento culminante de um trabalho pacientemente urdido e tramado no cotidiano da luta operária e no serviço educativo da assessoria. Ela foi o fruto de um longo processo de formação e consolidação da Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil.**

A Assessoria Jurídica na Implementação da Luta

A situação em que se encontravam os Trabalhadores da Construção e a sua disposição para a luta formavam um cenário apropriado para o avanço da Oposição Sindical. O comprometimento excessivo da Diretoria do Sindicato com o sistema de superexploração se revela na sua repetida omissão quanto ao encaminhamento das reivindicações salariais e de mudanças de condições de trabalho da categoria. Esse fato abria um espaço decisivo para a chapa que se constituiu (a Chapa 2) a partir da Oposição em 1979. Composta por trabalhadores de diversas empresas, ela garantia ampla representatividade. Ao mesmo tempo, a partir do clima de solidariedade criado por ocasião da greve já citada, a chapa conseguiu vasto apoio político e popular.

Da parte da "situação", vale lembrar o grave erro tático do presidente do Sindicato, ao abandonar o movimento grevista nas mãos da Oposição. A partir daí sua incompetência para liderar os trabalhadores e seu alinhamento com os patrões ficaram patentes e significou o início da derrota.

Entretanto, havia ainda um corredor de obstáculos a serem vencidos! **Começavam pelos artifícios jurídicos que parecem existir para dificultar aos trabalhadores o controle da sua organização de classe.** Esse desafio, aparentemente simples, mas extremamente complicado para os operários com as características do trabalhador de construção, exigiu uma ação educativa específica a nível da assessoria jurídica.

O tipo de orientação a ser encaminhada foi amplamente discutido. Chegou-se à conclusão de que o **fundamental seria esclarecer e capacitar os trabalhadores para compreender e saber lidar com as questões legais que se colocam no decorrer de suas lutas.** Neste sentido, toda a equipe deveria entender e desenvolver um trabalho de assessoria jurídica. Por outro lado, as questões mais complicadas seriam encaminhadas por um advogado. O importante era preservar a participação dos trabalhadores para que compreendessem e discutissem todos os passos dos processos: documentos, petições, resposta da Justiça, etc. Desta forma, **nesta etapa da luta, a ação educativa implicava uma capacitação jurídica e toda a "ação jurídica" em sentido estrito se transformava em campo de conhecimento e de embate.** Noutras palavras, a partir de determinado ponto as questões jurídicas passaram a fazer parte da luta diária da Oposição Sindical.

Trocando em miúdos, a primeira reação que as chapas oposicionistas constumam enfrentar é a impugnação de vários nomes, o que usualmente cria embaraços para a divulgação da mesma. Felizmente, o grupo em questão esteve isento desse tipo de problema.

Foram tomados todos os cuidados na elaboração de modelos e fichas para facilitar a inscrição dos candidatos a cargos, a partir de discussões preliminares sobre as condições legais exigidas para participar de uma chapa.

Os problemas maiores surgiram no período de eleição. O primeiro escrutínio — realizado a 29 de setembro de 1979 — não conseguiu o quórum exigido, como é comum acontecer em eleições sindicais. No segundo escrutínio a Oposição Sindical venceu, mas a diretoria requereu a anulação das eleições. Assim, conseguiu permanecer no Sindicato até o fim do ano. Novas eleições se realizaram em 3 de fevereiro de 1980. Tendo a Diretoria reduzido excessivamente a lista dos eleitores, a eleição terminou sendo anulada. Depois de constatar diversas irregularidades no Sindicato, o Ministério do Trabalho nomeou uma Junta Interventora. As eleições ficaram suspensas até a metade do ano.

Durante o período de intervenção, a Oposição Sindical se manteve ativa. Passou a cobrar dos interventores a prestação de contas das finanças do Sindicato, o encaminhamento da negociação salarial que deveria ter sido retomada em janeiro, e também a realização de novas eleições sindicais.

Em todas estas questões a assessoria jurídica teve uma presença intensa na defesa dos trabalhadores, no planejamento das ações e na elaboração de documentos para serem encaminhados à Delegacia do Trabalho, à Justiça ou à Junta Interventora.

Voltamos a reafirmar: em todas as questões jurídicas, a participação dos trabalhadores foi indispensável. Eram desafiados a compreender todo o processo em que estavam envolvidos e, assim, conhecer de perto as limitações que o sistema dominante impunha sobre eles, a partir das artimanhas e exigências da legislação.

Durante todo esse período os trabalhadores aprenderam a lidar com ofícios e documentos. Descobriram veredas do mundo da burocracia e das leis. Feito tudo isso, não como um exercício intelectual, mas no interior de sua luta, a experiência serviu-lhes para o mandato futuro e para encontrar formas de ir além da lei a serviço da causa operária.

Direção Sindical:
O Dilema entre a Burocracia e a Dinamização da Categoria

A 4 de agosto de 1980, tomou posse, cheia de expectativas, a nova Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Carente de experiência, idealizando o Sindicato como um lugar de organização do movimento operário, a equipe não imaginava o alcance e o peso de toda a estrutura sindical. Parecia que tudo estava montado para dificultar o encaminhamento das lutas essenciais da categoria.

Na verdade, a montagem do Sindicato contém toda a complexidade de uma empresa: contabilidade, empregados, serviço jurídico, bolsas de estudo, além das atividades assistenciais. A nova diretoria percebia que sua responsabilidade administrativa seria testada com mais rigor pela fiscalização do Ministério do Trabalho. Além disso, havia várias irregularidades que só progressivamente foram sendo descobertas. Havia, por exemplo, funcionários que tratavam mal os trabalhadores e advogados que os ludibriavam, aproveitando-se de sua pouca experiência com a legislação trabalhista. Assim, foi necessário ampliar significativamente a assistência jurídica já nos moldes dos interesses operários.

Financeiramente não havia problemas. O imposto sindical recolhido de uma base de 35 mil empregados dava para manter toda a estrutura durante o ano.

As dificuldades enfrentadas estavam, de um lado, em tornar o aparelho burocrático em real serviço à categoria e, de outro, na experiência administrativa da qual todos careciam.

Acostumados, na produção, a ter sua vida regulada fora deles mesmos, os novos diretores muito lentamente foram adquirindo hábitos de autodisciplina, de organização, divisão e programação de suas atividades.

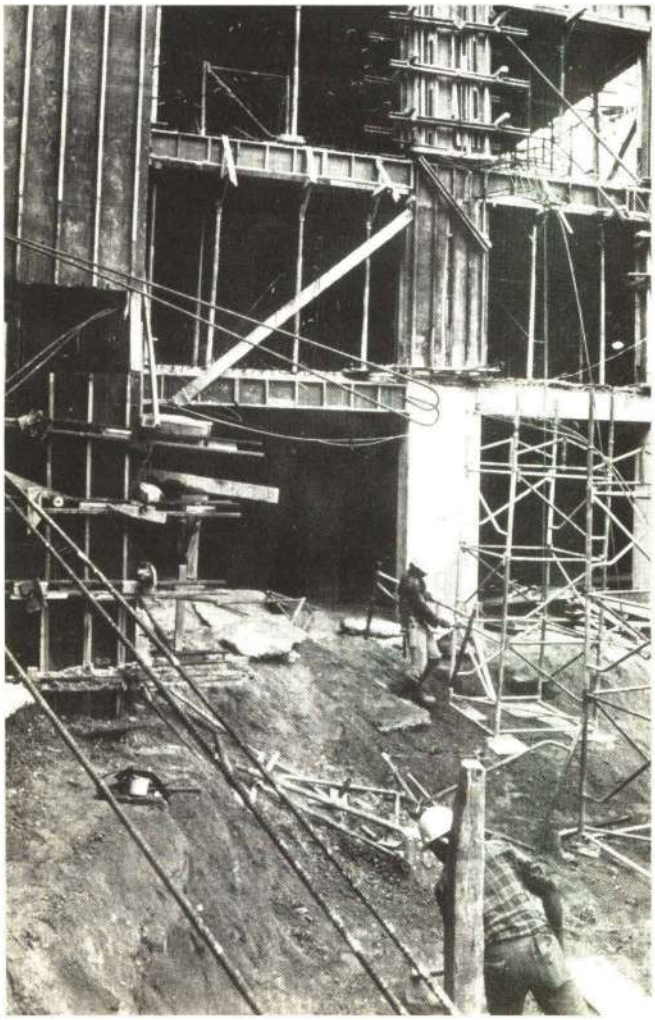
Um segundo problemas poderíamos denominá-lo "senso de comando". **A experiência da fábrica e do canteiro de obras,** todos sabemos, **é a da submissão e da rotina que matam a criatividade e a liderança dos operários.** Lidar com funcionários, exigir, cobrar tarefas é um dos impasses de uma diretoria cuja experiência anterior de movimento iguala a todos em responsabilidades e objetivos. Assim, a ambigüidade de agir como patrão e de se identificar ideologicamente com os funcionários levou os dirigentes a diversas situações difíceis que variaram entre dar extrema liberdade e inabilidade no tratamento com os empregados.

Falar desse tema é falar de um dos mais difíceis aprendizados para uma Diretoria combativa. Não é fácil — por todos os motivos já assinalados da prática produtiva dos operários que os submete não apenas econômica mas também ideologicamente — não é fácil, repetimos, administrar com eficiência um Sindicato e estar a serviço dos trabalhadores. Tal experiência representou um ponto crucial para os dirigentes quando se exigiu deles um confronto direto com os advogados, pessoas a quem estavam acostumados a ver e tratar como "doutores", mas cuja prática de ludibriar os operários teve que ser questionada.

Outra ilusão que alimentaram os dirigentes combativos é relativa à questão financeira. Eles pensavam que, a partir de sua posição de comando, poderiam realizar inúmeras atividades de mobilização da categoria. No entanto, a fiscalização do Mi-

nistério do Trabalho sobre a contabilidade impõe sérias restrições ao tipo de despesas que o Sindicato pode realizar. Mesmo quando a situação financeira é boa (como foi entre 1980 a 1983), as possibilidades de investir na mobilização da categoria requerem criatividade no uso dos itens do orçamento. Primeiro, os diretores têm que aprender a lidar com o montante e com as possibilidades de gastos, dentro das rubricas. Depois, têm que aprender a usar o dinheiro na organização e dinamização dos trabalhadores, ajustando-se ao processo de contabilidade. Todas estas questões: aprender a movimentar muito dinheiro e usá-lo em benefício da categoria, fazer previsões orçamentárias, foi um aprendizado difícil, mas importante, particularmente depois de 1983, quando a receita dada pelo Imposto Sindical se reduziu drasticamente, devido à baixa da categoria em mais de 70%.

A necessidade de atender aos trabalhadores dentro do Sindicato, a exigência de comparecer à Junta de Conciliação e Julgamento para audiência e as homologações de rescisão de contrato envolveram e consumiram a maior parte do tempo dos dirigentes. Isso prejudicou enormemente sua atuação direta e sua presença nos canteiros de obra.



É interessante, do ponto de vista do avanço do movimento sindical, aproveitar essa crítica das teias e emaranhados da burocracia sindical. Parece que tudo está formalizado para enredar os diretores numa rotina de serviço que transforma a entidade de classe num aparelho que reforça a situação de dominação e exploração dos trabalhadores. No caso de Vitória, ficou notório que o funcionamento de rotina da burocracia sindical emperrava o avanço da proposta de construção de um Sindicato mais democrático. O grau de participação da categoria não cresceu depois da posse da nova direção. Houve queda nos contatos com as bases, escassearam as visitas às obras e não se criaram novos grupos de trabalhadores. Mais ainda, os existentes anteriormente deixaram de se reunir.

A credibilidade dos novos dirigentes, não obstante todas as dificuldades, era alta no interior da categoria. Foi decisivo para isso o seu desempenho por ocasião das campanhas salariais. A mobilização e a organização dos trabalhadores ficaram patentes aí, o que permitiu ganhos reais a partir das reivindicações apresentadas. Constituíram-se nos momentos mais expressivos da nova Diretoria Sindical.

As Campanhas Salariais

Com a luta vitoriosa de 1979, o momento da Campanha Salarial adquiriu importância especial para a categoria. O apoio maciço de vários setores da sociedade e a vitória conseguida estimularam a luta. Além disso, apesar das pequenas conquistas a situação econômica e social dos trabalhadores era tão insatisfatória que, por si só, proporcionava bom motivo de mobilização. Esse espaço revelou-se então um momento privilegiado de crescimento da consciência da Diretoria e da categoria como um todo.

Do ponto de vista mais amplo, a Campanha Salarial dos trabalhadores da construção civil se transformara num símbolo de união e núcleo de irradiação para o movimento sindical e popular no Espírito Santo. A negociação de 1979 fora um sucesso, levando-se em conta que sua condução se dera pela liderança do movimento oposicionista e não pela Diretoria do Sindicato. Como já se referiu anteriormente, ela teve o reflexo de todo o movimento popular de Vitória.

A negociação de 1980 teve uma preparação muito rápida, porque se deu poucos dias depois da posse da nova Diretoria. Mesmo assim, foram conseguidos, além do reajuste legal, um índice de produtividade de 5% para os trabalhadores de 1 a 3 salários mínimos, 3% para os de 3 a 10 salários e de 2% para os que recebiam acima de 10 salários. Foi

conseguida, também, a estabilidade de um ano para os delegados sindicais.

Em 1981, a negociação foi mais difícil. Após um mês de tentativas, apenas três cláusulas haviam sido negociadas com os patrões. Tendo em vista o impasse, o sindicato declarou-se em assembléia permanente, até que, no fim de outubro, aconteceu a greve. A partir daí foram obtidas algumas conquistas importantes para a categoria: reajuste de 14,99% (maior do que o reajuste oficial), produtividade de 5,7% (haviam reivindicado 15%) e o número de delegados sindicais foi ampliado para 10.

Em 1982, a negociação foi mais pacífica. Os trabalhadores conseguiram consolidar o que já haviam conquistado. Asseguraram um piso salarial por função dentro da categoria, ponto altamente polêmico desde o início das mobilizações de 1978. No entanto, a Comissão de Negociação cometeu uma ingenuidade que não lhe foi perdoada. Aceitou um convite dos patrões para um almoço conjunto. Esse fato foi amplamente divulgado pela imprensa e a negociação, politicamente, teve um saldo negativo. Os patrões usaram o piso para reduzir o salário na contratação de novos trabalhadores. Além disso, diziam que isso era uma ordem do sindicato. Isso gerou um desgaste muito grande da diretoria. Desta forma, os patrões aprenderam a tirar proveito para si das negociações com o sindicato, além de desacreditar os representantes dos trabalhadores através de armas muito mais sutis e suaves de dominação.

As campanhas de 1983 e 1984 foram marcadas pela desativação da Construção Civil em Vitória. As grandes obras estavam encerradas e a categoria reduziu-se drasticamente. Na realidade, a participação dos trabalhadores foi pequena. A categoria apenas conseguiu assegurar as conquistas alcançadas anteriormente.

O que pudemos observar no conjunto das Campanhas Salariais é que, de certa forma, elas são o retrato das organizações dos trabalhadores. O poder de negociação da categoria está em relação direta com seu peso econômico em determinada conjuntura e com suas condições mínimas de articulação. Quando falamos em "peso econômico" referimo-nos a dois aspectos: o caráter estratégico de determinado setor na economia e sua expressão numérica. **A construção civil, embora fundamental e indispensável num processo de expansão econômica, não é um setor propriamente estratégico a não ser excepcionalmente.** Neste sentido, pode-se perceber aí uma das causas de sua fraca capacidade de reivindicação (e não apenas pela baixa politização dos trabalhadores, fato que é mais efeito do que causa). Por outro lado, o número de trabalhadores empregados cria condições de mobilização que podem fazer a categoria impor sua força. Claro que essa expressão numérica está ligada ao valor excep-

cionalmente estratégico que o setor desempenha na criação da infra-estrutura para a implantação de indústrias.

No Espírito Santo foi isso que aconteceu no final dos anos 70. O setor da construção civil além de crescer em número, passando, de 1975 a 1982, de 25 mil para 45 mil trabalhadores, estava ligado a áreas política e economicamente estratégicas. Por um lado, o subsetor da construção pesada estava comprometido com obras consideradas essenciais para a economia nacional, como a Campanhia Siderúrgica de Tubarão. Por outro lado, o subsetor de edificações, construindo os grandes conjuntos do BNH, passara a ter sua importância definida pela necessidade crescente de gerar habitações para a aglomeração urbana que se multiplicara muito mais rapidamente do que a Grande Vitória poderia suportar.

Da parte dos operários não é apenas a sua importância enquanto função social que determina sua mobilização. Tornam-se necessários elementos que possibilitem a articulação da categoria: uma liderança central (em 1979 a Oposição Sindical e a partir de 1980 a Diretoria Sindical) **que seja ponto de referência para o potencial mobilizador dos trabalhadores e lideranças intermediárias que se constituam em fio condutor da energia entre as bases e a direção.**

Essas referidas condições só se deram conjugadas nas campanhas de 1979, 1980 e 1981. Antes, havia o peso econômico mas faltavam lideranças. Depois, havia lideranças mas a categoria foi dizimada pelo desemprego em massa.

No que se refere à Construção Civil, pensamos que a conjunção dos dois fatores só se dá muito excepcionalmente.

A Campanha Salarial de 1981: Um exemplo do Processo de Organização

Em 1981, a Construção Civil empregava quase 45 mil trabalhadores em Vitória. Sendo a primeira a ser encaminhada a partir da nova Diretoria Sindical, a Campanha Salarial desse ano mereceu um cuidado especial na preparação. Vamos aqui tentar recompor os passos seguidos na organização e realização da mesma. Foi sem dúvida a mais bem encaminhada pelo Sindicato, o que não significa, necessariamente, a mais bem sucedida. Todos sabemos que o êxito das Campanhas não depende apenas da preparação delas, mas de uma série de fatores que demonstram, conjunturalmente, a correlação de forças entre o capital e o trabalho. Vejamos as diversas etapas de preparação:

a) no início de 1981, dois diretores foram a São Paulo conhecer a experiência da campanha salarial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Buscaram informações sobre como é feita a preparação, a divulgação e a mobilização da categoria. Contataram o DIEESE para a realização de uma pesquisa, em Vitória, para subsidiar a Campanha. Não conseguiram o levantamento desejado;

b) conseguiram do Sindicato dos Economistas uma equipe de assessoria econômica para realizar estudos sobre o desempenho econômico da Construção Civil em Vitória e análise dos salários dos trabalhadores do setor;

c) a Diretoria iniciou uma série de reuniões para discutir os diversos aspectos da Campanha, tendo como apoio os estudos realizados pelos economistas;

d) o sindicato elaborou e aplicou um questionário para levantamento das despesas familiares dos trabalhadores para servir de base aos cálculos das reivindicações salariais;

e) realizaram-se reuniões nos bairros para discussão com os trabalhadores das propostas para a preparação da minuta da negociação.

Foi aberta oficialmente a Campanha 60 dias antes da data-base, quando se formalizou a delegação à Diretoria para convocar o Sindicato Patronal para a Negociação, escolheram-se os componentes da Comissão de Negociação, da Comissão de Finanças e da Comissão de Divulgação. Também foram levantados os pontos para compor a minuta de reivindicações.

Após a abertura oficial começaram as reuniões das comissões para organizar o trabalho. Iniciaram-se também as assembléias da categoria, realizadas quinzenalmente. Nelas se aprovava a redação da minuta, se discutia o andamento das negociações e as contrapropostas patronais.

Na verdade, as negociações não avançavam porque os patrões não queriam reconhecer a legitimidade da representação do Sindicato sobre os outros municípios da Grande Vitória e queriam tratar as questões em separado com a Federação dos Trabalhadores da Indústria, tendo-os como únicos representantes dos outros municípios. Em vista disso, os trabalhadores entraram em greve com adesão quase total da categoria.

Depois de seis dias de movimento começou a se esvaziar, com o retorno de muitos operários ao trabalho. A Assembléia decidiu pelo encerramento da greve.

Com o retorno ao trabalho, a Comissão de Negociação tentou fazer o possível para obter algumas conquistas, mas na verdade elas foram pequenas em relação a todo o movimento realizado. Embora as circunstâncias o exigissem, muitos trabalhadores acusaram a diretoria de medo, de ter recuado frente aos patrões e da ameaça de intervenção do Ministério do Trabalho.

A crise de 1982: Um Novo Desafio

A partir de 1982, o ciclo das grandes obras chegou ao fim no Espírito Santo. Terminou-se a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Encerrou-se, também, a maioria das grandes obras de construção imobiliária financiadas pelo BNH. Assim, de 1981 ao fim de 1982, a categoria foi reduzida drasticamente. Do pico de 50 mil trabalhadores declinou-se para 10 mil.

Obviamente, o esvaziamento do número de trabalhadores significou um golpe decisivo para a categoria, já não mais estratégica para a criação da infra-estrutura industrial.

Frente às demissões maciças no final das construções, muito pouco havia a fazer por parte do Sindicato. As pequenas obras ainda em andamento estavam espalhadas pela região metropolitana. As tentativas de organização por locais de trabalho eram dificultadas pela dispersão da categoria pela base territorial e pelo justificado temor dos operários dos cortes freqüentes, facilitados pelo imenso exército de reserva. A única alternativa que restou foram os grupos de bairro.

No ano de 1983, a Diretoria, parcialmente recomposta, concorreu a seu segundo mandato. Vencedora nas eleições, passou a enfrentar o desafio da nova realidade da categoria.

Seu programa de ação tomou novos rumos. Contribuiu para a criação da CUT. Continuou ajudando e apoiando outras categorias e lideranças do

Movimento Sindical. Conseguiu garantir para a categoria as conquistas políticas e econômicas adquiridas nos anos anteriores. Ampliou também sua base territorial, uma das necessidades percebidas desde 1979. Criaram-se formas de assegurar a participação dos trabalhadores no sindicato através dos cursos nos bairros, os seminários de estudo e os boletins.

A crise que atingiu a categoria, porém, criou sérios problemas financeiros para o sindicato. Reduziram-se subitamente as entradas do imposto sindical, ao mesmo tempo que aumentava em muito o serviço jurídico, por causa das demissões em massa dos trabalhadores. Esses fatos obrigaram a diretoria a tomar medidas radicais de contenção de despesas, dispensando alguns funcionários e vendendo parte de seu patrimônio.

Hoje, frente à realidade bastante diferente dos anos de expansão, os desafios são novos e antigos. De um lado, trata-se de conseguir organizar os trabalhadores, reduzidos em número, espalhados em pequenas obras, enfraquecidos pelo desemprego e já sem a importância estratégica conjuntural que tiveram. De outro lado, **a dispersão provocada pelo desemprego coloca de novo a questão da descoberta de novas lideranças, portanto, do trabalho de base, e da sustentação político-financeira do Sindicato.**

No entanto, questões de âmbito mais geral ocupam também a atenção da categoria: as mudanças da Estrutura Sindical, a Constituinte e a Reforma Agrária. Esses temas, que mobilizam hoje o movimento operário e o movimento social, estão presentes e fazem parte da pauta de preocupações e de atividades do Sindicato.

Conclusões

Dividiremos essas conclusões em duas partes. Na primeira colocaremos algumas reflexões sobre o papel da Assessoria que nos coube, quase sempre junto com outras entidades ligadas ao movimento operário. Na segunda levantaremos várias considerações a respeito da organização dos trabalhadores. Não nos preocupou ser exaustivos ou demasiado questionadores, mas apenas deixar aos leitores algumas pistas que permitam sua própria avaliação dos fatos.

Do ponto de vista da Assessoria, podemos dividir nossas atividades em dois momentos complementares mas distintos. O primeiro foi até 1980, que se caracterizou por uma ação mais direta junto aos grupos de trabalhadores, na descoberta e preparação de lideranças.

Desse trabalho já falamos anteriormente. Teve várias dimensões, várias entradas até coroar com a criação, pelos trabalhadores, do grupo de Oposição Sindical.

A partir de 1980 tivemos um novo desafio pela frente, com a eleição vitoriosa da Chapa da Oposição. Tratava-se de uma nova forma de assessoria para viabilizar, no interior da estrutura sindical, uma proposta de Sindicalismo realmente a serviço da categoria. Na verdade, no primeiro momento a tarefa era de difundir e de coelaborar um projeto de participação democrática dos operários na construção de sua organização de classe. No segundo, estava em jogo comprovar a possibilidade real do projeto.

Do trabalho direto junto às bases, à assessoria, à Diretoria, existe uma mudança qualitativa da ação educativa, tanto em relação aos sujeitos a quem se dirige como ao objeto que passa a conter.

Os sujeitos são trabalhadores investidos da função de dirigentes, o que lhes dá uma parcela decisiva de poder dentro do movimento sindical. Portanto, o agente de educação deve ter presente esse fato. Não se trata apenas de grupalizar, informar ou ajudar na reflexão, mas legitimar uma liderança e sua representatividade, dentro de uma proposta político-sindical concreta.

Quanto ao objeto da ação educativa, em sua essência, ele continua o mesmo, isto é, a organização da categoria. Mas o objeto formal se modifica, no sentido de que, de agora em diante, a organização deve ser pensada tendo como eixo o sindicato (sem abandonar a mobilização de base), com todas as limitações estruturais e conjunturais que possui.

A assessoria teve um papel de contribuir para a compreensão da realidade econômica, da situação conjuntural do setor e da categoria, das possibilidades reais de avanço nas reivindicações. Mas, além disso, foi necessário colaborar também nas questões administrativas e na própria organização das Comissões Operárias e na sua implementação. Assim, estabeleceu-se um programa de atividades. Elas incluíam estudos ligados à prática da administração (planejamento orçamentário, controle financeiro, acompanhamento de processos na Justiça, etc.) e também avaliações sobre as formas de encaminhamento da direção sindical. Uma reunião semanal da Diretoria aberta a todos os trabalhadores para discussão da política sindical era o ponto alto da programação no sindicato.

É importante observar que embora possa parecer aos desavisados que a assessoria à administração seja uma atividade menor, ela é de extrema importância. Apenas na medida em que os dirigentes superam a inexperiência nesse campo, lhes é possível retomar as questões fundamentais do movimento. Por outro lado, estabelecer uma dinâmica democrática a partir do Sindicato, no caso concreto, significou mudanças muito importantes. Participação dos grupos de base nas discussões, acato a suas propostas e sugestões nas pautas das assembléias, avaliação e planejamento conjuntos entre dirigentes e bases, instituição de comissões de trabalho, tudo isso trouxe um sopro de renovação à máquina emperrada do Sindicato. **Em todos esses passos e ainda nos cursos de Formação Sindical e Seminários para discussão de temas ligados às necessidades do movimento, a presença dos assessores foi fundamental. Era nossa parcela de colaboração para fazer avançar e institucionalizar uma prática sindical voltada para as necessidades da categoria e do movimento operário.**

O segundo ponto, sobre o qual gostaríamos de refletir, diz respeito à **própria organização dos Trabalhadores da Construção Civil e a seu lugar no movimento popular mais geral.**

No Espírito Santo, a partir de 1978, as experiências, as lutas, as mobilizações e a organização dos trabalhadores da Construção Civil se tornaram um centro multiplicador da proposta de um sindicalismo combativo, democrático, dinâmico e comprometido com os interesses da classe operária. Trabalhadores de várias categorias conseguiram ocupar espaços importantes no movimento sindical urbano. Na área rural do Norte do Estado, vários sindicatos foram conquistados pelas oposições sindicais. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil ofereceu não apenas o seu exemplo, mas seu apoio e o reforço de sua experiência que se foi acumulando.

Na construção da CUT estadual, este Sindicato desempenhou um papel determinante, investindo todo o seu peso político na articulação do movimento.

No interior do sindicalismo do Espírito Santo e para fora dele, ficou patente o potencial organizativo da categoria. Esse fato ajudou a desmitificar alguns preconceitos sobre as causas da sua baixa capacidade de organização, como, por exemplo, o fato de serem migrantes rurais ou seu baixo nível de escolarização. Ficou claro que sua expressão de luta depende muito mais de outros fatores de ordem social, econômica e política do que do caráter da composição da categoria, embora também os fatores culturais devam ser considerados para sua mobilização.

Se os momentos de expansão e de importância estratégica dos Trabalhadores da Construção re-

velaram as potencialidades de sua organização e expressão sindical e política, muitos limites sérios também ficaram patentes nesta jornada. O fato de termos seguido o crescimento e o declínio da categoria ajuda-nos hoje a colocar algumas questões importantes. Elas têm a ver com a eficácia do trabalho educativo visto dentro de uma dinâmica muito mais ampla e realista.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar, de novo, o caráter contingencial da importância estratégica e, portanto, irradiadora da categoria. Circunstâncias muito especiais foram as que permitiram-na tornar-se um núcleo, a partir do qual outras experiências se afirmaram. Mas, uma vez desfeita aquela situação conjuntural de expansão, seu significado político tornou-se mais simbólico do que efetivo para o conjunto do movimento operário.

Alguns limites se revelaram também ao alcance do trabalho educativo. Apesar de todos os esforços feitos pelo Sindicato e pelos agentes de educação, promovendo regularmente seminários, cursos, criando grupos, as lideranças se ampliaram muito pouco. A alta rotatividade no setor, acentuada após o encerramento das grandes obras, sempre foi um sério empecilho para a consolidação de uma organização mais estável da categoria. Conquistas nesse sentido, como o reconhecimento da estabilidade dos delegados sindicais, não foram colocadas em prática, a não ser excepcionalmente.

Como tem acontecido com outros setores, atualmente podemos perceber que o nível de consciência da diretoria e de algumas poucas lideranças dista muito da situação da categoria, que apesar de toda a tradição de luta e mobilização ainda não se assumiu como classe.

Avaliando em seu conjunto esta caminhada, concluímos que **os frutos produzidos pelo trabalho de educação junto à categoria** – estão aí e são inegáveis – **contribuíram para que ficassem patentes as possibilidades e limites de um investimento educativo neste setor.**

Se a proposta de Educação Popular a nível sindical for contribuir para a emergência e consolidação da identidade de uma categoria e seu avanço na consciência de classe em função de uma hegemonia sobre outras categorias, certamente a Construção Civil não se constitui como prioridade educativa. Mas se se pretende abrir brechas e criar espaços para o avanço mais ampliado do movimento operário, um trabalho com essa categoria pode se constituir em valiosa alternativa que não deve ser desprezada. **Do ponto de vista sociológico, o setor costuma ser a porta de entrada para a inserção dos trabalhadores no mundo industrial, e a luta na Construção Civil pode ser também um ponto de irradiação para engajamentos posteriores.**

Na verdade, todos os pontos levantados aqui foram a partir da experiência de assessoria, calcada em muita reflexão par e passo com as atividades cotidianas que o trabalho nos exigiu. Falta-nos, talvez, um certo distanciamento que permitiria julgar com mais clareza tanto nossa atuação como as possibilidades da categoria. No entanto, cremos que a sabedoria ou as distorções que a prática nos deu podem ajudar a lançar luzes e provocar as discussões dos que se interessam tanto pelo avanço do movimento operário como pela organização dos Trabalhadores da Construção.

Olhando através dos andaimes e tapumes

Maria Cecília de Souza Minayo

Os operários da Construção Civil formam uma categoria muito especial de trabalhadores industriais. A compreensão do seu modo de vida, de suas formas de organização e resistência no processo de trabalho e nas lutas sindicais torna-se indispensável para qualquer trabalho de intervenção educativa. Entrar nos meandros da construção da identidade dessa categoria operária é a tarefa a que se propõe este artigo.

Introdução

Este texto foi escrito a partir do Seminário de Estudos sobre os Trabalhadores da Construção Civil, realizado em Recife do dia 1 a 5 de junho de 1986. A reflexão teve como ponto de referência a situação dos operários do Rio de Janeiro, Recife, Belém do Pará e Barcarena, localidades onde a FASE possui um trabalho educativo com a categoria. Dela participaram técnicos da FASE e operários do setor, ligados às atividades desenvolvidas nessas áreas.

Encarregada de sintetizar o estudo realizado e socializá-lo através da **Revista Proposta**, optei por fazê-lo, com aprovação do grupo, não em forma de relatório ou transcrevendo os vários depoimentos e opiniões dos integrantes. Preferi elaborar um texto corrente e destacar nele o conteúdo discutido pelo coletivo. Certamente seria difícil reproduzir toda a riqueza dos debates que tiveram lugar no decorrer do seminário. Cremos, porém, que o leitor poderá partilhar conosco questões teóricas e interrogações que permeiam a prática sindical no setor da Construção Civil e a prática de assessoria dos agentes de educação.

Apesar do seminário ter sido restrito à realidade dos trabalhadores das quatro localidades citadas, sabemos que a problemática aqui levantada é muito mais abrangente e, com raras exceções, diz respeito à categoria como um todo. Por isso, cremos que a presente reflexão tenha uma relevância maior e passível de ser generalizada.

Dividimos o texto em três partes principais que correspondem aos temas mais discutidos no Seminário:

1. **A luta entre a profissão e a desqualificação;**
2. **As condições de vida e de trabalho dos operários da Construção;**
3. **A construção da identidade: oposição e solidariedade.**

De forma diferente esses assuntos foram também tratados nos outros dois artigos desta **Revista:** num em forma de relato, e noutro, dentro de uma preocupação conceitual. Ainda que não esgotem e deixem zonas escuras na compreensão do universo dos Trabalhadores da Construção, o presente trabalho traz à luz questões fundamentais do setor na relação capital x trabalho, discutidas e pontualizadas por quem está com a mão na massa.

A luta entre a profissão e a desqualificação: as tendências do processo de trabalho

Que diferenças existem entre o trabalhador industrial e o artesão dentro dos canteiros de obras? Quais são as tendências de transformação do setor que influenciam os traços culturais e as formas de resistência dos operários da construção? Estas questões constituem as preocupações do texto que se segue.

"Hoje em dia não tem mais profissional, o que tem é um bando de irresponsáveis."

Essa epígrafe, desabafo de um estucador, revela a luta surda que se desenvolve entre o processo artesanal que persiste no interior da produção na Construção Civil e as formas industriais que atualmente vão dominando o processo de trabalho.

Nas formas artesanais o construtor costuma realizar a produção do início ao fim. Dominando as técnicas, possuindo seus próprios instrumentos, sendo capaz de guardar os segredos de sua ARTE, ele consegue fugir ao controle real do capital mesmo quando vende sua força de trabalho como assalariado.

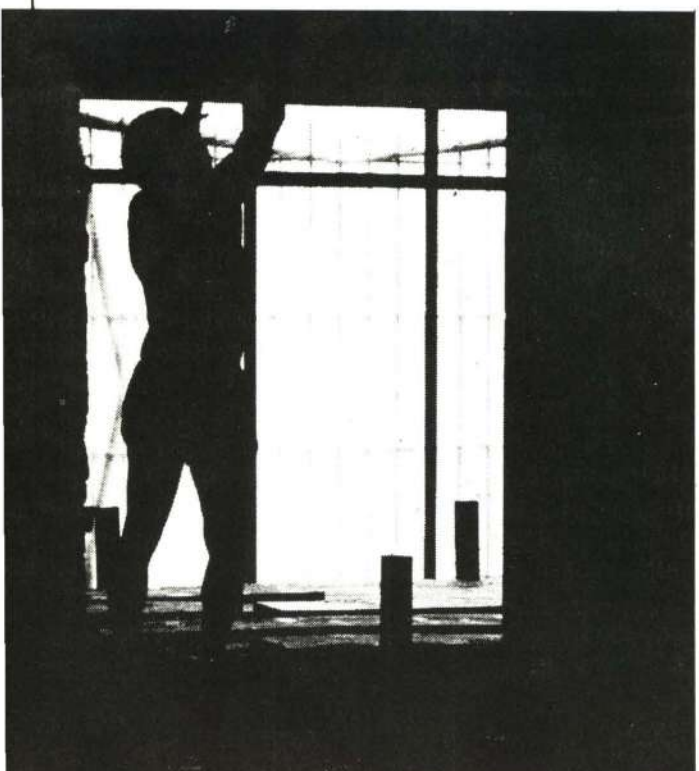
O orgulho da profissão, a visão da hierarquia tendo como referência o SABER, o sentimento de liberdade e relativa autonomia que tudo isso proporciona, compõem hoje, ainda, o mundo de parte dos trabalhadores da Construção Civil. Ela se concretiza sobretudo nos chamados "biscateiros" e "autônomos", aqueles trabalhadores que do ponto de vista do capital formam o imenso exército de reserva do setor, mas que na sua concepção constituem os "livres", os "independentes". Muitos batem no peito, garbosos, dizendo: "Eu graças a Deus não sou empregado de ninguém!" Esse gru-

po social de "reserva" tenta resistir, através da ARTE, à superexploração do setor. Seus componentes preferem ficar três, quatro semanas parados do que se submeter à dominação cotidiana no processo de subordinação que o assalariamento direto requer.

Ao lado, contemporânea e espacialmente, está a massa de trabalhadores que pouco a pouco vão sendo integrados ao setor da Construção Civil dentro de novas formas de relação. **A tendência do Capital é a "industrialização" do processo produtivo, seja na produção de componentes como no produto final, tanto nas edificações como nas chamadas construções pesadas.**

Na produção de componentes os operários se assemelham a seus companheiros de outras indústrias: têm uma unidade de produção fixa com toda a parcelização, hierarquização e controle do processo de trabalho pelo capital.

Nos canteiros de obras, a introdução das máquinas sobretudo para as atividades das duas primeiras fases da construção de habitações (fundação e estrutura) torna cada vez mais presente o dedo do capital para racionalizar (do seu ponto de vista) a sua produção. Desta forma vai se acentuando pouco a pouco o achatamento da profissão e as máquinas tornam desnecessárias várias categorias de trabalhadores. Além disso, elas modificam a divisão do trabalho e as formas de controle. Embora haja trabalhadores estratégicos para promover a produtividade, o ritmo das máquinas passa a controlar a produção. A previsão de datas, de custos e tecnologias se faz fora dos trabalhadores e de certa forma contra eles, na medida em que passam a ser peças na engrenagem da grande orquestração que é construir.



Se o subsetor de edificação de moradias, particularmente nas grandes empresas, está tendendo na direção da "industrialização", isso já está acontecendo quase totalmente no subsetor de construção pesada, isto é, de pontes, de hidrelétricas, de estradas, etc. Noutras palavras, **a Construção Civil se aperfeiçoa numa economia de escala, onde o que importa é quantidade mais que a qualidade e a padronização, visando ao lucro.**

Essa tendência que hoje domina a forma de produção das grandes empresas construtoras mostra, de um lado, a alta competitividade presente entre os capitalistas do setor. Mas significa também o fenômeno de fechamento de muitas pequenas e médias empresas que vão se tornar, em algum momento, antieconômicas, pelo fato de não terem condições de abaixar os custos de sua produção. De outro lado, revela uma verdadeira revolução das forças produtivas em termos das relações sociais que se estabelecem nos canteiros de obra e entre as empresas visando à acumulação do capital.

A pergunta que sempre fica, para quem observa empiricamente o ramo da Construção Civil, é de como podem coexistir ao mesmo tempo as formas mais artesanais com outras tecnologicamente mais avançadas de produção. Mais ainda, essas formas coexistem não apenas no tempo, mas freqüentemente no mesmo espaço da unidade em construção.

Em termos das etapas do processo de trabalho, enquanto a fundação e a estrutura são os locais privilegiados para o avanço tecnológico, o acabamento é o momento privilegiado da "arte", dominada particularmente pelas "gatas" e "gatinhas"*, termos altamente significativos no domínio da Construção Civil, do ponto de vista da exploração.

Assim, o capitalista costuma ter muito lucro nas etapas da fundação e da estrutura quando é possível uma economia de escala, com controle quase total dos custos, dos gastos, dos cronogramas e da produção.

No acabamento a possibilidade de lucro dos empresários é mais problemática, porque o controle do processo de trabalho escorrega de suas mãos para a dos profissionais. A forma de contornar a impossibilidade de maior apropriação do processo por parte do capital são as contratações de subempreiteiras (as gatas) onde o trabalho se organiza por produção.

Esse domínio da arte pelo trabalho e não apenas pelo capital se revela no acabamento não só em termos de sua pouca lucratividade, mas também na

* Jargão usado no setor da Construção Civil para significar a presença nos canteiros de empreiteiros que empregam trabalhadores para cumprir determinada etapa na construção (freqüentemente no acabamento) e não cumprem as leis sociais em relação aos trabalhadores.

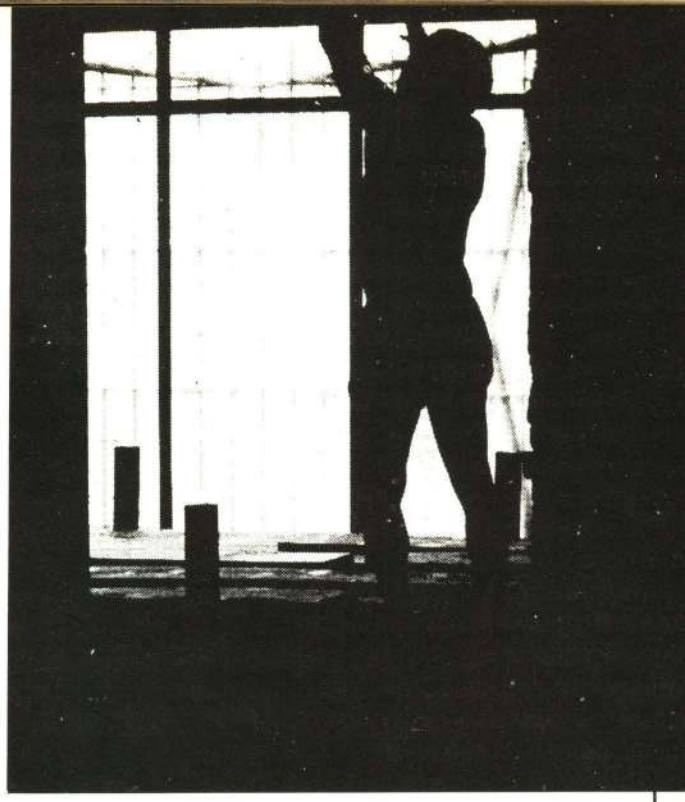
falta de coordenação entre as diferentes fases e momentos que muitas vezes interferem uns com os outros. O acabamento é o lugar dos desencontros, de obstrução de espaços e portanto da pouca "racionalidade econômica".

Do ponto de vista do trabalhador profissional, ele pessoalmente, ou em grupo, consegue negociar e obter maiores vantagens e maior margem de liberdade quanto à sua tarefa e à sua renumeração quase sempre por produção. Por outro lado, como "reino das gatas"o acabamento proporciona também uma margem maior de exploração, na medida em que essas pequenas subempreiteiras (muitas delas próprias formadas por profissionais), aproveitando a disponibilidade muito grande de mão-de-obra no mercado, subcontrata os trabalhadores por baixíssimos salários, sem garantias dos direitos sociais e por curtos espaços de tempo.

Em síntese, podemos dizer que o setor da Construção Civil em nosso País comporta hoje alta sofisticação teconológica e economia de escala que se traduzem em mecanização e automação do processo de trabalho. Ao mesmo tempo, porém, se a tendência aponta para a "industrialização", subsistem freqüentemente no mesmo espaço a temporalidade as formas artesanais de produção. Isso faz contemporâneos e vizinhos os operadores de máquina, os operários semiqualificados, os serventes dos operadores e os **profissionais**, "orgulhosos" e ciosos de sua arte e de seu saber. Enquanto esses últimos lutam em termos de alternativas do mercado de trabalho e de "ideologia" profissional para sobreviver e subsistir, no interior do mesmo setor está se gestando uma massa enorme de trabalhadores que constroem casas, pontes e hidrelétricas como operários industriais despojados do saber, cuja produção hierarquizada e parcelada tem que ser controlada fora deles. O saber passa a ser dominado pelo trabalhador coletivo e sua coordenação, pelo escritório de planejamento e projetos.

A essas duas formas de dominação do trabalhador no processo de trabalho, Marx, no capítulo inédito de **O Capital**, denomina "subsunção formal e subsunção real". Esses termos amplamente discutidos no texto de Afonso Flohic correspondem, o primeiro ao processo artesanal de produção, e o segundo, à introdução da máquina no processo, isto é, a industrialização do setor.

É preciso ter claro que em ambas as formas de produção o que se visa é à valorização do capital e à sua acumulação. Por outro lado, a tendência da acumulação tem sempre seus limites na conjuntura econômica mais geral, nas condições do mercado e também nas resistências dos trabalhadores. As grandes empresas necessitam e conseguem — por causa da concorrência internacional — introduzir novas tecnologias, dominar todo o processo de trabalho e inclusive a matéria-prima. No entanto, esses processos não são assimiláveis e assimilados linearmente pelos mestres-de-obra e pelos profissionais. A resistência que existe relativamente à modernização do processo de trabalho é considerável por parte dos trabalhadores. Trata-se de uma resistência econômica mas particularmente cultural, em que estão em jogo códigos de concepção de trabalho e de formas de realização do trabalhador.



As pequenas e médias empresas, porém, convivem com as dificuldades para acumular capital, comprar equipamentos de economia de escala e são as mais atingidas pelas conjunturas econômicas adversas, como aconteceu na crise atual.

No seu livro **Construção Civil e Criação de Empregos**, Carlos Ernesto Ferreira desvenda as contradições presentes no que ele chama "círculo vicioso da Construção Civil". Um considerável número de empresas atua sob elevado nível de ineficiência. É baixíssima a produtividade do setor, cerca de 1/5 em relação à produtividade industrial do País. Para termos uma idéia, ele emprega 30% da força de trabalho industrial e sua média de renda nos últimos anos é de 4,7% da renda gerada pelo setor industrial.

O autor analisa que o motivo do "círculo vicioso" da baixa produtividade está na própria configuração de nossas desigualdades sócio-econômicas. Para os 10 milhões de **déficit** de moradias, apenas 40% da população demandante têm possibilidade de se beneficiar do sistema financeiro de habitação. O mercado econômico e popular de moradias corresponde a 86% da demanda e 60% dos demandantes não têm condições de participar do mercado organizado, tendo em vista os critérios para concessão de financiamento.

Daí que, **sendo o mercado muito estreito no subsetor de edificações, torna-se difícil aí a utilização de métodos de construção em massa, isto é, de métodos industriais. A continuidade dos métodos artesanais não permite a ampliação do mercado, pois o produto final tem custo muito elevado de produção para aquela faixa de mercado que, por ser estreita, tende à saturação.**

Todos esses dados nos levam a concluir que o setor hoje não só consegue como necessita conviver com uma "certa anarquia" nas formas de produção e na composição da mão-de-obra. A tendência à alta tecnificação não se dá de forma evolutiva e linear, mas contraditória, e sempre tendo como parâmetros os interesses mais imediatos do capital, e a própria especificidade da formação social brasileira. Para usar uma expressão de Francisco de Oliveira, **essa "anarquia" não pode ser confundida com o "caótico". Ela faz parte de uma dinâmica de expansão do setor, desigual e combinada, sustentada com uma remuneração da força de trabalho a níveis baixíssimos. Ela é adequada ao processo de acumulação e reforça a tendência à concentração da renda, da propriedade e do poder no setor.**

As condições de vida e de trabalho dos operários da construção

Muitas categorias de trabalhadores têm condições de vida semelhantes aos trabalhadores da Construção: baixos salários, trabalho insalubre, longas jornadas, precária situação de sobrevivência, de transporte, de moradia, etc. Mas há alguns elementos que são específicos da categoria, dentre eles a questão crucial da segurança no trabalho. Que lógica preside à superexploração reinante no setor?

O setor da Construção Civil sempre teve, em todos os grandes centros urbanos do País, uma irrefutável expressão como absorvedor de mão-de-obra. Em termos médios, o volume de pessoal ocupado no setor é de 30% da força de trabalho industrial. Pode, portanto, ser considerado termômetro das épocas de crise e de expansão. Basta vermos os dados do setor relativos ao final dos anos 70 e a 1ª metade dos anos 80, época em que o País se imergiu em violenta recessão para constatarmos o sentido do que foi dito. No Rio e em Recife a categoria caiu de cerca de 50% e só agora está retomando seu impulso. No Espírito Santo a queda foi da ordem de 70%. No atual momento de reaquecimento econômico o setor volta a crescer e já se divulga que a procura está maior do que a oferta de mão-de-obra. Do ponto de vista de peso na economia, a Construção Civil é considerada de baixa produtividade. Paulo Singer mostra que ela é de 1/5 relativamente à produtividade da indústria como um todo.

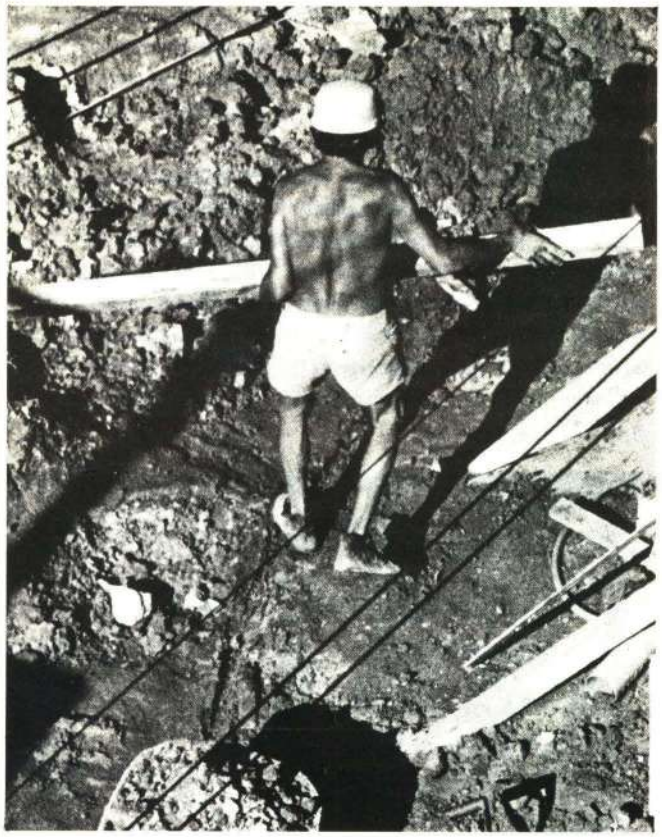
Com relação à origem e composição da força de trabalho, é notório que a Construção Civil se constitui na porta de entrada, ou melhor, na encruzilhada entre o campo e a cidade, entre a classe operária industrial e o subproletariado que habita as periferias das grandes cidades. Por isso mesmo, o setor absorve grande quantidade de força de trabalho "não-qualificada" e se constitui num reservatório de mão-de-obra, maior ou menor, com maior ou menor poder de barganha de acordo com as conjunturas.

Os trabalhadores da construção formam uma categoria com alto índice de rotatividade. Contribuem para isso vários fatores, como: a delimitação do tempo para a construção de cada obra; as etapas do processo de produção que vão eliminando paulatinamente a mão-de-obra especializada no decorrer do processo. Além disso, ela absorve, particularmente no Nordeste (mas não exclusivamente aí), os trabalhadores sazonais nos períodos de entressafra e as migrações ocorridas nos períodos de grandes secas. Essa rotatividade parte dos próprios trabalhadores, de um lado, e das características da produção, de outro. Com relação aos trabalhadores, se isso permite a sua "liberdade de ir e vir", provoca também uma insegurança perene e permanente de estar à cata de novo emprego dentro das flutuações do mercado. Apenas um pequeno número se mantém estável e isso acontece mais nas grandes empresas, cujas características industriais requerem um corpo de trabalhadores entrosados do ponto de vista da produção e da cultura da empresa.

A caracterização dos trabalhadores remete à questão de como o capital reproduz a força de trabalho. Neste ponto também existem diferenças entre as pequenas, médias e grandes empresas e entre as que se organizam de forma mais artesanal ou mais industrial. Em todas elas está presente a lógica do lucro e, tendo em vista o imenso exército de reserva, a força de trabalho sofre os resultados da superexploração.

É um fato que os trabalhadores da construção, em sua maioria, habitam as favelas e as periferias das grandes cidades. Seus bairros são carentes de saneamento básico. Suas casas, modestamente construídas ou eternamente em construção, refletem os baixos salários que percebem. Poucos móveis, alimentação escassa, pouca acessibilidade ao comércio e aos equipamentos urbanos: escolas, hospitais e transporte.

Nos alojamentos, mesmo nos mais equipados, há a aglomeração e a vigilância constante dos seguranças das obras, que os tornam desagradáveis. A maioria se constitui em lugares anti-higiênicos povoados por pulgas, percevejos e ratos, onde os trabalhadores cansados dividem o espaço com materiais de construção. Já é do conhecimento público, pela divulgação da imprensa, que os alojamentos e as cantinas são os principais locais onde se expressa a revolta incontida em épocas de greve ou de qualquer conflito com a empresa. É que eles são o símbolo da superexploração a que estão submetidos os trabalhadores.



As condições de alimentação não diferem muito das de outros setores que vivem de salários muito baixos. Ou fazem uso da comida das cantinas, habitualmente de péssima qualidade, ou das marmitas frias. Para variar, o pão doce com refresco no lugar da refeição fornece as calorias e reflete as possibilidades dos trabalhadores. Muitos deles vivem sob o dilema de se alimentar ou de alimentar os filhos. Por isso, uma grande maioria padece de subnutrição permanente.

Revelam os operários que o seu desgaste físico e mental é muito grande. Trabalham com materiais poluidores, insalubres e tóxicos: cimento, sinteco, de calefação, clorofórmio, tinta, etc. "Com 40 anos", diz um operário, "todo mundo sofre da vista por causa da poluição." O desgaste mental é provocado tanto pelo ambiente como pela exigüidade dos salários, a convivência com o desemprego, com a rotatividade e com o acúmulo de horas-extras. Algumas vezes, em determinadas etapas da produção, os trabalhadores acumulam 36 horas consecutivas. Contudo, esse desgaste físico e mental não é específico e os construtores o compartilham com boa parte dos subempregados e operários de baixa qualificação nos diferentes setores da produção. Ele vem junto com o dispêndio do tempo para ir e vir para o trabalho, com o uso de transportes coletivos precários e com a impossibilidade de qualquer programação de lazer que signifique gastos maiores e que se resumem geralmente à cachaça, ao rádio e à televisão ou às peladas.

Gostaríamos de fazer uma observação particular sobre a atribuição de alcoolismo generalizado dos trabalhadores da construção. Muito embora as condições de superexploração, a situação de solidão e discriminatória em que vive a grande maioria, unidas à falta de um movimento combativo mais estável, tornem esses operários vulneráveis, a pecha de alcoolismo é preconceituosa. Enquanto esse último pode ser considerado vício ou doença e atinge tanto operários como todos os outros grupos da sociedade, o rito de beber juntos "um gole" ou "um trago" é social e cultural. Ele tem um sentido de criar laços de companheirismo e união, inclusive superando as possíveis tensões e divisões existentes nos ambientes de trabalho. O "trago juntos" assim como o "cafezinho juntos" têm o poder de "humanizar" em todos os sentidos as relações entre os trabalhadores que no compartilhar o copo se colocam como iguais. Esse gesto rotineiro do dia-a-dia operário, alvo de discriminação ideológica, tem servido à construção da solidariedade.

O uso do rádio e da televisão deve ser pensado de forma diferente. Teoricamente eles são instrumentos de construção e de transmissão da ideologia dominante. No entanto, sabemos que esses meios de comunicação são usados pelos trabalhadores para se distrair, para relaxar, para fugir à dura realidade que os oprime no dia-a-dia. Não são muitos os estudos existentes sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa na alienação operária. Mas podemos dizer que, se no seu conjunto eles veiculam a mentalidade dominante, seu uso é reinterpretado pelos ouvintes. Assim, ainda que sejam parciais e tendenciosos os conhecimentos transmitidos, os trabalhadores podem usá-los de acordo com seus interesses de classe.

Enfim, **a vida estritamente voltada para o trabalho e para o ganho referido às necessidades mais primárias oferece um horizonte mínimo de possibilidades aos trabalhadores. Contra eles está o imenso exército de reserva da cidade e do campo e todas as artimanhas dos patrões para assegurar ao máximo a mais-valia absoluta ou relativa.**

Um dos temas mais cruciais do setor é a questão da segurança do trabalho. Está provado que a Construção Civil tem um índice de acidentes assustador. Quando se ouvem os patrões, eles acusam os operários de serem relapsos e de não usarem os equipamentos de proteção individual. Realmente, à primeira vista, eles parecem estar com a razão.

Quando os operários comentam suas condições de trabalho, no entanto, as causas diferentes aparecem. Os equipamentos usuais são impróprios para o trabalho. "É impossível dar produção, amarrado com cinto de segurança, em cima do jaú." "Não se pode sarrafear com uma bota sete-léguas." No Norte e no Nordeste, onde o clima tende sem-

pre ao calor, a bota de borracha torna-se um verdadeiro martírio, confessam os operários. E continuam: "O capacete esquenta demais, ninguém agüenta." "Os óculos de acrílico para proteger a vista embaçam, não deixam a pessoa enxergar." Há empresas que vendem botas de couro, mas são os operários que devem comprar e não há dinheiro para isso. Para os outros equipamentos, não se buscam alternativas.

É importante sublinhar o que significa para os trabalhadores e para as empresas essa inadequação dos equipamentos em termos de exploração. Os patrões, na medida em que os providenciam (quando os providenciam), lavam as mãos sobre o seu uso ou não. A culpa de qualquer acidente caracteriza-se como negligência dos trabalhadores. **Toda a filosofia da segurança se acentua sobre o combate ao ato inseguro e não sobre a prevenção dos riscos.**

A questão dos equipamentos e da segurança é hoje um dos pontos mais sérios e reveladores da superexploração na Construção Civil. **Ainda quando as empresas são mais avançadas tecnologicamente, a filosofia é a mesma: perigoso não é o trabalho e sim o trabalhador.** E os resultados da insegurança no processo de trabalho estão nas altas estatísticas de acidentes de trabalho, sendo muitos deles fatais. Fora os números oficiais, dizem os operários que mais da metade das ocorrências não é notificada. "Muitos ficam aleijados e principalmente os que trabalham nas fundações e subsolo, muitos morrem e ficam por lá mesmo, enterrados e desaparecidos. Não há notificação. Muitos não têm famílias nas cidades onde trabalham, morrem e fica por isso. Outros, quando alguém procura, dão fé do desaparecimento, as empresas dizem que abandonaram o trabalho e desconhecem o paradeiro. Assim, a Construção Civil tem o pessoal mais abandonado do mundo. Abandonado porque saiu de suas terras, abandonado do sindicato e abandonado das autoridades." Esse depoimento de um trabalhador veterano da categoria pode se completar com o seguinte, também de um construtor: "O pior são os trabalhos executados em tubulações e subsolo. Quando os companheiros não morrem, muitos deles ficam anti-sociais, isto é, ficam doidos."

Caberia perguntar por que nada se faz para a adequação dos equipamentos às condições de trabalho, de um lado, e de outro para torná-los obrigatórios nos canteiros de obras? Por que existe em pleno fim do século XX uma exploração tão selvagem da força de trabalho?

As respostas poderiam ser múltiplas, mas com certeza têm a ver com as relações de dominação. As CIPAs, na maioria das vezes, estão alocadas nos gabinetes. Freqüentemente, as obras estão num local e os componentes, além de não serem escolhidos livremente pelos trabalhadores da CIPA, estão no

escritório, no centro da cidade. Elas se tornaram meras constatadoras de acidentes. A rigor, quando organizam as CIPAs, as empresas deveriam providenciar cursos de orientação sobre segurança. Na realidade, o que acontece é que elas evitam a aproximação dos cipeiros com os trabalhadores e fazem com que os próprios supervisores de segurança sejam usados contra os operários. Desta forma, essa instituição para servir à categoria se torna instrumento de repressão contra ela.

A lógica dos patrões é a produção para o lucro. A lógica dos trabalhadores é a produção para o salário, "para poder comer". Assim, embora "os equipamentos atrapalhem" e estejam defasados, os operários não os usam, ou reinterpretam seu uso, e os patrões não os providenciam, ou fazem vista grossa sobre a situação.

As novas relações de trabalho, porém, exigidas pela mecanização e automação com certeza exigirão maiores cuidados de segurança. Isso tem acontecido em outros ramos industriais onde o alto custo da maquinaria tem levado os empresários a investir na segurança. Os gastos de reparo e os gastos com a própria reposição da força de trabalho aconselham a maiores investimentos nesse item para a modernização da produção e o aumento da produtividade.

Dentro da mesma linha existe a questão da insalubridade e da periculosidade. Estão amplamente comprovadas essas duas características do processo de trabalho da construção. No entanto, apesar de

estarem estabelecidos os direitos aos adicionais na própria Legislação Trabalhista, apenas através das lutas e dos movimentos de protesto os operários conseguem adquiri-los. O amianto, o cimento, a cal, a poeira, a limalha, a solda, todos esses materiais e o próprio ambiente de trabalho são insalubres.

A grande queixa das lideranças é de que falta uma consciência industrial ao setor. Essa "falta" não é gratuita e aleatória. Ela tem a ver com a própria organização da produção e as relações sociais de dominação, que já foram mencionadas. A dispersão da categoria pelas obras, a rotatividade, as saídas e entradas constantes de trabalhadores no setor, as relações especiais de recrutamento através de relações de parentesco e lealdade configuram um setor onde a "anarquia da produção" impede certa "racionalidade" das relações capital x trabalho, a não ser em torno do lucro.

Nem os movimentos de trabalhadores de oposição, nem os sindicatos têm conseguido enfrentar as questões que as condições de vida e de trabalho da categoria apresentam. Desde a subnutrição crônica à subalimentação do dia-a-dia do trabalhador e sua família; da insalubridade e periculosidade do processo de trabalho à adequação dos equipamentos; da rotatividade e desemprego, todas são questões presentes e cruciais para o encaminhamento de lutas tanto no interior dos canteiros como do conjunto da categoria. **Pela sua importância e significância, o tema da qualidade dos equipamentos de segurança e sua adequação às condições de trabalho como direito poderia ser uma bandeira de união nacional e, no entanto, não se constitui como pauta de reivindicações. Não é de se admirar, portanto, que os protestos contra as condições penosas e adversas de trabalho apareçam de forma tão contundente nos "quebra-quebras" e em outras manifestações às vezes violentas contra a exploração existente nos canteiros de obra.**

Estariam os supostos representantes dos trabalhadores dentro de quadros de referência que não conseguem conter a dinâmica da categoria? Ou é a dominação do capital tão forte que não apenas mascara a dominação, mas mantém inquestionáveis as regras do seu jogo?

Construção da identidade: oposição e solidariedade

A construção da IDENTIDADE operária se dá na totalidade de sua vida, isto é, na família, na escola, no sindicato, no partido, etc. Mas ela tem seu centro no lugar que ele ocupa no sistema produtivo e se materializa fundamentalmente a partir das relações sociais que se dão no local de trabalho.

Na Construção Civil podemos dizer que o "OPERÁRIO" no sentido industrial está em construção na medida em que no setor vai se impondo a subsunção real do trabalho ao capital. Apesar e com todas as contradições que vamos citando neste texto, a tendência é de industrialização. Atualmente a grande massa de trabalhadores se concentra no setor moderno. Isto é, 2% das empresas empregam 36% da mão-de-obra, enquanto 43% delas empregam apenas 3%. Mesmo levando-se em conta que um grande contingente da força de trabalho (cerca de 20%, segundo os trabalhadores) não figura nos registros oficiais, os dados acima são reveladores. É bom notar, porém, que o subsetor mais dinâmico continua a ser o de construção de infra-estrutura, responsável por aproximadamente 80% do volume da produção na Construção Civil, enquanto o de edificações fica apenas com 20%. Compreender isso, de um lado, é importante no sentido de se ter clareza também sobre o lugar da categoria na luta de classes, e não se desprezar a especificidade das contradições presentes na realidade dos canteiros, hoje, aqui e agora. Pelo contrário, **é vital entender como se manifestam a subordinação e a resistência dos trabalhadores na atual "anarquia" da produção, pois só assim é possível atuar de forma pedagógica e organicamente com os interesses dos operários.** Portanto, tentamos aqui colocar alguns pontos para reflexão.

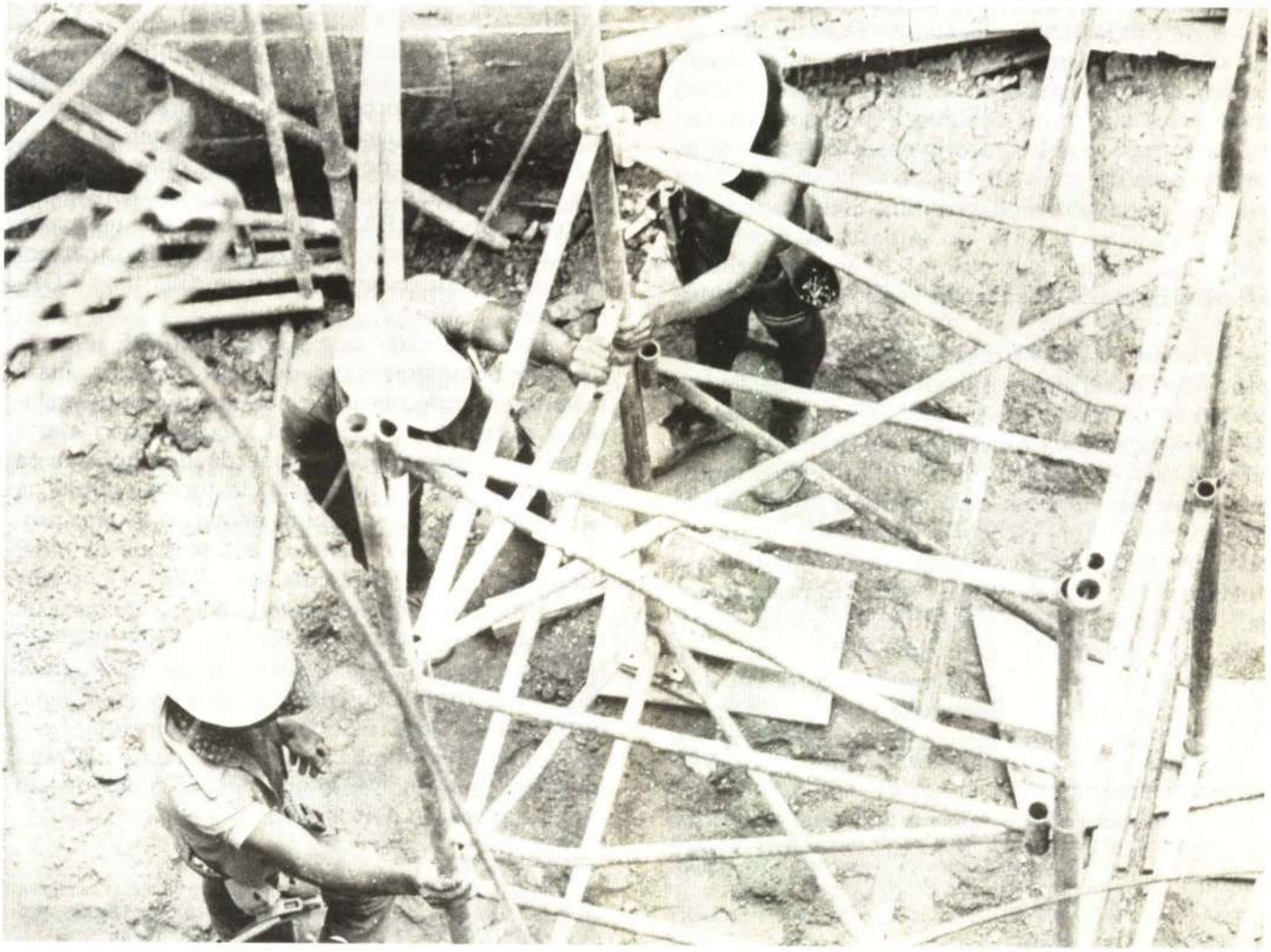
A primeira consideração é histórica. É relativa às características sindicais da categoria. Originalmente, no Brasil (antes de 1930) os trabalhadores do setor representavam uma categoria de grande poder de mobilização e de pressão ao lado de ou-

tras como os metalúrgicos e os portuários. Suas lideranças eram altamente politizadas e estavam presentes nos assuntos mais importantes da classe trabalhadora de interesse nacional. Após a Revolução de 30, porém, os sindicatos regulamentados a partir do Estado e atrelados a ele foram ocupados por trabalhadores que aderiram ao chamado "trabalhismo" de Getúlio Vargas, expulsando os militantes mais ativos. Tornaram-se redutos de sindicalistas burocratizados que, salvo raríssimas exceções, tenderam a se afastar mais e mais da realidade da categoria. Portanto, hoje os supostos representantes "de direito" da categoria são em quase todo o País um símbolo do anacronismo a que estão submetidos os sindicatos da categoria. Conservam intacta, pelos artifícios eleitorais que a Legislação Trabalhista permite, a ideologia corporativa que os atrelou aos interesses do capital.

De forma geral e com pequenas exceções, esses dirigentes sindicais não têm relação alguma com as bases da categoria, nem com suas necessidades, nem com as novas relações que se criam a partir da industrialização crescente do setor. Por isso mesmo, os sindicatos da Construção Civil hoje (a não ser excepcionalmente) não são protagonistas e nem acompanham a luta dos operários. Assim, eles representam apenas interesses menores de poder e por isso estão a serviço da superexploração que acontece no setor. São inorgânicos e inoperantes para os operários e em conseqüência atendem aos interesses do capital.

Nos casos que analisamos no encontro, a situação não foge à constatação geral. No Rio de Janeiro não se pode falar de um movimento sindical nos últimos trinta anos. O mesmo grupo de dirigentes se reveza há 36 anos na diretoria. Da parte dos trabalhadores há explosões esporádicas e espontâneas de indignação, umas de maior grandeza, outras mais efêmeras, mas ainda sem condições de articulação.

O Sindicato é uma referência distante e quase sempre negativa para os operários. Ele é a própria materialização do que foi pensado, no Governo Vargas, em termos da regulamentação das relações entre o capital e o trabalho. Possui uma gigantesca aparelhagem assistencial com conivência das autoridades e dos patrões. A "colaboração" de classes se realiza num acordo coletivo de trabalho, aprovado numa assembléia onde os componentes são aposentados e usuários dos serviços assistenciais.



A sindicalização é controlada, assim como o pagamento das mensalidades, como forma de ter absoluto controle sobre o Colégio Eleitoral da entidade. A diretoria utiliza a assistência médica, os cursos de formação profissional, o banco de empregos e um esquema de corrupção no INAMPS para conseguir aposentadorias e internações, como instrumentos para aliciar os associados. "Trata-se de praticamente um clube social dirigido por uma gerontocracia de portugueses, que foram em alguma época mestres-de-obras, encarregados e depois construtores. Sua visão da realidade nada tem a ver com a situação atual da categoria."*

Em Recife, pelo que se depreende a partir dos estudos e dos depoimentos da Equipe da FASE, a situação do sindicato difere pouco da do Rio. Até 1937 parece ter havido uma grande participação dos trabalhadores nas lutas sindicais. A partir daí, e mais particularmente a partir de 1944, seu órgão representativo começa uma história de imobilização mais do que de dinamização da categoria.

É marcante a descreça dos trabalhadores em relação ao sindicato. Muitos têm rasgado sua carteira de sócio frente ao fechamento da diretoria a suas necessidades. Nas duas assembléias obrigatórias anuais os trabalhadores mais críticos são impedidos de participar. Em geral elas se realizam com 20 a 30 pessoas, cercadas por policiais, "capangas" ou até diretores armados. As obras não são fiscalizadas, mas nos jornais de maior circulação de Recife a imagem que a diretoria passa é de confronto com os patrões.

Na verdade, o sindicato funciona, como o do Rio de Janeiro, a partir do imposto sindical e de forma assistencial. Nos últimos 20 anos se mantém a mesma diretoria, apenas alternando os cargos entre si.* *

No caso da Construção Civil do Pará e do Espírito Santo, há alguns pontos de diferenciação importantes de serem observados. Trata-se do **boom** da Construção Civil provocado pela construção em larga escala de uma infra-estrutura urbano-industrial acelerada. Em tal caso houve a possibilidade de dinamização da categoria, da mesma forma antes manietada por um sindicalismo corporativista e "pelego". No caso de Vitória (descrito nesta **Revista**), tratava-se da construção do complexo industrial de Tubarão. No caso do Pará, tratava-se da construção da fábrica da Albrás Alunorte em Barcarena no eixo Belém-Barcarena-Tucuruí. Além do papel estratégico desempenhado pela categoria, em

tal situação, temos também as modificações profundas nas relações sociais de produção (em ambos os casos) pela "industrialização" do setor da Construção Civil.

Em ambos os casos os dirigentes se debatem hoje com a recessão no setor e com problemas sérios na administração do sindicato em favor da categoria. Atualmente Barcarena (Pará), onde a Construção Civil continua na criação de infra-estrutura urbano-industrial, lidera as lutas mais organizadas do setor e tenta aproveitar as estruturas do sindicato e da federação para defender seus interesses.*

Esse resumo de informações sobre as entidades organizativas do setor nos locais abrangidos pelo trabalho da FASE ajuda-nos a dar um passo para pensar a questão da IDENTIDADE da categoria hoje, ponto essencial para se discutir a FORMAÇÃO.

Podemos dizer que **a IDENTIDADE se constrói por complementaridade e por oposição. Ela é o sentimento de pertinência a um grupo por exclusão a outros e por oposição a outros mais e está referida à organização social da produção. Essa identidade** que se evidencia de forma especial, a partir do lugar que cada um ocupa no sistema produtivo, **se constrói dentro da totalidade da vida, isto é, na família, na escola, no sindicato e no partido, etc. mas tem sua centralidade na unidade de trabalho.** Por outro lado, torna-se difícil falar em identidade quando, na verdade, o que **observamos num canteiro da Construção Civil é uma pluralidade de identidades.** Esse fato empiricamente observável e que tem implicações ideológicas e políticas inegáveis, tem que ser levado em conta na reflexão sobre a formação da categoria.

---

* As informações sobre o Sindicato da Construção Civil do Rio de Janeiro formam reitradas do Relatório de Avaliação do Trabalho da FASE-Rio com a Oposição Sindical da Construção Civil (1986).

* As informações sobre o Sindicato da Construção Civil em Recife foram retiradas da "Sistematização do Trabalho junto à Categoria da Construção Civil" (1986).

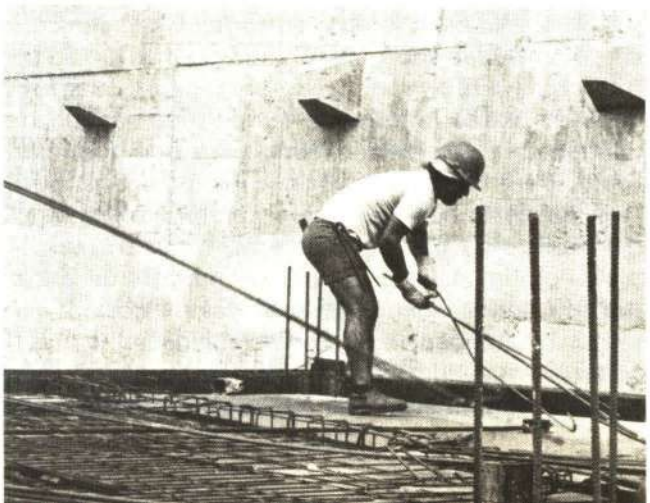
* As informações sobre o Sindicato da Construção Civil em Belém do Pará foram retiradas do documento "Sumário de Pontos para a Comissão Nacional de Coordenadores", da FASE (1985).

Na Construção Civil existe uma forma de identidade que denominamos aqui **identidade pela negação,** mais presente entre os "serventes", os ajudantes e "meio-oficiais". Conhecidos como "os peões", esses trabalhadores buscam ocultar quem são, o que fazem, aonde moram e quanto ganham. "Os peões negam que moram na Baixada e que trabalham na construção." "Peão briga feio quando alguém fala com ele de serviço, principalmente quando está com a namorada."

A tendência desses trabalhadores é de se fechar e de se defender em torno das mínimas coisas que conseguem. Há um certo confinamento provocado pela dispersão das obras, particularmente nos grandes centros urbanos, mas também pela discriminação social e cultural de que são vítimas. Os possíveis pontos de encontro de cultura e aculturação (os clubes, as praças onde se reúnem, as feiras típicas) funcionam mais como lugar de lazer, onde esses homens evidenciam os laços de parentesco, de amizade e de conterraneidade e tentam encobrir sua identificação como operário da Construção Civil. Esse "encobrimento" manifesta o **status** negativo, o preconceito brutal que os discrimina e a vontade sempre manifesta de abandonar o setor.

Como a maioria desses trabalhadores veio do campo, a vida na roça continua a referência. Para muitos, o sonho de voltar é alimentado cotidianamente. Saíram porque lhes faltou terra, trabalho ou dinheiro. Mas lá muitos deles mandavam, decidiam e culturalmente estavam adaptados. Aqui, segundo eles próprios, a escravidão do relógio e o "chicote" do encarregado os oprimem. Consideram seu trabalho "sujo, duro e perigoso". Comparam-no com o das fábricas que julgam "mais leve e mais limpo", mas sentem-se inseguros frente às exigidas qualificações (documentos, escolaridade, profissão, etc.) para mudar de categoria.

Para muitos a expectativa é ganhar dinheiro para adquirir uma terra e voltar para o campo. Para outros, a cidade já se tornou seu **habitat** e a aspiração se projeta para o futuro. Alimentam o sonho de ver seus descendentes "estudados" e adquirindo o **status** de profissionais administrativos ou liberais.



O trabalho "mais leve, limpo e melhor pago" se realizaria através dos filhos.

Na crise vivida nos últimos anos pelo setor, quando a força de trabalho foi reduzida drasticamente, o desemprego forçou o sonho de volta ao campo se tornar realidade. Segundo os trabalhadores, há cidades do interior do Nordeste onde a maioria dos habitantes é de egressos da Construção Civil do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse fato pode ser visualmente observado nas feiras locais onde os homens exibem camisas da Construtora João Fortes e outras. Em Recife, a presença dos cortadores de cana na época da entressafra e a sua volta ao campo nas ocasiões de colheita é um fenômeno já absorvido, e do qual tiram proveito os empresários da Construção Civil.

Em síntese, podemos dizer que **a identificação negativa tem várias causas. Alimenta-se da discriminação cultural do setor dada pela proveniência maiormente "nordestina" dos trabalhadores, de sua origem rural, considerada "atrasada" pelo senso comum. Mas sofre também a discriminação dos baixos salários e da superexploração que os faz permanentemente desejar sair do setor.** Assim, **uma boa parte desses trabalhadores vive a lógica do provisório e tem como luta imediata ganhar dinheiro para resolver as questões pessoais e familiares.**

Enfim, vale acrescentar que a identificação negativa que se atribui mais freqüentemente às funções menos qualificadas do setor se projeta também na categoria como um todo. O seguinte depoimento de um operário do setor é mais eloqüente que qualquer consideração externa que se possa fazer:

> *"Na Construção Civil ninguém escapa do preconceito. Até os engenheiros do setor são desprezados por seus colegas de profissão. Nós somos um pessoal desprezado por toda a sociedade. O agravante é que somos desprezados até pelos outros sindicatos. Há uma discriminação dos sindicalistas em relação à categoria. A própria CUT discrimina. Mas eu considero um atraso porque no fundo eles não são capazes de entender a nossa condição e situação. O movimento sindical quando nos despreza pega o mesmo preconceito que a sociedade tem contra nós."*

Os profissionais, poder-se-ia dizer, **têm uma identificação positiva, o que revela o verdadeiro nó da questão como sendo a qualificação e a desqualificação operária.** Particularmente, os mais antigos e todos os que fizeram uma opção pelo setor constroem uma identidade por referência à arte e ao saber, bastante diferente dos que não encontram aí seu lugar desejado de trabalho. "Eu não tenho vergonha do que sou, tenho vergonha do que ganho",

diz um carpinteiro opondo-se aos serventes e comentando a superexploração a que está submetido em termos de salário.

Essa identificação tem também uma característica de oposição interprofissional. Neste sentido ela atende aos interesses do capital, pois corresponde à concorrência criada e mantida no processo de trabalho e quebra a solidariedade. Manifesta-se das mais diferentes formas. Por exemplo, existe a concorrência entre os pedreiros. Há o que faz parede, o que faz o piso, o que assenta o reboco, o que faz a alvenaria, o que assenta o azulejo. Há os que trabalham por diária e os que trabalham por produção. "Uns querem ser melhor do que os outros", diz um operário, tentando analisar a concorrência que os faz competir por um trabalho "mais leve" e deixar ao outro o "mais pesado"; por um trabalho que dá mais vantagem, embora às vezes seja inseguro, rotineiro e mal pago.

Comenta outro trabalhador: "não há respeito entre os profissionais, entre o carpinteiro e o pedreiro. O eletricista deixa as caixinhas e a tubulação e o pedreiro vem e tapa. É uma eterna briga de um profissional contra outro no canteiro. Se o empreiteiro não divide "o seu" com o betoneiro, o guincheiro, os serventes... começa a má vontade. Empreiteiro tem que dar porque senão o serviço não sai e ele perde." Essa descrição da divisão interna por um dos trabalhadores elucida de um lado a complexidade do processo de produção, a velha e sempre nova tática do capital de dividir-para-reinar, mas também as dificuldades que existem por causa da resistência dos operários à "racionalidade" econômica do setor.

Na verdade, mostra também que os operários têm consciência da exploração e sabem quem está ou não a seu lado, mas que essa consciência não é totalmente transparente. **A realidade das relações de produção mascara-lhes a figura do real explorador. A tendência, na prática, é de se oporem ao companheiro a quem estão imediatamente subordinados ou vinculados na cooperação, seja ele um profissional ou o mestre-de-obras.**

O mestre-de-obras é o protagonista de uma situação totalmente contraditória. Objetivamente ele é um trabalhador, explorado e submetido ao capital. Na prática, porém, cumpre o papel de autoridade do patrão, presente o tempo todo na unidade de trabalho. Ao mesmo tempo em que domina o SABER e é respeitado por isso (identificação positiva por parte dos operários), detém também o poder repressivo que se exerce de várias formas. A mais comum delas é o uso, nas relações de trabalho, do conhecimento pessoal, das relações de parentesco, compadrio ou conterraneidade para contratar ou não, dispensar e reter os operários. **Essa forma de dominação que estende a vigilância sobre**

a força de trabalho do canteiro de obras aos bairros, aos alojamentos e até às regiões provedoras de mão-de-obra, é largamente explorada dentro do setor. Costuma ser exacerbada a tal ponto que, em determinadas firmas, os mestres não selecionam pela Carteira de Trabalho, mas pelas relações de lealdade. A partir desse fato, podemos constatar que, geralmente, os operários mais atuantes no que se refere aos interesses e à organização da categoria são eliminados. Desta forma, as artimanhas patronais invertem o sentido da solidariedade. Usam os laços de amizade e parentesco como forma de dominação.

Assim, as identidades dos operários, em termos de oposição no interior da categoria, se constroem pela competição entre os que trabalham por jornada e os que ganham por produção; entre os que trabalham por produção e os operadores das máquinas; entre o corpo dos operários da empresa construtora (que são permanentes) e os das empreiteiras e subempreiteiras (que permanecem nas obras por tempo determinado), entre os serventes e os profissionais, entre os trabalhadores diretos e os encarregados e mestres.

Essas "contradições secundárias" vivenciadas no cotidiano da unidade de produção tendem a ofuscar os verdadeiros mecanismos de exploração no setor. Portanto, seria simplificar demais dizer que os trabalhadores são desunidos porque assim o querem, o porque "vieram da roça", "são atrasados", "analfabetos", "individualistas". **As contradições estão na própria realidade do processo de trabalho que os desune, enquanto os reúne para a cooperação na produção.**

Portanto, o baixo nível organizativo atual deve ser pensado em termos históricos, estruturais, conjunturais, mas também do ponto de vista da configuração das relações Capital x Trabalho no setor.

Resta-nos falar sobre a identificação de categoria e de classe para além das divisões criadas pela organização do trabalho. Ainda que difícil e dificultada pelos mais diferentes mecanismos de dominação, os operários têm suas características de resistência geral ao patronato e sua história de organização.

Primeiramente, é bom lembrar que o próprio processo de trabalho é um campo de luta. Apesar da monotonia do cotidiano, aí se instaura ao mesmo tempo que a divisão organizada pelo capital, o companheirismo entre os operários e a resistência à dominação.

No trabalho há as ocasiões e situações vividas em comum e que levam os trabalhadores a se unir e a se ajudar. Os costumes mais comuns são as "vaquinhas" para ajudar aos colegas que passam "ur-

rando"* a primeira semana, para os que necessitam viajar, têm problemas de doença, etc.

Para além dessa forma de solidariedade que engloba do servente ao mestre, há um conjunto de atitudes e movimentos que nos indicam não só a consciência da exploração, mas a resistência. Vamos classificá-las para melhor entendimento, mas observamos que, indiferentemente, os mesmos trabalhadores que usam um, usam os vários expedientes para se defender.

Uma prática individual freqüente é a recorrência à Justiça do Trabalho em casos em que os operários se sentem lesados. Tal procedimento é quase sempre vitorioso para eles. Sua inexperiência e pouca informação, porém, levam-nos a confiar os casos trabalhistas a advogados inescrupulosos, que costumam ficar com boa parte das indenizações que lhes caberiam. Os casos que mais favorecem aos trabalhadores são os assumidos coletivamente por algum grupo ou setor lesado.

A própria reapropriação da "rotatividade" de acordo com seus interesses é uma forma de resistência. Muitos "pedem as contas", negociam seus direitos para receber seu fundo de garantia, viajar ou trocar de emprego.

Outra prática generalizada são as rebeldias no interior do processo de trabalho. Há os operários "nó cego", como eles mesmos se autodenominam, que tentam criar problemas para os encarregados e mestres, porque se consideram injustiçados no salário ou na atividade que realizam. Alguns chegam a agredir, ferir ou matar a seus chefes imediatos. Fazem sua rebelião individual, o que segundo um trabalhador "é mau, traz prejuízo para o conjunto, porque ele é despedido e assim aumenta o medo da turma".

Existe também como fato comum a depredação do trabalho construído. Tal atitude, às vezes como ato individual e às vezes coletivo, é uma forma de resistência às arbitrariedades diversas como maus tratos dos seguranças, dos encarregados e mestres, atrasos nos pagamentos, falta de condições de trabalho. Freqüentemente as depredações ocorrem em pequenas proporções — embora conservem seu caráter de prejuízo para a empresa. Por exemplo, o pedreiro derruba uma parede por revolta. O que se constata é que a sabotagem e o boicote à produção são permanentes.

Os exemplos aqui citados revelam que existe uma luta constante no cotidiano da produção, que aumenta a porosidade* na jornada de trabalho e cria problemas ao capital. O patrão não pode, porque não consegue dominar totalmente o processo produtivo. Mesmo porque, cada vez que se cria uma nova forma de dominação, os trabalhadores inventam novos meios de enfrentá-la, ainda que tenham de se submeter. Portanto, o operário empurra o capitalismo para a frente, mas também o atrapalha, pois-lhe coloca obstáculos.

Tomemos agora as questões organizativas na história dos operários da construção. **É preciso não dividir a resistência no cotidiano e as expressões coletivas de luta. Não existem espécies distintas de luta da classe operária: uma de caráter privado e outra coletiva, uma de caráter econômica e outra política. Existe uma única luta de classe, tendo em vista simultaneamente limitar os efeitos da exploração capitalista e suprimir ao mesmo tempo essa exploração.** É com essa forma de ver que continuamos essa reflexão.

O início do século foi bastante significativo em termos de lutas dos trabalhadores ligados à Construção Civil nos maiores centros urbanos do País. Os sindicatos funcionavam por profissões dentro do setor. Os trabalhadores mais qualificados vinham sobretudo de Portugal e da Espanha e traziam com eles o espírito de militância e de organização do operariado de sua região de origem. A ideologia anarquista predominava na categoria e as reivindicações dos construtores faziam parte de lutas mais gerais da classe operária em todo o mundo: a jornada das 8 horas de trabalho, o descanso remunerado, a regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres, e outras lutas específicas relativas à sua situação concreta. Aos companheiros da Construção Civil coube o protagonismo histórico de serem os pioneiros na conquista da jornada de 8 horas de trabalho (1907) no Brasil.

É importante rememorarmos esse passado combativo porque ele traz um lastro de esperança e de perspectiva para a categoria. Embora sem constituir-se em ponta de lança das reivindicações dos trabalhadores atualmente, o setor é também um lugar de luta (às vezes até "selvagem") contra a alienação provocada pelas relações de produção.

Nos idos de 1962, 1963, 1964, muitos membros da categoria tiveram seus direitos de trabalho cassados, amargaram prisões e alguns morreram vítimas da insanidade do capital, escudado na doutrina da Segurança Nacional. Seus crimes, todos sabemos, eram a busca de melhores condições de vida, dentro ou fora de partidos políticos considerados legais ou ilegais.

Jargão usado no setor para expressar as dificuldades que passam na primeira semana em que se empregam, na qual não recebem remuneração. São pagos a partir da segunda semana.

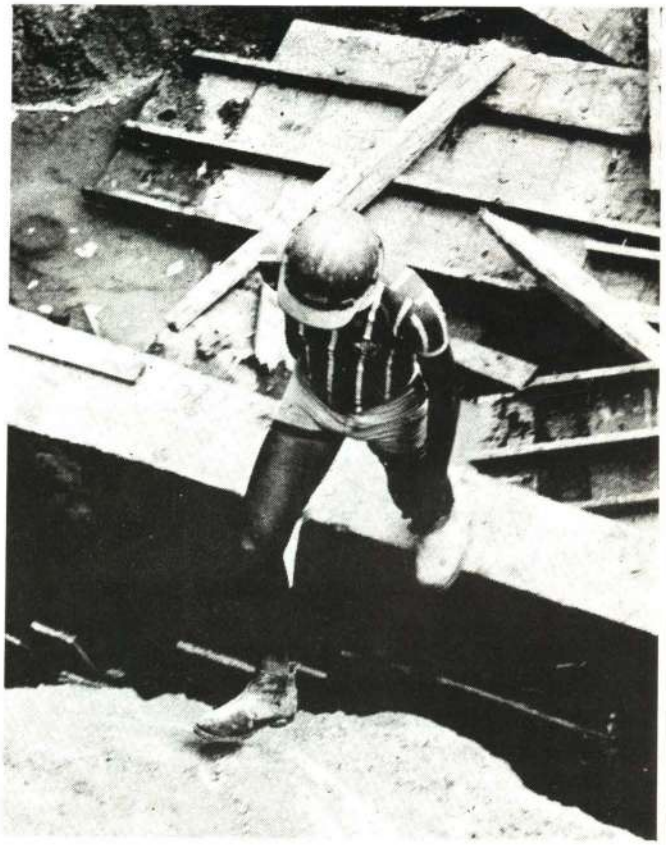
* Por porosidade no trabalho entendemos o tempo não trabalhado dentro da jornada por resistência operária. Dificilmente alguém trabalha as 8 horas consecutivas. Toda a luta do capital é para diminuir e eliminar a porosidade e a dos trabalhadores é para aumentá-la.

Barbosa Alvim e Leite Lopes* mostram como, de 1977 a 1980, na retomada da democratização do País, houve uma certa continuidade na movimentação dos trabalhadores da Construção Civil por melhores condições de trabalho, para surpresa tanto da sociologia tradicional da classe operária como do senso comum. Vistos como a personificação dos operários de origem rural que tudo fazem para deixar a categoria, eles mostram nos fatos que possuíam instrumentos adequados para uma ação coletiva sindical que caracteriza a classe operária. Em 1977, esses operários surgiram constantemente nas páginas da grande imprensa em função de inúmeros "quebra-quebras" em diversas capitais brasileiras, destacando-se os construtores dos metrôs. Esse tipo de ação direta se desenvolveu e se prolongou pelos anos de 1978, 1979, 1980.

Dentro da lógica da sociologia tradicional e do senso comum, tais fatos seriam interpretados como surtos esporádicos, confirmando, pelo seu "primitivismo", a inadequação dos trabalhadores de obras à organização coletiva. A partir de 1979, porém, ao mesmo tempo em que explodiam as greves em outros setores operários e se consolidavam as lutas no ABC paulista, os trabalhadores da construção se organizavam e desencadeavam greves gerais. Em Belo Horizonte, Vitória, Goiânia/Anápolis, Brasília, Porto Alegre, Bagé, Volta Redonda e Curitiba, os andaimes ficaram vazios. A pá, o prumo e os tijolos descansaram. 265 mil trabalhadores, organizadamente, deixaram os canteiros e saíram às ruas para defender seus direitos.

Em 1980, duas greves gerais da categoria vieram às páginas dos jornais em Brasília e em Vitória, houve paradas parciais das empreiteiras responsáveis pela construção de unidades da COSIPA em São Paulo, de Tubarão, no Espírito Santo, no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul e obras de construção de edifícios em Porto Alegre, além de quebra-quebras em canteiros de obras do Rio de Janeiro. (Aliás, esses quebra-quebras e outras formas de "revolta", aqui e alhures, dificilmente são noticiados pelos periódicos, em vista do pouco interesse dos sindicatos pelegos em divulgarem, e do muito interesse dos patrões em abafarem.) Com exceção dos "quebra-quebras", quase todos caracterizados por uma revolta incontida contra a opressão, a desumanização e quase a escravidão dos canteiros, os outros movimentos se pautaram por uma linha de reivindicações muito claras, a nível das condições de vida: aumento salarial, transporte e alimentação adequados, e de condições de trabalho.

Um dado importante, relativamente aos conflitos assinalados, é que, na sua quase totalidade, eles surgiram e se processaram à margem ou à revelia dos sindicatos. Além de todas as dificuldades assinaladas anteriormente, próprias da especificidade do trabalho no setor, que contribuem para a pouca representatividade desses sindicatos, **muitas das questões que envolvem a resistência dos operários dizem mais respeito às condições de trabalho do que às meras reivindicações salariais, e isso, só um sindicato combativo, com raízes nos canteiros, poderia levar adiante.** O fruto de muitas dessas greves do fim da década de 70 e início de 80 tem sido a organização de oposições sindicais, tentando, através de propostas trazidas pelos operários, criar uma nova base de lutas e assim conquistar o Sindicato. A não ser em Vitória e na associação de Barcarena, isso foi muito dificultado pela crise econômica que se abateu sobre o setor. Reduzidos númerica e qualitativamente em seus quadros, essas oposições tentaram não deixar morrer a chama da união, sobretudo através das formas associativas que se dão fora da produção. Assim, nas associações de bairro, nas pastorais operárias, nas comunidades de base, nas entidades culturais, onde é forte a presença dos construtores, eles vão mantendo seu espaço de aprendizado de união e de solidariedade. A dispersão dessas modalidades de associação acompanha a dispersão espacial dos operários nos seus locais de moradia e nas unidades produtivas.



* Barbosa Alvim, M.R., e Leite Lopes, F.S. — "A Construção do Movimento dos Operários da "Construção"", rev. *Aconteceu Especial*, 1980 (34–35).

De qualquer forma, o processo organizativo dos trabalhadores da construção nos últimos anos tem combinado a ação direta através dos quebra-quebras ou paralisação dos canteiros, ações na justiça, o aliciamento direto de obra em obra para greves, assembléias nas portas das obras, associações fora do setor de trabalho e greves gerais. Diante das características próprias das relações de produção do setor, podemos concluir que a combinação dessas formas de resistência, mais do que evocar o "pré-racional" e o "pré-político", mostra sua eficácia própria. Barbosa Alvim e Leite Lopes, no artigo citado, chegam a falar de uma "negociação coletiva indireta e dissimulada através dos quebra-quebras", pondo a nu o grau de exploração e de não-cidadania desses operários que só através de gestos assim são ouvidos. Chamam a atenção da opinião pública e das autoridades (inclusive sindicais), exigindo alguma fiscalização sobre suas condições de trabalho. Assim, o quebra-quebra é uma forma adequada à dispersão, à alta rotatividade e ao isolamento dos trabalhadores da construção.

Por fim, pode-se dizer que **não podemos pensar a luta operária de forma evolucionista, em que a "ação direta" representaria o primitivo e a greve geral, o moderno da ação sindical de massa.** Pelo contrário, **as formas de resistência** (como muito bem ilustra o caso de Vitória, narrado nesta revista) **dependem tanto da especificidade da categoria, da peculiaridade do processo de trabalho como da conjuntura política geral e, principalmente, da conjuntura particular da classe trabalhadora.**

Para finalizar, gostaríamos de chamar atenção para a aparente contradição na descrição da identidade dos construtores. De um lado, a diferenciação interna, a divisão e a competição, a dominação que penetra a produção e se extravasa nas horas de descanso e na alimentação, o nomadismo dos trabalhadores, a alternância do trabalho por produção e por jornada, a oposição entre os diferentes profissionais e categorias dentro do processo de trabalho. Em resumo, tudo contribui para dividi-los? De outro lado, a solidariedade construída com dificuldade se transforma em organização e faz história.

Essas contradições não são apenas do artigo. **Correspondem antes à própria realidade conflitiva dos operários, onde sua submissão às ciladas do capital contracenam com a resistência à exploração e à alienação.**

Resta-nos dizer que a luta continua! Continua tanto nos momentos de greve geral e de quebra-quebra como na arena sem espectadores dos canteiros de obras, onde, dia a dia, os construtores se constroem também.

O processo capitalista de produção na construção civil: o caso de Belém

Afonso Flohic

Um novo modo de produzir o espaço construído toma conta da Construção Habitacional em Belém, revoluciona antigos métodos e vai implantando a produção capitalista para atender a um mercado em rápida expansão.

No entanto, as transformações têm um ritmo descontínuo, sucedendo-se atividades intensas e momentos de estagnação.

Belém do Pará: configuração do processo de exploração na construção civil

Como em toda a cidade do Brasil, nas últimas décadas, a população de Belém verificou um crescimento importante e isso exigiu uma remodelação da cidade. Edifícios de vários andares começaram a surgir na cidade, pipocando aqui e ali, no meio e no lugar de velhos casarões construídos no fim do século passado. Novos conjuntos de casas individuais vão surgindo também nos arredores da cidade, formando novos bairros. O espaço que a população ocupa se ampliou e se diversificou.

A remodelação do espaço da cidade foi para a acumulação capitalista, no seu setor de construção civil, uma bela oportunidade para se fortalecer, sobretudo no seu subsetor da construção habitacional. Para atender a este mercado em franca expansão, os métodos artesanais inadaptados para a produção em massa de apartamentos, casas, são suplantados por uma nova organização do trabalho; a tradicional equipe de engenheiro, mestre e profissionais da construção se torna superada e as empresas de construção começam a se articular. **A construção como arte vai evoluindo para a construção como indústria.** Um novo modo de produzir o espaço construído toma conta da construção habitacional, revoluciona os antigos métodos e vai implantando a produção capitalista para atender a um mercado em rápida transformação e expansão.

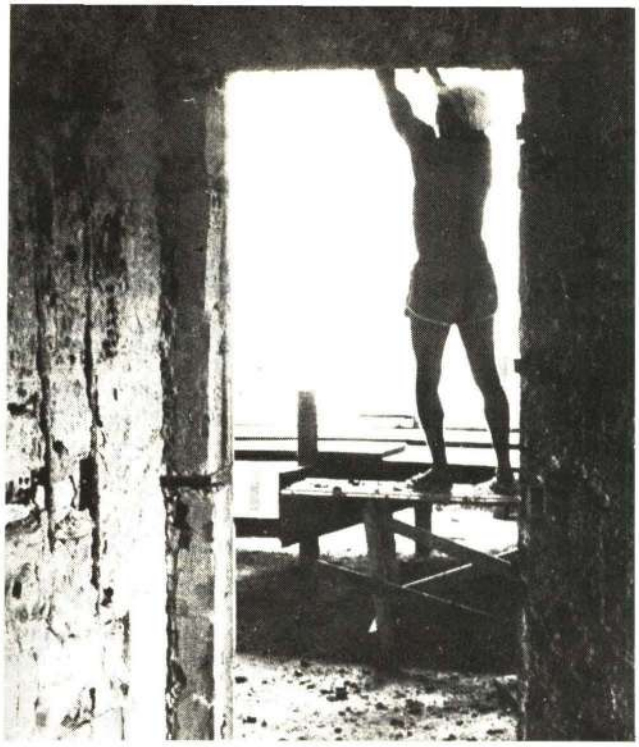
No entanto, é interessante notar que esta expansão não tem um ritmo contínuo, mas é uma sucessão de períodos com atividades intensas e de momentos de estagnação; **é conhecido que a construção é um negócio flutuante, que depende em larga escala do dinamismo geral da economia.** Nos tempos da economia da borracha, por exemplo, ela foi um setor muito importante: a prova são todos os edifícios que ornamentam Belém desde aquela época. Após o colapso da economia da borracha, a construção civil ficou estagnada por longos anos. Foi na década de 40, com as obras do Aeroporto de Val-de-Cans, a instalação do Dique Seco e a construção de alguns edifícios no centro de Belém que o setor pegou um novo impulso. A repercussão dessas obras foi decisiva porque implantou-se o uso do concreto armado que, por suas características de facilidade de produção e uso, conquistou o mercado estimulando o desenvolvimento

do cálculo estrutural e os estudos das técnicas usadas na Europa e EUA.

Em 1956 foi implantada a fábrica de cimento de Capanema para abastecer o mercado regional. Já no fim da década de 50, início de 60, as atividades imobiliárias estimuladas pela inflação encontraram condições favoráveis, graças aos empréstimos hipotecários de entidades oficiais, que contribuíram bastante para o financiamento de construção de moradia. No entanto, a produção da grande maioria de casas não se fazia ainda dentro dos moldes capitalistas, mas tinha muito mais a ver com o sistema de produção artesanal. Havia poucas firmas de construção civil que se dedicassem inteiramente à construção habitacional, e aquelas que o faziam eram pequenas e se pareciam mais com um ajuntamento de artesãos congregados numa firma passageira, durante o tempo necessário para construir um edifício. Quando o problema consistia em construir uma casa particular, bastava o antigo sistema de um mestre dirigindo alguns profissionais ajudados por serventes.

Foi em 1968 que o Banco Nacional de Habitação, que acabava de ser implantado, começou a ampliar suas operações no Pará, e a partir de 1969 as perspectivas começaram a ser promissoras para as empresas do ramo de engenharia de edificações. Firmas novas surgiram, firmas tradicionais passaram a se reorganizar ou se associar entre si; programas de construção habitacional de proporções antes desconhecidas na região foram elaborados e o setor entrou num período de euforia. A mão-de-obra fácil de se conseguir numa cidade como Belém, onde a imigração campo-cidade já era importante por causa da estagnação econômica da Região Bragantina e dos problemas camponeses na fronteira agrícola maranhense, foi mobilizada e contratada para novas tarefas de construir casas e apartamentos em Belém. Conforme dados do IBGE, as licenças para construir, que cobriam em 1965 72.827m^2, passaram em 1969 para 191.485 m^2, atingindo 235.315 em 1971.[1] A força de trabalho ocupada na construção civil passou de 7.000 trabalhadores, em 1950, para 32.000 em 1970. Mas em 1972 houve uma inversão nas perspectivas: as sociedades financeiras que administravam os recursos junto ao sistema do BNH começaram a cobrar altas taxas de intermediação, elevando os custos da construção. Muitas firmas construtoras tiveram que pedir concordata ou abrir falência; algumas, alicerçadas no comércio ou num melhor gerenciamento, tiveram forças para agüentar os anos difíceis e se firmar no mercado da construção habitacional.

[1] Ver Tabela adiante.



A partir de 1976 o setor recobrou o fôlego do início da década, e firmas nacionais de construção, como a ENCOL, apareceram para também concorrer no mercado da construção habitacional em expansão. Os pedidos de licenças para construir atingiram em 1976 a cifra de 246.355m^2, passando em 1978 para 457.964m^2, e 438.873m^2 em 1979.[2]

O mais interessante de se notar é que os edifícios de 10 andares ou mais passaram a ocupar uma proporção cada vez maior nas construções do centro da cidade. Foi nesta época que os conjuntos Cidade Nova, Satélite, Conjunto Médici foram construídos. Levantar edifícios de 10 ou mais andares, construir conjuntos de 700 a 1.000 casas individuais não poderia ser feito segundo os moldes meio artesanais dos anos 50, mas passou a exigir planejamento, financiamento, prazos de entrega, e só uma firma construtora organizada para isso poderia vencer.

Assim, a produção do espaço construído modificou-se e isso exigiu mudanças tanto a nível de empresa como a nível da força de trabalho. Construir edifícios e conjuntos requer um certo tipo de empresa com capacidade administrativa, recursos financeiros vultosos (a edificação de um prédio de apartamentos de mais de 10 andares levava, em 1982, pelo menos dois anos de construção, hoje em dia 18 meses) e recursos materiais cada vez mais importantes, que permitam reduzir os custos, trabalhar mais rápido e, no caso dos edifícios, maximizar a utilização do espaço através de técnicas novas.

[2] Ver Tabela adiante.

ÁREA RESIDENCIAL DAS LICENÇAS PARA CONSTRUIR NO MUNICÍPIO DE BELÉM (1965-1980)
Área das edificações em m^2

Anos	Área Residencial total (A)	Área Residencial 4-9 pavimentos (B)	Em Edifícios de 10-19 pav. (C)	20 e mais pav. (D)	% de 4 e mais pavimentos (B+C+D)x100/A)
1965	51062	–	–	–	–
1966	54673	–	–	–	–
1967	68245	2650	26628	–	42,94
1968	89606	5688	14475	–	22.50
1969	118142	14245	14134	8178	30.94
1970	135267	35330	8600	–	32.47
1971	189136	49374	31010	38376	62.79
1972	87601	7154	25620	–	37.41
1973	44527	–	–	–	0
1974	60449	–	7155	–	11.83
1975	3177	–	–	–	0
1976	246355	4220	46283	19140	28.26
1977	134711	14090	46938	21798	61.48
1978	457964	19607	48100	10900	17.16
1979	438873	37490	121840	46625	51.48
1980	107520	28277	38978	–	62.55

Fonte: F.I.B.G.E. – *Anuários Estatísticos do Brasil* (80-81).

A modernização no setor da construção civil

A modernização se verifica na utilização de técnicas novas de cálculo estrutural ou de fundações, como no caso da construção do Novotel em cima de um lençol lodoso. Mas **onde fica mais patente esta modernização é no maquinário utilizado nestas grandes firmas construtoras, e aí se encontra todo um leque de máquinas que vão entrando no processo de trabalho**. Se ficarmos só na concretagem de um edifício, vamos encontrar desde o compactador de concreto, com rendimento de 210m² por hora, que toma o lugar do socador manual (15m² por hora), até a bomba de concreto, que tornou muito mais prosaica a fundição de uma laje: **em vez do formigueiro de homens subindo e descendo carregando concreto, uma autobetoneira faz e transporta o concreto pronto no canteiro de obras e com o bombeamento joga-o até o andar da laje em construção.** Não faz muito tempo, a construção de lajes exigia a armação de uma floresta de esteios; hoje um equipamento treliforme sustenta todo tipo de laje e a montagem tão simples é executada pelos serventes orientados por um encarregado. O carpinteiro de formas deixou de usar o serrote para servir-se cada vez mais da serra elétrica portátil, e o monte de tábuas brancas utilizadas na construção das formas que recebem o concreto foi substituído por placas "madeirit", cortadas e preparadas nos galpões de armação fora do canteiro de obras e montadas diretamente nas obras, sendo reutilizadas até o último andar do edifício.

Muitos outros exemplos de modernização poderiam ser encontrados, mas já nos parece bem claro, em função do exposto, que se delineia um processo de mudança na arte de construir, mudança que ocorre a partir da introdução das máquinas na construção de edifícios e conjuntos, nas centrais de apoio às obras de construção e que força uma nova organização do trabalho: aparece a grande firma construtora que se consolida no mercado imobiliário em moldes de empresas capitalistas. A compra de máquinas exige investimentos pesados; para ser rentável a produção deve ser em série, seja de apartamentos em edifícios, seja de casas individuais em conjuntos residenciais. Isso exige uma divisão do trabalho cada vez maior e uma concentração da mão-de-obra e sua utilização a mais racional e produtiva possível.

Toda obra de um certo porte como edifícios ou conjuntos depende de financiamento da rede bancária, que obedece a prazos de entrega no momento em que vai ser vendida e começar a pagar os juros e a dívida contraída no momento da construção. Advém disso, também, a importância cada vez maior do setor financeiro e administrativo da construtora para coordenar as despesas em material e mão-de-obra com a liberação dos recursos financeiros. Assim, esses recursos comandam o andamento da construção de um edifício, de um conjunto ou de uma obra qualquer: se são liberados, amplia-se o quadro do pessoal contratado para tocar para frente o serviço no canteiro de obras; se a liberação dos recursos demorar, demite-se o pessoal; se os prazos de entrega estão vencendo, recorre-se às horas extras para terminar a obra. Para ganhar uma concorrência, por exemplo, opera-se uma redução nos prazos da construção. A firma construtora tem que recorrer aos investimentos em máquinas para produzir mais com mais rapidez e de maneira contínua. Ao mesmo tempo tem que organizar o tempo de utilização da mão-de-obra sistemática e racionalmente para conseguir melhor aproveitamento e maior produtividade.

No entanto, se é fácil constatar a modernização de um certo setor da construção habitacional, deve-se reconhecer também que uma parte respeitável desse setor continua produzindo casas e pequenos edifícios em bases tradicionais com pouco investimento em máquinas e administração, mas exigindo o mais possível da força de trabalho empregada, baseada no uso extensivo de uma mão-de-obra abundante.

Assim, **para produzir, transformar ou reciclar o espaço construído, o setor da construção habitacional apresenta uma grande diversidade de possibilidade de organizar a produção habitacional: desde o mais elementar processo de autoconstrução até a firma construtora organizada em moldes capitalistas que planeja e realiza um conjunto de edifícios ou mesmo uma "cidade nova".** Assim, firma-se a tendência à produção em massa de apartamentos e casas prontas num processo tecnoprodutivo que vai se especializando, superando o artesanato, organizando-se em firmas construtoras tipo manufatura e procurando as formas de produção industrial. Portanto, na evolução capitalista, a produção do espaço construído se transforma, talvez não tão rapidamente como na produção de outros bens necessários, mas também neste setor o capital aprofunda e alarga seu domínio.

Poder-se-ia perguntar: o que ocasiona todas estas mudanças? Por que a produção artesanal foi marginalizada pela produção em escala de casas e apartamentos? Por que máquinas e novas organizações do trabalho foram implantadas para aumentar a produção?

As transformações no modo de produção do espaço construído — trazidas pelo capital para ampliar a sua influência no setor da construção habitacional — fazem parte da nova estratégia para tirar mais-valia e acumular capital. A construção da casa não é apenas a produção de um bem necessário e construído para ser usado, mas doravante é principalmente a produção de uma mercadoria-casa, planejada e construída para ser vendida a fim de se extrair mais-valia. A máquina é introduzida no canteiro não para facilitar o trabalho do operário, mas para intensificar e agilizar a produção. Assim, o que dirige a produção do setor habitacional é a valorização do capital. É ela quem dita as normas a serem seguidas na construção de habitações e sua lei fundamental é a obtenção da mais-valia. Tudo o que pode favorecê-la é implantado, tal como a mecanização e nova organização do trabalho. No entanto, **máquina, organograma de produção e planejamento não produzem mais-valia. Apenas a força de trabalho viva é capaz de criar a valorização do capital.**

Nossa questão básica poderia ser formulada da seguinte maneira: **como o capital gera, usa e mobiliza a força de trabalho para obter a mais-valia.**

Seria de se supor que a utilização de processos novos, que o uso de uma maquinaria cada vez mais cara requeressem mão-de-obra treinada e preparada, seja para o manejo das máquinas, seja para ser mais eficiente no uso do material empregado. Mas, em vez disso, encontra-se o trabalhador braçal sem nenhuma qualificação, como no caso dos serventes que representam quase a metade do pessoal empregado nas firmas de construção. Seria de se esperar que um guindasteiro, por exemplo, na construção de um conjunto de edifícios fosse um trabalhador bem treinado e qualificado para o uso eficiente e produtivo do guindaste na obra. Em vez disso, quem maneja a máquina é um braçal em fase de experimentação. Uma pesquisa empírica em qualquer canteiro de obras revela que quase ninguém recebeu um treinamento para se qualificar: entrou como braçal ou servente na obra, não achou complicado o serviço, ficou observando o trabalho de um profissional, ajudou-o, saiu-se bem. E depois de passar por diversas firmas procurando ser contratado como profissional em vez de servente, o camponês de 10 anos atrás é hoje pedreiro, carpinteiro nos canteiros de obras. Este é o roteiro de vida profissional da grande maioria dos trabalhadores da construção civil.

Disso se poderia deduzir que o setor capitalista da construção habitacional não precisa de mão-de-obra treinada para o manejo eficiente e produtivo da maquinaria que ele introduziu no setor? Será que o investimento em maquinaria dispensaria o treinamento e a qualificação da mão-de-obra? Ou então, se um treinamento se revela necessário para o uso eficiente da maquinaria, do material, poderíamos nos perguntar como ele está sendo feito já que as instituições formais dedicadas a isso não possuem estrutura suficiente para preparar a força de trabalho exigida pelo crescimento do setor da construção habitacional. Os cursos do SENAI dificilmente formam uma centena de trabalhadores por ano nas qualificações de pedreiro, carpinteiro e mestre-de-obra. A Escola Técnica Federal dá um curso de Edificações com turmas semestrais e poucos alunos. Porém, poucos serão contratados pelas firmas de construção e o curso é mais uma preparação para o vestibular de Engenharia civil do que uma formação profissional.

As instituições de formação profissional são pouco habilitadas para responder à demanda de mão-de-obra especializada que o capital, no setor da construção habitacional, necessita para aumentar a produção e ser mais rentável. O problema seria de se perguntar então como faz para transpor essa barreira. Ou seja, como o capital através da firma construtora de tipo capitalista arruma a mão-de-obra de que precisa, usa e submete-a para rentabilizar os seus investimentos em capital e meximizar seu lucro. Pensa-se sempre na construção civil como o escoadouro dos grandes contingentes de trabalhadores não-qualificados que deixam o campo e imigram para a cidade. Em período de crise fala-se da construção civil para manter o nível de emprego. Mas ela contribui também para manter a rentabilidade dos capitais produtivos dos empreiteiros através do uso intensivo e predatório da mão-de-obra empregada. É o setor, por exemplo, que tem o maior índice de acidentes e de doenças do trabalho (Conferência de W. Mendes Pascoal, médico do Ministério do Trabalho – SPAT/83). O uso indiscriminado das horas extras é muito comum nos canteiros de obra; as reclamações trabalhistas dos operários da construção civil na Justiça do Trabalho são numerosas. Tudo isso denota como os trabalhadores são submetidos às exigências do capital e forçados a adaptar-se à intensificação do trabalho pelas máquinas, pela divisão e organização do trabalho a partir dos escritórios de engenharia. O valor do uso da força de trabalho é assim transformado e "é definido pela aptidão que tem de inserir-se no processo de valorização do capital e nas condições técnicas determinadas pelo capital".[3]

Mas, se o capitalista estrutura o trabalho para garantir o lucro máximo, encontra também reações. A desvalorização da força de trabalho através das transformações no sistema das forças produtivas não consegue a subordinação completa do trabalho ao capital e isso aparece também num setor como a construção habitacional. Em 1981 e 1982, por exemplo, a categoria organizou passeata em direção às sedes da Delegacia e do Tribunal Regional do Trabalho e até uma paralisação quase completa dos canteiros de obras durante cinco dias, em 1982. Paralisações espontâneas pipocam o ano todo nos canteiros por falta de segurança, atraso nos pagamentos, não pagamento das horas extras. Isso talvez seja um sinal de que a luta contra a exploração do trabalho na construção existe e persiste.

[3] MAGALINE, A.D. *Lutte des classes et dévalorisation du Capital*, Paris, Maspero, 1975, p. 78

O processo de trabalho: do artesão ao operário

O marco teórico adotado para o desenvolvimento deste estudo é a valorização do capital pelo trabalho, quando o capital se apodera da produção e passa a transformar o trabalho tanto no seu aspecto técnico como social. Esse estudo está aprofundado especialmente no Capítulo Inédito do Capital, de Marx,[4] e tentarei aqui um esforço de entendê-lo a partir do que ocorre concretamente no setor da indústria da construção civil.

Segundo Marx, a dominação no seio da produção acontece de formas diferentes, segundo haja a submissão formal ou a submissão real do trabalho ao capital. Trata-se de um processo. Do artesão pedreiro capaz de assumir toda a construção de uma casa (que por isso reserva para si a arte e os segredos da produção e seus instrumentos de trabalho — submissão formal), ao operário da construção civil que opera uma autobetoneira (trabalho parcelado, dividido, não detém o saber-construir, a máquina não é sua, vende sua força de trabalho — submissão real), existe uma grande distância no interior da qual o processo de trabalho passa por diversas etapas.

O que é a forma artesanal ou semiartesanal na produção habitacional? Ela é definida pelas seguintes características: os trabalhadores são artesãos, pedreiro, carpinteiro, etc. e trabalham como autônomos, com um ou dois sócios e ajudantes. As relações que o mestre artesão mantém com seus companheiros de trabalho não são de natureza capitalista, mas é, enquanto responsável pela obra, que ele recebe uma remuneração maior do que a dos seus companheiros. O trabalhador utiliza ferramentas simples, próprias e manuais. O tamanho do canteiro de obras é necessariamente modesto e a divisão do trabalho é reduzidíssima: o mestre artesão é o respnsável pela execução da obra toda ao longo da construção. A maior parte do trabalho se dá no canteiro de obras com o material levado para lá, seja em estado bruto (areia, barro, pedras), seja semindustrializado (tijolo, cimento, madeira).

No entanto, como a construção é mais uma agregação de elementos provenientes de ramos de atividades diversas, aparecem muitos elementos em estado acabado para serem logo montados, como caixilharia, portas, janelas, equipamentos elétricos e hidráulicos, sendo que estes podem ser feitos de uma maneira artesanal ou industrial.

[4] Marx, Karl. Capítulo Inédito. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

Na forma artesanal, o processo de trabalho pode ser definido como a unidade do trabalhador com seus instrumentos de trabalho. Ele age sobre os objetos de trabalho por meio do instrumento de trabalho. "O operário consome os meios de trabalho como veículo de sua atividade, e o objeto de trabalho como matéria na qual seu trabalho se apresenta."[5] O trabalhador utiliza o instrumento como uma coisa que é dele, de modo racional, mediante o uso da própria inteligência e, conseqüentemente, do próprio conhecimento da natureza desse instrumento, de suas possibilidades e do objeto sobre o qual tal instrumento é utilizado.

É o trabalhador que conduz as fases de produção da construção, desde a concepção até sua execução. O seu trabalho é qualificado. Toda a potencialidade e habilidade tanto manual quanto intelectual são traduzidas na produção de uma casa particular e única. Nesta situação é o trabalhador que comanda o processo de produção e a sua ação parte de uma consciência, de uma ciência que ele possui acerca do processo produtivo. Ele se realiza no trabalho fazendo uma casa, um produto útil capaz de satisfazer necessidades.

Diversas categorias profissionais vão intervir no andamento da obra como pedreiro, carpinteiro, pintor, mestre e servente, mas não há classes. Não há criação de mais-valia: o trabalhador trabalha para a sua subsistência e a melhoria do seu consumo familiar, mas não visa à acumulação. Sua renda depende em boa parte da habilidade e da qualidade do seu trabalho que é diversificado e estimulado pelo fato de ter que dar respostas aos problemas surgidos no decorrer da construção.

É por isso que **na forma artesanal o profissional se qualifica no canteiro de obra mesmo, no contato com os outros profissionais para ganhar a arte.** Há mobilidade do trabalho, mas não é mobilidade para o capital, já que o trabalhador comanda o processo de trabalho em conformidade com as suas forças e sua arte. Há um aperfeiçoamento da profissão e uma ampliação dos conhecimentos para exercer o ofício em toda a sua extensão. Por isso, a qualificação é importante e se formam profissionais competentes na repetição dos mesmos gestos e na experiência cotidiana. O profissional é apresentado por outro profissional que garante o seu trabalho.

Se, como escreve Marx, nos **Grundisse**, "o que importa no artesanato é a qualidade do produto, a habilidade particular de cada trabalhador"[6], a produção capitalista ignora totalmente uma relação desse tipo: o que é importante para a produção capitalista é a produção em massa das mercadorias, porque o que o capital procura é o valor de troca e a mais-valia...

Analisando a forma capitalista de produzir o espaço construído, por exemplo, podemos constatar facilmente que a produção se dá de uma maneira bastante diferente da forma artesanal:

---

[5] MARX, Karl. Capítulo Inédito, *op. cit.*, p. 19.

[6] MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'Economie Politieque, op. cit.*, v. 3, p. 139.

- os trabalhadores são assalariados, recebem quantias fixas, ou então ganham por produção ou tarefa, mas a referência é o salário;
- a produção usa a força motriz de máquinas, não somente para multiplicar a capacidade do trabalhador, como no caso do compactador de concreto ("um peão que trabalha por quinze", como diz o folheto de propaganda), mas também para substituí-lo em tarefas cada vez mais numerosas. Os canteiros estão sendo invadidos por betoneiras, autobetoneiras, guindastes, vibradores, etc. Isso exige uma imobilização crescente de capital constante;
- o tamanho do canteiro se amplia devido ao uso cada vez maior de máquinas, e com ele se estende sistematicamente a divisão do trabalho;
- aparecem os técnicos de construção, os encarregados, o pessoal da administração, da fiscalização, os escritórios de engenharia, de vendas, diversificam-se os cargos e as tarefas tendem a ser parceladas. O pedreiro é induzido a especializar-se em tarefas definidas, seja serviços de alvenaria ou de revestimento como reboco ou chapisco, ou seja, colocação de ladrilhos, azulejos e marmorite. O carpinteiro passa a ser classificado como carpinteiro de forma, carpinteiro de esquadrias, carpinteiro de acabamento, marceneiro;
- o canteiro de obras não é mais um centro que vive por si só e ao redor do qual homens e materiais vão se aglutinando para erguer a obra. Extrapola-se e articula-se com outras obras da mesma forma e até com outras empresas que não fornecem apenas o material bruto e sim o material beneficiado. O concreto é trazido pronto em autobetoneiras da central de concreto para ser usado na hora. As formas que vão receber o concreto, a armação de ferro chegam já quase prontas dos galpões das construtoras ou de firmas especializadas. O canteiro se torna cada vez mais um local de montagem de componentes;
- o trabalhador que na produção artesanal dirigia o trabalho e a produção, passa a ser dirigido por uma outra autoridade que lhe faz frente como força estranha. As técnicas de produção e as formas de organização do trabalho lhe são impostas de fora a fim de torná-lo o mais produtivo possível. Ele se tornou um meio para o processo de valorização e está trabalhando para dar mais-valia. O que se exige dele é que saiba se adaptar a todo instrumento técnico ou organizacional implantado para valorizar o capital.

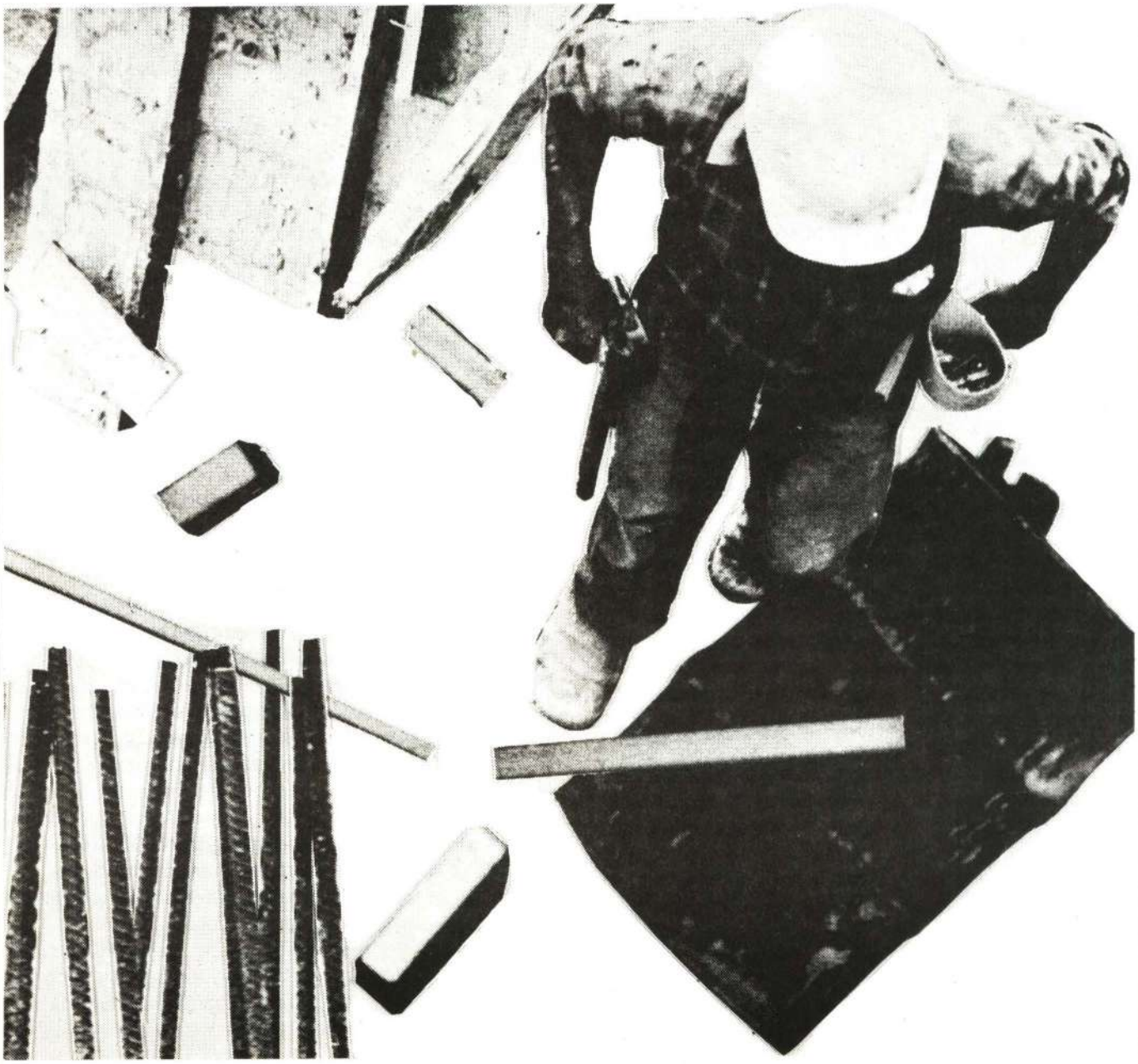
A passagem da forma artesanal para as atividades manufatureiras ou de tipo industrial não se faz nem de forma linear nem de maneira mecânica. Na verdade elas subsistem tanto em termos de tempo como de espaço, isto é, ambas são contemporâneas e às vezes estão presentes no mesmo canteiro de obras; mas visando sempre à valorização do capital. As formas de autoconstrução ainda lembram o processo artesanal. E na etapa de acabamento em particular, mesmo dentro do espaço de trabalho das grandes construtoras, as pequenas empreiteiras trabalham baseadas no saber profissional de seus contratados. A vigilância intensa e o controle rígido ligados ao "ganho por produção" na fase final das edificações lembram as dificuldades da submissão real do trabalho, dentro do processo produtivo global da construção civil.

Graças à complexidade das relações sociais de produção no interior dos canteiros é que a construção civil ao mesmo tempo aponta para uma racionalidade do capital e não consegue realizá-la cabalmente.

A formação do trabalhador em construção

Carlos Minayo Gomez

Entendemos por Formação o processo vivido pelos trabalhadores na sua confrontação com o capital: tem uma dimensão subjetiva de interpretação das manifestações da luta de classes; e uma dimensão objetiva que se reflete no caráter das organizações construídas no processo de lutas.



Introdução

Quando falamos em FORMAÇÃO no âmbito da classe operária, e no caso concreto dos Trabalhadores da Construção Civil, temos implícita uma teoria do conhecimento: aquela que combina a teoria e a prática, e a partir desta nos remete a um avanço maior em termos de compreensão da realidade e da organização para transformá-la. Falamos, portanto, do conhecimento dialético, que, ao mesmo tempo, nos situa no interior da totalidade já dada pelo modo de produção de nossa sociedade (classes sociais, luta de classes, dominação, determinação do econômico, etc.), e nos conduz à especificidade de uma realidade pequena com a qual trabalhamos. Isto é, esse contexto menor é marcado como um microcosmo por todos os elementos da totalidade maior, mas realiza-se, reage e se transforma de forma muito peculiar, pois é marcado pela história, pela ação dos homens que aí se organizam, lutam, resistem, dominam ou são dominados, transformam e são transformados.

Entendemos a formação aqui como um momento no processo de formação da consciência. Esse processo tem uma dimensão subjetiva, de interpretação das manifestações da luta de classes, e uma dimensão objetiva que se reflete no caráter das organizações construídas no processo de lutas. Organizações que nascem de confrontos específicos entre as classes a partir das experiências comuns e de reconhecimento mútuo que os trabalhadores vivenciam em cada uma das pequenas e constantes lutas diárias até chegar à percepção do corpo coletivo e real que eles mesmos constituem enquanto classe. Neste sentido buscamos analisar a necessidade de superação da "divisão do trabalhador", divisão essa criada e reproduzida pela dominação capitalista.

Primeiro, aquela originada no interior do processo de trabalho a partir das técnicas usadas pelo chamado "gerenciamento científico" e fazem parte do processo de subsunção real; alienação como produtor pela fragmentação das tarefas, expropriação do saber e controle hierárquico.

Segundo, a divisão que separa as instâncias sindicais das lutas cotidianas levadas nas unidades de trabalho. Essa dicotomia tão presente no movimento operário é, de certa forma, benvinda e incentivada pelo capital, pois permite a burocratização do movimento nos aparelhos sindicais e torna as lutas das fábricas sem canais de expressão organizada.

Terceiro, a divisão que separa os campos de luta do movimento operário: seu seria o campo sindical, apenas referido ao econômico, isto é, a luta pelos salários. O campo da política com P maiúsculo seria atribuição de outros.

Ora, um tipo de formação de cunho dialético, ainda que privilegie determinadas instâncias por causa das necessidades reais e por causa do estágio concreto de desenvolvimento organizativo dos trabalhadores, tenta superar as divisões e trabalhar com a totalidade. O desvendamento que se processa em termos de formação da consciência não tem limites, a não ser os dados pelas condições sócio-econômicas e políticas que o engendram.

É dentro desta visão que pensamos o trabalho de formação sindical, de capacitação (entendida como apropriação de conhecimentos e habilidades) para a ação, direção e gestão sindical. O próprio conceito de sindicato que aqui usamos está muito mais referido à organização dos trabalhadores enquanto categoria, do que ao aparelho conduzido burocraticamente por uma diretoria. Portanto, **a FORMAÇÃO é entendida por nós como um processo, uma perspectiva, um dos componentes do longo percurso a ser realizado pelo movimento ou por uma categoria operária.** Ela ultrapassa o conceito tradicional de intervenção educativa e pode ser entendida como processo social. Ela se dá na luta do dia-a-dia, reforça-se na resistência individual ou organizada dos operários e tem seus momentos de forte expressão nas greves gerais. Mas ela pode ser pensada, também, como um processo de intervenção que visa colaborar no conjunto das lutas dos trabalhadores. Desta forma, comporta alguns elementos importantes:

— tem como ponto de partida as lutas existentes em todos os níveis de uma determinada categoria: o das organizações locais, formais ou informais, e das lutas cotidianas que se passam nos locais de trabalho;

— supõe uma atenção e compreensão aguda dos aspectos culturais das manifestações simbólicas e do nível de senso comum e de bom senso dos grupos de trabalhadores com quem atuamos;

— apóia-se no enfrentamento e no confronto dos sujeitos sociais com sua realidade e da forma como reagem organizadamente.

Uma observação final introdutória diz respeito aos métodos de formação. Isto é, quais são os instrumentos e recursos apropriados para interferir no processo de formação da consciência, a fim de garantir um avanço coletivo dos grupos no interior do movimento operário. Esse instrumental para a formação nos é dado pelas próprias experiências que aparecem no interior desta Revista e poderiam ser assim resumidos:

— vinculação da teoria com a prática, da participação nas lutas operárias como condição de avanço, da incorporação dos elementos da realidade vivenciada de forma pessoal, conjuntural e histórica;

— comunicação como questão da teoria da aprendizagem, onde se leva em conta a experiência cultural, simbólica e ideológica do grupo com quem se trabalha;

— programação e avaliação do trabalho, tendo em mente os objetivos propostos e a sua consecução como um processo. Portanto, toda avaliação é processual e leva em conta o ponto de partida, o ponto onde se está e os objetivos propostos;

— a testagem dos conhecimentos se faz de muitas formas, mas particularmente a partir do estágio organizativo e pela participação dos trabalhadores. Tal tipo de formação visa menos à integração das pessoas, e mais a seu potencial criativo, crítico e transformador.

Após essas notas iniciais que colocam o tema da FORMAÇÃO no quadro teórico no qual nos movemos, partimos para abordá-lo referido à categoria dos trabalhadores da construção civil. É um desafio aprofundar esse assunto no que diz respeito a essa categoria tão complexa, cujo perfil sempre escorrega de nossas mãos, pelo caráter ambíguo e precário de sua inserção no mercado de trabalho e, em conseqüência, pelas dificuldades de um trabalho educativo organizativo mais sistemático como habitualmente se desenvolve com outros segmentos operários.

Nosso interlocutor é o técnico/assessor enquanto interveniente na dinâmica da formação.

Dilemas e perspectivas

Existem reais dificuldades no processo organizativo dos trabalhadores da Construção Civil, dificuldades criadas pela organização do trabalho específica do setor. Mas como enfrentar os desafios e responder em termos de conteúdo e método no trabalho de assessoria às necessidades dos trabalhadores?

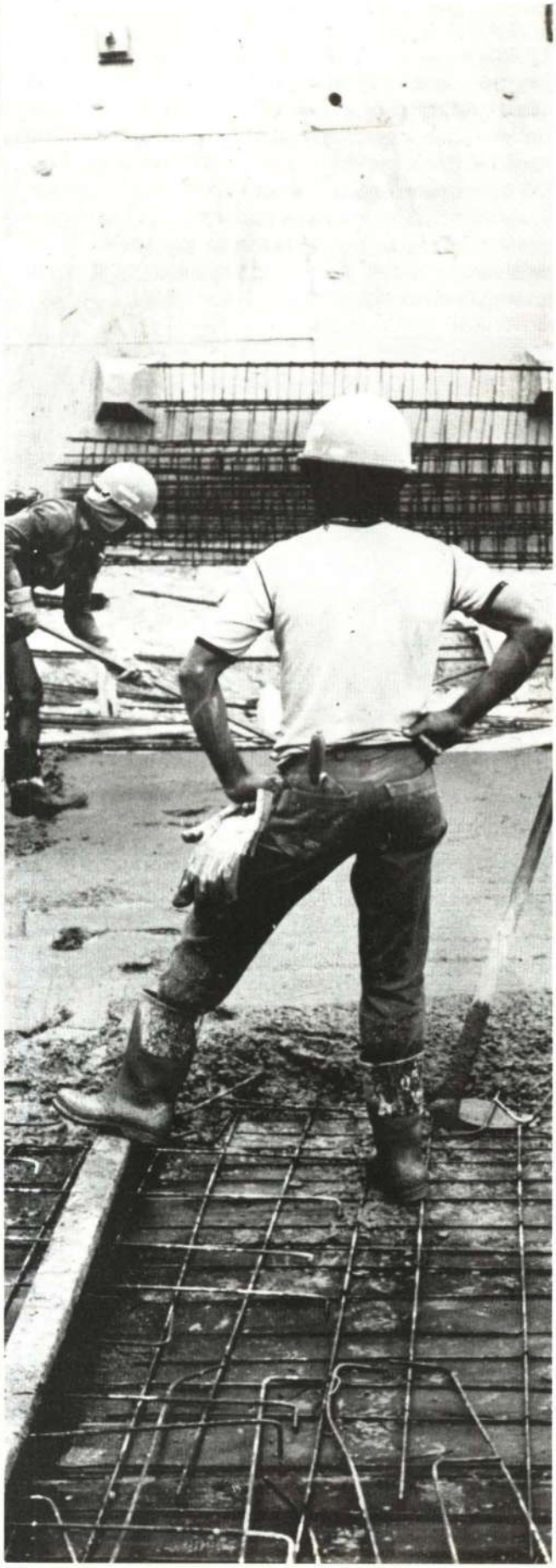
Quando se trata de pensar o processo educativo-organizativo da classe trabalhadora, é habitual se ouvirem opiniões insistentes sobre as dificuldades em relação ao trabalho com a construção civil. Nossa posição em relação ao tema tem uma dupla face. **De um lado, reconhecemos que as dificuldades são reais** e, para isso, além do senso comum, temos o testemunho de todas as experiências referidas nesta Revista. De outro, temos uma pergunta: **não haveria uma especificidade tanto em relação ao conteúdo quanto ao método educativo-organizativo a ser descoberta e trabalhada pelos técnicos que assessoram esses trabalhadores?**

Estamos diante de uma categoria numerosa e experimentando conflitos de todos os níveis. Arrancados de suas raízes rurais, os trabalhadores, na sua maior parte, lutam pelas necessidades mais primárias e imediatas, em busca de um espaço sócio-econômico e cultural nos grandes centros. Sentenciados a serem "peões" agora nas cidades, vivem mal, conseguindo apenas reproduzir sua força de trabalho. As condições de trabalho são péssimas e algumas vezes fazem lembrar o regime escravo, seja pela opressão dos níveis de salário, seja pela dominação sobre a organização do trabalho que atinge até o âmbito doméstico da vida dos operários.

A representação da categoria vive alheia a suas lutas cotidianas, seja para melhorar as condições de vida, seja para quebrar a dura opressão dos canteiros de obra. Além disso, como já foi referido num dos artigos da Revista, os trabalhadores da construção se queixam de discriminação mesmo no interior da classe operária. Sentem-se menosprezados pelas outras categorias e, inclusive, pelas centrais sindicais. Isto é, os preconceitos de que são vítimas nos canteiros de obras perpassam os mais diferentes grupos sociais e são incorporados pelo próprio movimento operário, que revela aí suas contradições e suas dificuldades de lidar com a peculiaridade deste segmento da classe.

Por fim, poderíamos dizer que, se alguns sindicatos da categoria têm conseguido, em certos momentos, nos últimos anos, responder aos interesses de seus associados, dificilmente puderam dar continuidade às propostas que garantam os direitos mínimos dos trabalhadores.

Sem dúvida, o quadro sintetizado acima e descrito exaustivamente nos vários artigos da Revista, constituem pesados desafios com que se confrontam aqueles que pensam em contribuir para a organização da categoria, sejam ativistas ou agentes externos solidários à causa dos trabalhadores.



Nossa reflexão não pretende se deter na avaliação dos encaminhamentos dados nas diversas experiências contempladas nesta Revista e sim recolher delas dados que permitam formular uma visão prospectiva do trabalho organizativo. E, para isso, **é necessário repensar, na intervenção, o que a ultrapassa, isto é, os vários elementos que compuseram os quadros das lutas organizativas mais bem sucedidas, ao mesmo tempo que as possibilidades das lutas cotidianas e não institucionalizadas como expressão de resistência.**

Tomemos a experiência de Barcarena, no Estado do Pará. Sem existir oficialmente o sindicato, a partir da associação (estágio anterior à obtenção da carta sindical), a equipe da FASE, num curto espaço de tempo conseguiu contribuir para grandes mobilizações da categoria. O nível de reivindicações e lutas chegou a tal ponto que, em 1984, a categoria conseguiu ali um dos índices de produtividade mais altos do País. Perguntamo-nos: poderíamos concluir, a partir daí, que a assessoria atuou de forma mais competente do que os técnicos que atuam em outros Estados? Sem retirar o mérito do trabalho da equipe, temos que considerar os vários fatores que levam os trabalhadores de Barcarena a serem mais combativos do que a maioria da categoria como um todo.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta o fator da concentração operária com vistas à implantação de infra-estrutura urbano-industrial do consórcio Albrás-Alunorte. Ora, trata-se de algo muito importante que se repetiu em outra parte do País e,com outros atores sociais, como é o caso de Vitória narrado na Revista. Ali tratava-se da construção do pólo industrial de Tubarão. Em ambos os casos, garantir a produção dos trabalhadores é conjunturalmente estratégico para um plano de desenvolvimento capitalista que ultrapassa tanto o conteúdo de sua produção em si, como os projetos locais de organização. Em tais circunstâncias, para as empresas construtoras a necessidade de garantir os prazos das obras é muito crucial, favorecendo as negociações com os trabalhadores e suas conquistas.

Além dos aspectos conjunturais favoráveis à categoria há outros que podem ser entendidos a favor da experiência de Barcarena. A grande concentração operária facilita tanto a comunicação como a união em torno das mesmas demandas.

A presença marcante, no conjunto dos trabalhadores dos chamados "peões trecheiros", quer dizer, de trabalhadores que percorreram diversas regiões do País, é um fato sócio-cultural que não pode ser desprezado. Muitos deles participaram de grandes obras (Ponte Rio-Niterói, Tucuruí, etc.), onde viveram situações conflitivas e já têm, assim, prática de luta. Por fim, há também um fato que merece ser considerado. Nas grandes obras de infra-estrutura, o trabalhador vive uma experiência mais

cabal de "operário industrial" do que seus companheiros da construção habitacional. Aqui se mistura ainda o processo de trabalho onde domina a máquina com o artesanal, onde o trabalhador é um profissional e defende seu poder através de um saber específico. Nas grandes obras a subsunção formal vai cedendo mais e mais lugar à subsunção real do operariado que, assim, adquire também novas formas de relação e de resistência ao capital. A perspectiva de greves os une mais facilmente do que os trabalhadores de um edifício, por exemplo, onde os interesses de quem produz por jornada e de quem trabalha por produção estão em conflito.

Afirmar esses pontos que facilitam tanto os ganhos como a organização operária, no entanto, não significa afirmar ao mesmo tempo a irrelevância da ação dos técnicos. Muito pelo contrário. Tanto em Barcarena como em Vitória a assessoria foi fundamental. Ela tem um papel imprescindível e reconhecido pelos trabalhadores, particularmente quando é capaz de detectar os pontos onde sua intervenção pode proporcionar saltos qualitativos do movimento operário.

Além dos casos de Barcarena e de Vitória, em que a categoria, de certa forma, estava em situação conjunturalmente favorável, há as outras situações mais habituais dos trabalhadores de construção civil (particularmente os de construção habitacional) e que constituem a confrontação diária dos técnicos da FASE. O que as experiências ensinam em relação ao trabalho educativo? Como em outras experiências educativas, o ponto inicial comum do trabalho consiste em partir dos interesses imediatos que podem unir e reunir os trabalhadores que ainda não possuem hábitos de organização. No caso de Vitória, uma das formas de abordagem consistiu na organização de "cursos de pré-qualificação profissional", tendo em vista as reais demandas do mercado de trabalho no qual se inseriam os operários. Esses cursos não se limitaram a transmitir conhecimentos técnicos elementares, mas incluíram também um conjunto de informações sobre legislação trabalhista contextualizadas pelas necessidades concretas dos operários. Segundo nos consta, a equipe de Belém também usou cursos sobre legislação trabalhista como ponto de partida para o trabalho educativo. Todos sabemos, porém, que "cursos" não mobilizam por si mesmos, a não ser que respondam a necessidades do movimento como tal.

Para avançar no trabalho de sensibilização é preciso ir "atrás" dos trabalhadores onde eles estão. As experiências que conhecemos nos mostram que, ao lado de atender às necessidades imediatas, a primeira preocupação organizativa é tentar grupalizar os operários nos locais de moradia (por ser o lugar mais estável) e nos canteiros de obra (também local de moradia para muitos), particularmente nas grandes concentrações. Para conseguir esse intento inicial as dificuldades são variadas, sobretudo em época de crise. Nos bairros deparamo-nos com o fato de que muitos operários que participam estão desempregados ou passaram a fazer "biscates". Isso significa que têm pouco contato ou perderam a comunicação imediata com os companheiros nas unidades de produção. Nas obras a rotatividade é grande e se torna complicado realizar um trabalho metódico e sistemático. Esse é o quadro mais habitual da categoria, particularmente nos grandes centros urbanos: o caráter contingente das grandes obras, condicionado pelas políticas de industrialização e de desenvolvimento urbano, pelas políticas financeiras que influem no setor habitacional e a sensibilidade aos períodos de crise econômica.

Mas os trabalhadores também — os números indicam — estão concentrados no subsetor de construção de infra-estrutura e aí, cada vez mais, as relações de trabalho se tornam industriais. Basta lembrar que 2% das empresas do ramo empregam aproximadamente 30% da categoria. E se pensamos em termos de apropriação de mais-valia e, portanto, em poder de barganha para os trabalhadores, cabe acrescentar que 80% da produtividade do setor correspondem à construção pesada, enquanto 20% estão no subsetor de editicações.

Essas dificuldades que reiteradamente temos mencionado indicam-nos que um trabalho de base com a construção civil requer atenção muito especial para a sua especificidade. Noutras palavras: Como levar em conta as questões culturais da categoria? Isto é, como conseguir criar instrumentos de grupalização que partam da discriminação de que são vítimas os trabalhadores para transformá-los numa identificação positiva onde os vínculos operários de solidariedade e de cooperação possam ser fortalecidos? Talvez a linguagem inicial de qualquer grupalização tenha que ser aparentemente mais cultural, com preocupação no lazer, no encontro, na expressão artística e afetiva desses homens — construtores da cidade em todos os níveis. Para tal, é necessário que nós mesmos, técnicos, reconheçamos que a cultura dos imigrantes da construção civil é uma contribuição positiva muito importante no urbano onde vivemos. Apesar de todo o preconceito de que são vítimas, na medida em que constroem nosso espaço de vida, os trabalhadores trazem também sua parcela de sabedoria, de compreensão da vida em todos os campos, e sua cultura, duplamente dominada, se impõe no labor que realizam e na expressão de suas vidas nos bairros, nos alojamentos, nas festas, etc.

Como levar em conta uma intervenção a nível do processo de trabalho sabendo que, pelo caráter contingencial da obra, a categoria é peculiarmente rotativa? Isto é, nem enquanto dura uma edificação os trabalhadores permanecerão os mesmos: as três fases de construção (fundação, estrutura e acabamento) acham-se bem diferenciadas e exigem especializações diferentes. Portanto, o tempo de presença do mesmo trabalhador nas obras é limitado, a não ser que ele faça parte do corpo permanente da empresa principal responsável. Isto normalmente dificulta criar laços de solidariedade e pensar num processo continuado de luta que transcenda a questão salarial. No entanto, a peculiaridade da categoria está a reclamar da criatividade dos técnicos um planejamento que leve em conta tudo isso e seja elaborado num nível de análise que ultrapasse o senso comum quanto às dificuldades da categoria. **Noutras palavras, o projeto de atuação na construção civil deve ter como pano de fundo essa rotatividade, o caráter contingencial da obra, a diversidade de interesses entre os que trabalham por produção e os que ganham por jornada e as contradições secundárias entre os diferentes profissionais. Mas deve ter a certeza de que alguns pontos de luta superam todo o provisório que é uma obra, seja habitacional, seja de infra-estrutura.**

Por exemplo, algumas bandeiras de luta ultrapassam um canteiro de obras: normas de segurança no trabalho, a luta pela declaração de insalubridade e periculosidade nos canteiros, a luta por equipamentos de segurança adequados, além da luta pelo piso salarial e daquela que se processa no interior dos canteiros.

Por isso mesmo permitimo-nos pensar num programa que leve em conta dois níveis da realidade dos operários. Um primeiro que atenda às necessidades imediatas desses trabalhadores, e diz respeito à sua identificação cultural: programas de lazer, de expressão cultural, de atendimento à alfabetização, qualificação, documentação, etc.

Ao mesmo tempo e junto com essas atividades culturais e de caráter técnico e adaptativas ao urbano, aquelas que ajudem os trabalhadores a se grupalizarem e se organizarem em torno dos interesses da categoria, seja nos bairros, nos sindicatos ou nas obras. O "nomadismo" característico desses trabalhadores, se de um lado pode dificultar a continuidade de uma programação sistemática, de outro torna-os participantes-mensageiros em diversos lugares e para diferentes companheiros de uma experiência organizativa que faz parte de sua história de vida e não se perde.

Pensando com a mão na massa

A prática de assessoria pensada e repensada coletivamente aponta algumas pistas que é necessário ter em conta: a construção de um novo sindicalismo, as mudanças no processo de trabalho, as lutas cotidianas nas unidades produtivas e a luta histórica da categoria e da classe operária.

É bastante pretensioso ditar normas para um trabalho com qualquer categoria, e dentro da categoria com qualquer segmento específico. No entanto, permitimo-nos lembrar que o papel de assessor/técnico não pode ser único e monolítico. Depende do estágio do grupo com quem se compartilha a tarefa organizativa. Há momentos e etapas que exigem maior diretividade, o que significa investimento maior de tempo e de assessoramento. Há etapas em que o papel do agente externo pode se restringir a determinado campo de colaboração. A experiência de Vitória é marcada por essas distintas fases de atuações. Sem substituir-se aos operários e muito menos sem substituir a sua luta (voluntarismo, que freqüentemente acontece), os flancos mais diferentes da organização dos trabalhadores em construção estão a exigir solidariedade e atuação educativo-política dos assessores.

A fim de facilitar a reflexão sobre as diversas dimensões a considerar no trabalho formativo-organizativo junto a esta categoria, sistematizamos algumas orientações que, para nós, são bastante decisivas para quem deseja contribuir para o avanço real dos trabalhadores da construção.

1. O trabalhador da construção vem caracterizado pela sua condição de operário em construção, conforme foi salientado várias vezes nesta Revista. **O capital está em vias de submeter ao seu controle as expressões artesanais da produção, de configurar o trabalhador coletivo construído no processo de trabalho capitalista.** O canteiro de obras está a caminho de se transformar numa grande montadora de peças fabricadas em empresas do setor de produção de materiais de construção. E esses dois setores, de produção e de montagem, marcam ou tendem inexoravelmente a marcar o novo perfil, a nova identidade do trabalhador da construção. Essa constatação repercute no encaminhamento a ser dado ao trabalho organizativo, uma vez que adquire preponderância a atenção ao setor de produção, como podemos observar na preocupação atual de alguns assessores, em virtude da estabilidade desses trabalhadores. Eles podem compor um grupo importante que favoreça a continuidade da tarefa organizativa.

2. **A importância de contar com um sindicato atuante, para esta categoria, adquire proporções ainda superiores a muitas outras categorias.** Ele se constitui na única referência permanente comum devido, entre outros fatores, à heterogeneidade e dispersão provocadas pelo tipo de produção desses

trabalhadores. Mas aí está a grande questão para as oposições. Sem o sindicato na mão há grande dificuldade para mobilizar a categoria e sem uma categoria mobilizada não se consegue facilmente conquistar a direção do sindicato. Estudam-se formas de compor com membros de diretorias "pelegas", mas as experiências nem sempre foram bem sucedidas, dada a precariedade de recursos em comparação com a infra-estrutura montada no sindicato e a rede de relações e compromissos estabelecidos por ele com o empresariado.

Essa dificuldade de se conseguir um trabalho enraizado e com continuidade, dado o caráter flutuante das bases da categoria, conduz, às vezes, à constituição de um pequeno grupo de lideranças, com as quais se consegue até um trabalho sistemático de formação, seja através de cursos, seja pela convivência mais intensa com assessores ou militantes políticos. E nesse sentido a discussão não tem limites, chegando até ao próprio engajamento político partidário. Mas aí surge um novo problema. Esses operários, com dificuldades para manter um relacionamento permanente com as bases da categoria, ou para dar continuidade efetiva a um trabalho de sensibilização inicial, acabam abandonando ou relegando a segundo plano essa tarefa. Perpetua-se, assim, o distanciamento da categoria, o que pode se traduzir até na incorporação de um discurso que não é assimilado pelas bases. Coloca-se, portanto, um grande entrave que paralisa por certo tempo o trabalho de assessoria, desgastando-se o grupo em discussões estéreis e em programações que raramente são levadas a termo, entre outros motivos porque começa a priorizar o trabalho de relacionamento ou articulação política em detrimento do árduo trabalho de base.

3. **A formação e a organização de qualquer categoria exigem pensar no processo de lutas já existentes no interior do processo produtivo.** E mais concretamente nas manifestações de resistência à dominação nos locais de trabalho. As lutas cotidianas nos canteiros, nos alojamentos, os quebra-quebras, as pequenas greves (geralmente por atraso nos pagamentos) respondem à forma possível de expressão, de negociação, fruto de uma consciência de classe que carece de canais institucionais satisfatórios reconhecidos na ordem burguesa (no caso, o sindicato ou comissões de empresa). **A compreensão correta dessas expressões de resistência constitui o referencial imprescindível a ser trabalhado no processo de crescimento de consciência. Des-**

vendar o conjunto de relações presentes nesses conflitos representa um grande investimento para qualquer empenho formativo.

4. Um grande entrave à grupalização desse trabalhador está na sua própria auto-imagem ou "identidade negativa", que o leva inicialmente ao isolamento, à negação da sua condição e a aceitar a dominação que ultrapasse, em muitos casos, o próprio canteiro, penetra nos locais de moradia e se perpetua pelos vínculos de dependência com o mestre-de-obras e outros profissionais com quem mantém laços de lealdade, ou melhor, de submissão. Contrasta essa situação com a dos antigos profissionais e a da minoria atual que conseguiu dominar a profissão cujos conhecimentos propiciam sua afirmação profissional, sua autovalorização. A apropriação desse saber pelo capital, como indicávamos acima, gera a desqualificação comum a toda a classe operária. Portanto, não resta outra perspectiva (que não seja voluntarista) a não ser **a de entender e atingir a sua identidade operária e se incorporar na longa luta histórica da classe para superar o modo de produção atual e a própria organização capitalista nas unidades de produção.**

Finalmente, colocamos como desafio a utilização de instrumentais pedagógicos que tenham presentes os elementos anteriores. Encontramo-nos com um trabalhador forçado pela empresa, em função da valorização do capital, a mudar a concepção de tempo e do espaço próprios da sua origem rural e submetido à disciplina necessária para a organização do trabalho. Está integrado na produção, em algum tipo de consumo, mas está na cidade sem alguns direitos básicos da cidadania burguesa. E entre eles detemo-nos no que poderíamos chamar de "mundo letrado", alfabetização no sentido amplo do termo, e capacitação técnica para dirigir suas próprias organizações. Quem assessora esses trabalhadores sabe da dificuldade para planejar um programa de ação, coordenar uma reunião ou ler determinados documentos. Desenvolver esse tipo de habilidades elementares exige tempo, dedicação e, sobretudo, convicção de que esse trabalho pequeno, obscuro, pode redundar em grande avanço para que os trabalhadores conduzam com maior segurança suas próprias estratégias de luta e organização.

Reconhecemos que os saltos qualitativos de avanço da classe trabalhadora vêm menos da intervenção educativa do que de um conjunto de condições sócio-econômico-políticas, estruturais e conjunturais. Nas condições atuais, porém, dificilmente os trabalhadores da construção conseguirão organizar seus interesses e representatividade nos sindicatos sem vencer os obstáculos que condicionam seu dia-a-dia e sobre os quais se assenta comodamente a dominação do capital.

Operário da construção civil: tema de construção teórica

Maria Cecília de Souza Minayo

A Construção Civil, em que pese sua importância na realidade sócio-econômica brasileira, tem mrecido pouca atenção dos estudiosos das questões sociais e políticas. A complexidade das relações de produção aí existentes constitui ainda um mundo nebuloso, pouco explorado e refletido.

Apesar da escassa produção, há alguns trabalhos que podem ajudar, do ponto de vista teórico e/ou militante, a quem se interessa por aprofundar o conhecimento do setor.

Nossa intenção, ao comentar a bibliografia a que tivemos acesso, é contribuir para o debate, ainda bastante incipiente, sobre a especificidade da Construção Civil no conjunto do projeto industrial brasileiro e a especificidade da luta dos trabalhadores do setor no conjunto do projeto da classe operária do País.

Falaremos em geral dos trabalhos publicados e destacaremos os que julgamos fundamentais para os objetivos propostos. Dividiremos a bibliografia em quatro categorias: a literatura de cunho mais histórico, a que toma o processo de trabalho como centro de interesse, a de cunho quantitativo que dá um quadro macro do setor e a de caráter antropológico que tenta aprofundar as condições de vida, de trabalho e de participação da categoria.

Os estudos de caráter mais histórico permitem acompanhar o desenvolvimento deste segmento operário nos grandes centros urbanos do País.

Luiz Antonio Cunha (1978), em **Aspectos Sociais da Aprendizagem de Ofícios Manufatureiros no Brasil-Colônia**, apresenta uma compilação de informações a respeito dos ofícios ligados à Construção Civil na época colonial. Esse estudo permite compreender as origens da categoria, cujas primeiras atividades tiveram lugar na agroindústria, nos colégios dos jesuítas, na mineração e no artesanato urbano. Além disso, fornece-nos dados sobre a estruturação corporativa que regulava o exercício do ofício, assim como os seus estágios de aprendizagem. Tem sentido compreender as características históricas da categoria, pois, na sua maioria, os atuais sindicatos ainda refletem tendências do passado e se estruturam em torno de questões das etapas corporativas.

O livro de Carlos Ernesto Ferreira tem também uma perspectiva histórica a partir da época colonial. **Construção Civil e Criação de Empregos (1975)**, porém, tem alcance muito mais abrangente e pode ser considerado um trabalho fundamental e de referência. O autor faz uma análise da Construção Civil no conjunto da produção industrial brasileira. Mostra que, na sua história, o setor tem tido a significativa presença de três elementos: (1) em primeiro lugar, uma consonância muito grande com as conjunturas sócio-econômicas do País, em função dos produtos que realiza: infra-estrutura de desenvolvimento e edificações; (2) em segundo lugar, a intervenção dos poderes públicos, que se torna cada vez mais básica para o desempenho do setor: as atividades mais lucrativas são a construção de obras públicas; (3) em terceiro lugar, a marcante influência de tecnologias estrangeiras que determinam em boa parte as formas de atuação e a modernização dos processos de construção.

O autor analisa as duas forças que impulsionam a Construção Civil no sentido de criação de necessidades e demandas: o processo de industrialização e o processo de urbanização.

O livro mostra também as diferenças e diversidades sensíveis entre o subsetor de construção de infra-estrutura e o subsetor de edificações. O primeiro é mais moderno, industrializado, lucrativo e responsável por 80% da produtividade do setor. O segundo é mais artesanal, de custo muito elevado, absorvedor intensivo de mão-de-obra e de baixa produtividade.

O autor sugere que a tendência do subsetor de edificações, a longo prazo, é também a industrialização (como já ocorre nos países centrais do capitalismo), sob a interferência do poder público, para criar programas de grande amplitude relativos à construção de habitações populares. Segundo ele, na medida em que o poder público investir na construção de casas populares, estará garantindo que este subsetor ao mesmo tempo aumente a sua produtividade e continue absorvendo grandes contingentes de mão-de-obra.

Apesar de ter sido escrito em 1975, o citado livro é muito importante, pois faz uma radiografia das tendências da Construção Civil e serve de pano de fundo para se projetar uma ação pedagógica e sindical com a categoria.

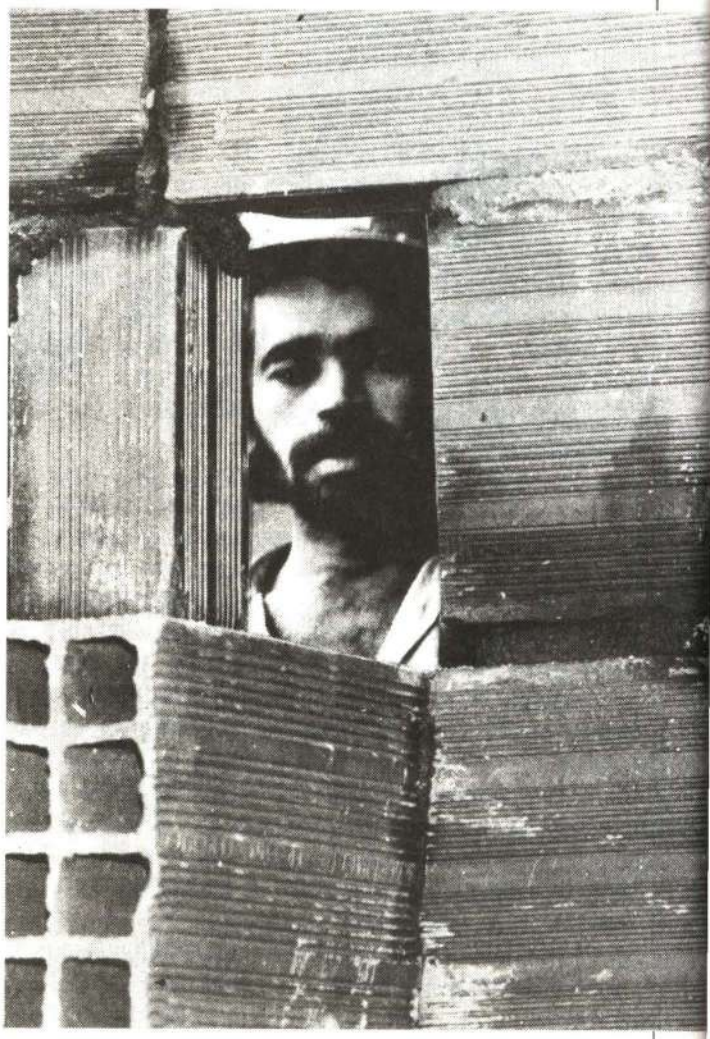
Há outros estudos que dão ênfase à questão do **Processo de trabalho** como lugar de construção da dominação e da resistência operária.

A Forma de Arquitetura e o Desenho da Mercadoria, de Sérgio Ferro (1976), analisa a subordinação do trabalho ao capital e utiliza a história da arquitetura para demonstrar a especificidade do modo de produção capitalista. Comenta o autor: "cada vez mais o trabalho na Construção Civil é parcelado, dividido, escapando ao operário o conhecimento e o controle do processo global". Para ele, na Construção Civil temos a divisão manufatureira do trabalho entre vários trabalhadores, encarregados de tarefas limitadas. O trabalhador coletivo assume o lugar do artesão. O caráter manufatureiro na construção se dá através da sucessão de etapas e de turmas de operários. No processo não há continuidade e fluidez, mas uma atividade descontínua e heterogênea. O parcelamento atinge um nível quase patológico, pois as equipes trabalham "ilhadas, separadas, ligando-se apenas através do mestre, que, se é mestre no canteiro, não passa de elo secundário na cadeia de poderes".

O trabalho de Nilton Vargas (1979), **Organização do Trabalho e Capital: Um Estudo da Construção Habitacional**, centra-se também no processo de produção e tem como preocupação fundamental entender de que maneira a organização do trabalho responde à necessidade de acumulação do capital. Para isso analisa o processo de produção como uma unidade contraditória e indivisível de dois precessos: (1) processo de trabalho em que as matérias-primas são transformadas em objetos úteis para atender às necessidades sociais; (2) o processo de valorização que consiste em conservar e adicionar valor às mercadorias.

A partir das duas preocupações básicas, o autor conclui que os métodos artesanais de produção adaptam-se às necessidades atuais de acumulação. Portanto, o subsetor de edificações ainda é o lugar de expressão do "saber" operário, o que, contraditoriamente, serve aos interesses do capital e ao mesmo tempo é fator de resistência dos trabalhadores.

Um terceiro estudo de grande importância na mesma linha é o de Lícia do Prado Valadares **et alii**, denominado **O Processo de Trabalho e a Formação Profissional na Construção Civil.** Trata-se de uma produção ainda não publicada de um grupo de pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, escrito em 1981. Os autores fazem uma verdadeira etnografia, isto é, uma descrição minuciosa e analítica do canteiro de obras, destacando as etapas do processo de trabalho.



O estudo mostra que a produção da Construção Civil se baseia primordialmente no esforço físico do trabalhador coletivo. Daí a ênfase do capital no disciplinamento da força de trabalho: o trabalho condicionado pelo relógio, tudo marcado, tudo em ritmo intenso e com grande aparato de coerção e de vigilância.

Os autores descrevem minuciosamente o processo de trabalho nas fases de fundação, estrutura e acabamento.

A análise é de uma riqueza indescritível. Primeiramente contextualiza historicamente a categoria "Operário de Construção", desde suas origens, organizações corporativas e passagem do artesão ao "operário". Em segundo lugar descreve o canteiro como lugar não apenas de um labor técnico, mas de produção de excedente, de dominação e de luta de classe. Na descrição da FUNDAÇÃO os autores detalham tanto o domínio da máquina como a exploração da mão-de-obra de baixa qualificação. Quando relata o processo de construção da ESTRUTURA, o estudo chega a detalhes sobre a especificidade do trabalho que é ao mesmo tempo concentrado, disperso e segmentado. Quando abordam o ACABAMENTO, os pesquisadores o colocam como o lugar crucial de expressão tanto da "sabedoria" dos "profissionais" como da pouca "racionalidade" do ponto de vista do capital.

Os autores analisam também a divisão social do trabalho no setor da Construção Civil que se funda: na multiplicidade de empresas, cada uma com seu contingente de mão-de-obra; numa hierarquia expressa pela ordenação de categorias profissionais e sua divisão de mão-de-obra por turmas ou equipes. A importância de se analisar as modalidades da divisão social do trabalho está particularmente na compreensão dos possíveis níveis de solidariedade capazes de conduzir e organizar movimentos reivindicatórios deste setor operário, e das dificuldades para consegui-lo.

O trabalho de Lícia Valadares **et alii** é difícil de ser resumido pelo grau de detalhamento com que se trabalham os dados do campo. Basta dizer que os autores traçam o perfil de 42 ocupações distintas que compõem o perfil do trabalhador coletivo da Construção Civil.

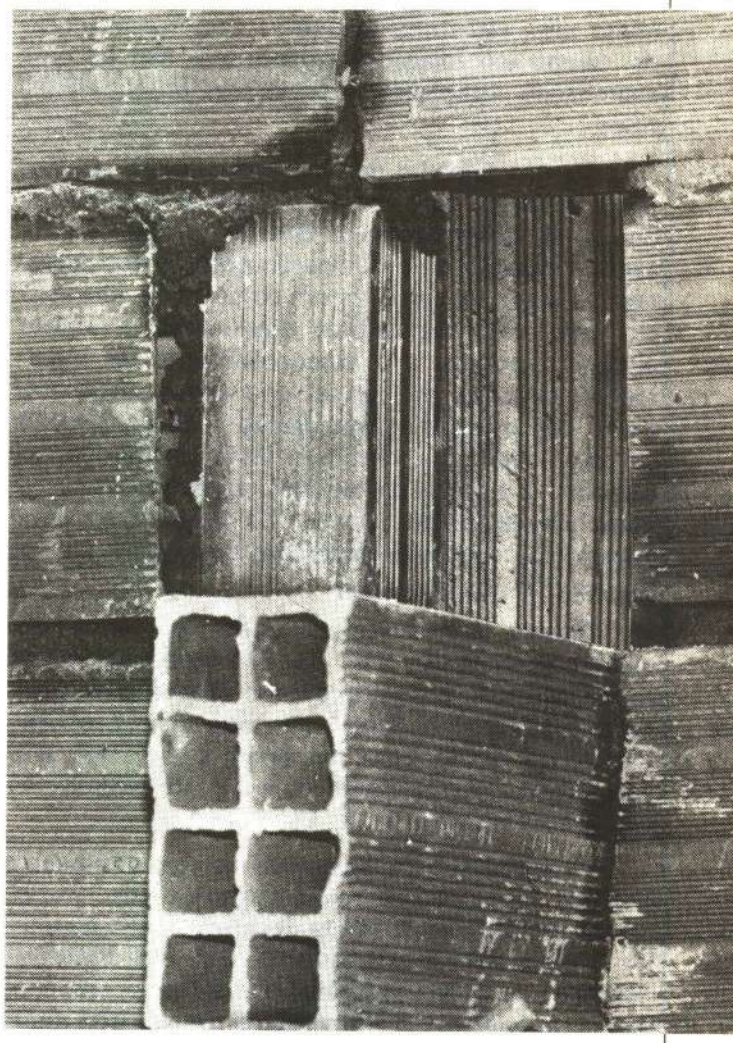
Pela abordagem clara e minuciosa esse estudo se torna um subsídio importantíssimo para quem se propõe a atuar junto com os operários do setor.

Há algumas análises de cunho quantitativo que são também importantes para situar-se a categoria no quadro mais amplo da força de trabalho industrial.

Uma delas é a pesquisa feita pela Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo (1978) denominada **Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista: Construção Civil.** Ela oferece subsídios para se pensar a relação entre o processo de industrialização e as transformações ocorridas no setor em São Paulo, mas pode ser tomada num grau de generalização maior.

No mesmo sentido destaca-se o trabalho de Dorothéa Werneck intitulado **Emprego e Salário na Indústria de Construção.** Ele discute o universo da força de trabalho ocupada no setor nas várias regiões do País nos últimos anos. Baseada em dados dos Censos Demográficos Industriais, das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) e de publicações específicas sobre o setor provenientes do Ministério do Trabalho e informações oriundas do PIS, a autora traça um quadro específico da Construção Civil. Desenha o perfil da categoria em temos de sexo, idade, lugar de origem e grau de instrução e também na escala salarial, comparando-a às outras categorias empregadas na indústria.

Por fim, há um conjunto de estudos que têm uma abordagem mais qualitativa e antropológica. Um deles é o já citado de Lícia do Prado Valadares **et alii**, particularmente o capítulo "A Etnografia do Canteiro".



Está dentro desta classificação o de Ronaldo do Livramento Coutinho, **O Operário da Construção Civil.** Talvez este autor tenha sido o pioneiro deste tipo de abordagem com os trabalhadores da Construção. A partir de observação participante e de entrevistas abertas, ele busca compreender, por meio de categorias presentes no discurso dos operários, suas representações a respeito das condições de existência. O estudo levanta questões sobre: a) o fenômeno da migração vivenciada pelos operá-

rios e o tema da mobilidade social; b) as possibilidades de ajustamento e de adaptação do migrante rural à sociedade urbana; c) a incorporação dos valores de consumo pelos trabalhadores vindos do campo; d) e o fenômeno do retorno dos operários da construção à vida rural.

Embora de caráter bastante exploratório, o trabalho traz algumas contribuições importantes. Conclui que: (a) os indivíduos abandonaram o meio rural movidos menos pela aspiração de ascensão social (como comunente se pensa) e mais pela necessidade de sobrevivência; (b) a percepção das possibilidades de ascensão profissional está ligada à aprendizagem do ofício; (c) a obra funciona como uma estrutura adaptativa dos trabalhadores do campo em relação à cidade, mas não há uma assimilação integradora dos valores urbano-industriais.

Dentro também de uma preocupação qualitativa, temos o livro de Nair Heloísa Bicalho de Souza, **Os Construtores de Brasília** (1983), que levanta a questão da participação política dos operáriso do setor. A partir de um conjunto de entrevistas com os trabalhadores brasilienses, a autora analisa a origem e o desenvolvimento do movimento operário na capital e o processo de trabalho como lugar de exploração e de construção de identidade. Ela retrata a visão de mundo da categoria e a partir da fala dos entrevistados busca compreender o que chama "Os aspectos da falsa consciência" sobre as condições de exploração e a prática política individual.

Revela a interiorização, pelos operários, do caráter depreciativo com que são tratados; a idealização do futuro dos filhos; sua alienação do processo de trabalho como um todo e do produto, isto é, do destino das moradias; e, por fim, seu reconhecimento da exploração e da subordinação ao capital.

A autora mostra que o avanço da participação política esteve quase sempre restrito aos limites institucionais traçados pelo governo, desde Juscelino Kubitschek, João Goulart até aos partidos políticos do regime militar, MDB e Arena. Isto é, a época da construção intensiva de Brasília está mais ligada à vitória em lutas salariais e em conquistas organizativas, arrefecidas pelo governos militares depois de 1964.

Gostaríamos de finalizar citando um livrinho — **Os Construtores da Cidade** — que escrevemos, com a participação de um grupo de trabalhadores do setor, do Rio de Janeiro. A partir de vinte histórias de vida e de entrevistas abertas, de documentos e de material de imprensa, analisamos as condições de vida e de trabalho da categoria. O estudo é feito numa linguagem muito simples, acessível, o que o torna possível de ser lido por qualquer trabalhador. Reconstruímos as trajetórias dos operários a partir de seus locais de origem até as periferias das grandes cidades, até às obras. Reconstituímos a sua vida nos bairros e nos alojamentos e toda a precariedade de suas condições de reprodução. Entramos, depois, com eles, no canteiro de obras, e a partir de seus depoimentos descrevemos as três etapas da construção habitacional: a fundação, a estrutura e o acabamento. Em cada uma delas analisamos a luta entre os interesses do capital e os dos operários, o que se traduz, de um lado pela vigilância, pela disciplina, pela exigência de produção, e de outro pela resistência à dominação. Reconstruímos, também, alguns aspectos das lutas da categoria, tomando documentos históricos, mas usando, particularmente, depoimentos de antigos operários. Analisamos a continuidade dessa luta e da organização dos trabalhadores, inclusive nas suas manifestações explosivas.

O trabalho, escrito como finalidade mais imediata de apoiar a Campanha da Oposição Sindical da Construção Civil do Rio de Janeiro, tem o mérito de levantar questões a partir dos próprios interesses da categoria.

Resumindo, o comentário bibliográfico demonstra que os Trabalhadores da Construção têm sido um tema de estudo ainda que de forma fragmentada. As grandes preocupações das abordagens abrangem: a especificidade do setor; a origem dos trabalhadores; o processo de produção e as condições de vida e de trabalho. Dentre os temas mais importantes a serem ainda aprofundados, destacamos: (a) Segurança e Condições de Trabalho e de Saúde, assunto da maior importância, tendo em vista a superexploração e o número assustador de acidentes que ocorrem no setor; (b) A questão da formação da consciência e da organização, dentro da especificidade da categoria; (c) Uma análise mais aprofundada sobre as Lutas e sobre o sindicalismo da Construção Civil.

O aprofundamento de qualquer destes temas será, sem dúvida, uma contribuição muito importante para o avanço na compreensão dos interesses de classe desses trabalhadores.

Bibliografia

1. COUTINHO, Ronaldo do Livramento. **Operário de Construção Civil**. Rio de Janeiro. Achiamé. 1980.

2. CUNHA, Luiz Antonio. "Aspectos Sociais da Aprendizagem de Oficios Manufatureiros no Brasil-Colônia". **Forum Educacional**. Rio de Janeiro, 2 (4), out./dez. 1978.

3. FERREIRA, Carlos Ernesto. **Construção Civil e Criação de Empregos**. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 1975.

4. FERRO, Sérgio J. "A Forma da Arquitetura e o Desenho da Mercadoria". **Almanaque**. Caderno de Literatura e Ensaio. São Paulo. Brasiliense, 2, 1976.

5. MINAYO, M. Cecília S. **Os Construtores da Cidade**. Rio de Janeiro. FASE. 1986.

6. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. **Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista**: Consturção Civil. 1978.

7. SOUZA, Nair H.B. **Os Construtores de Brasília**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 1983.

8. VARGAS, Nilton. **Organização do Trabalho e Capital**: Um Estudo da Construção Habitacional. COPPE/VFRJ. Rio de Janeiro. 1979.

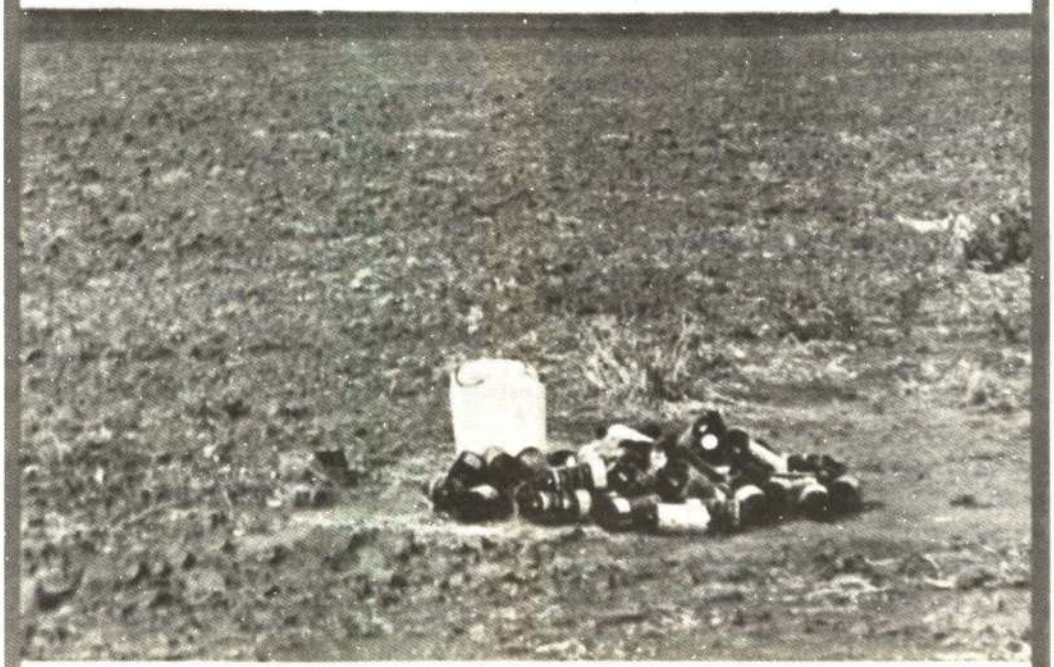
9. WERNECK, Dorothéa. **Emprego e Salários na Indústria da Construção**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 1978.

Lançamento

JANEIRO - 87

pragas e venenos: AGROTÓXICOS no Brasil e no Terceiro Mundo

David Bull
David Hathaway



VOZES OXFAM FASE

236 PÁGINAS
CZ$ 140,00

POR UM POVO-CONSTITUINTE

Neste momento em que a sociedade brasileira se volta para a tarefa de elaborar uma nova Carta Magna para o Brasil, é importante conhecer a história das sete Constituições que teve o País até agora. Destas, apenas três foram promulgadas, contando com a aprovação de uma Assembléia Constituinte algo representativa. Outras três foram impostas ou outorgadas pela força bruta da ditadura ou do autoritarismo. Uma delas foi "semi-outorgada", conforme veremos adiante. Enfim, nenhuma foi resultado de uma ruptura com o passado político dominado pelas elites não-democráticas. E agora: como será?

Toda vez que o País muda de Constituição, está em jogo uma mudança estrutural, isto é, uma transformação dos elementos mais profundos e permanentes que regem a organização da sociedade e da produção. Quando a mudança se faz por uma revolução social, as novas forças no poder fazem uma Constituição que reflete e, ao mesmo tempo, direciona as transformações concretas vividas pela sociedade e pelo novo Estado. Nela predominam os interesses das novas classes dominantes que, pelo menos naquele momento, são amplamente majoritárias.

Nenhuma das Constituições brasileiras resultou de uma verdadeira revolução social. Daí o caráter geralmente contraditório dos seus textos. A história das nossas Cartas Magnas resulta da alternância cíclica no poder de setores autoritários e liberais do capitalismo. Em todos os casos, as forças dominantes geraram Constituições que visavam ou manter o sistema sócio-político-econômico, ou modificar aspectos dele a fim de mantê-lo como um todo. É o caso das forças liberais — sejam conservadoras ou progressistas — que dirigem o processo constituinte atual. Os liberais pretendem apenas comandar a transição de um regime autoritário para um liberal: fazer modificações que modernizem o sistema capitalista brasileiro e o compatibilizem com as necessidades e interesses mais prementes das maiorias. Não pretendem, nem permitirão, uma mudança de sistema nem mesmo um projeto de transição deste sistema para outro. Podemos antecipar que aumentem os direitos do cidadão e mesmo que o poder seja algo democratizado. Mas o crucial — a ampliação da função social propriedade — será o centro da disputa política na Constituinte.

As forças sociais que constituem a maioria da população, excluídas de qualquer participação significativa no governo durante as décadas de autoritarismo e ainda pouco articuladas entre si, permanecem sem controle sobre o Estado e suas políticas. Mas, à medida que veio crescendo

sua organização e articulação de forças, aumenta também seu poder de pressão, ao ponto de influir significativamente na queda do regime militar e na abertura de novos espaços políticos. Na luta pela nova Constituição, os setores populares enfrentam hoje forças que antes mantinham um poder quase absoluto sobre a sociedade.

Ainda está longe o ideal de o povo tornar-se povo-constituinte e edificar, de forma democrática e participativa, a nova Constituição. Não nos iludimos com o Congresso Constituinte imposto pelo governo à Nação. A Constituição que ele vai elaborar decerto não corresponderá plenamente a um projeto democrático de sociedade. Mas, se nos articulamos e nos organizamos, poderemos empurrar a Constituinte no sentido de ampliar as conquistas democráticas não apenas no campo social, mas também nos campos político, econômico e cultural.

Não tenhamos tampouco a ilusão de que, mudando as palavras do texto constitucional, está garantida a mudança da realidade. A tarefa dos setores populares inclui o estabelecimento de mecanismos de controles, garantias, sanções: controles sobre o Estado e agentes privados pela sociedade civil organizada; garantias de que os dispositivos constitucionais não vão se tornar letra morta, mas sim vão ser concretamente implementados; e sanções aos que desrespeitarem ou violarem a Constituição, inclusive o próprio Estado.

Organizamos as anotações abaixo pensando nestes desafios a dois níveis, com que se defrontam os setores populares:

- capacitar-se e trabalhar na elaboração de propostas de artigos constitucionais e mesmo, desejavelmente, um anteprojeto de Constituição que corresponda às necessidades e interesses das maiorias e que aponte para uma organização democrática e participativa da sociedade brasileira. Neste nível, o desafio é repensarmos a própria estrutura da sociedade e da produção;
- organizar-se e articular-se para a ação política visando aumentar seu poder de pressão e influência no quadro atual de forças sociais que hoje disputam o espaço da criação da nova Constituição: na escolha dos candidatos constituintes; nos trabalhos da Constituinte e no movimento de pressão em favor das propostas democráticas; e na busca de um processo democrático de aprovação e promulgação da nova Constituição. Neste nível, o acompanhamento da conjuntura, a formação de um sólido movimento de pressão, a revisão periódica da estratégia e a redefinição das táticas e das alianças são indispensáveis para os setores populares.

A finalidade destas anotações é auxiliar de duas maneiras aqueles que pretendem capacitar as organizações populares para uma participação ativa no processo constituinte:

a) apresentar os dados históricos que influenciaram cada uma das Constituições, ou seja, o quadro geral ou contexto da época e a conjuntura ou situação político-social específica que serve de matriz para cada Constituição. Ver quais eram os atores políticos presentes (e mencionar quais os ausentes) nos cenários (arenas onde se desenvolveu o drama político) naquele período da história;

b) fornecer os elementos mais importantes do conteúdo ou política legislativa de cada uma das Constituições.

Este esforço didático busca facilitar o trabalho dos capacitadores, na medida em que mostra a metodologia que nos parece a mais adequada ao trabalho de multiplicação: aquela que fornece aos setores populares os instrumentos para partirem da própria análise da atual conjuntura do Brasil, dos seus respectivos Estados e municípios e do setor social a que pertencem, para construírem suas idéias sobre o conteúdo da nova Constituição e montarem estratégias de ação eficazes que garantam sua participação como sujeitos ao longo de todo o processo constituinte.

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90
Botafogo
22270 – **Rio de Janeiro - RJ**
Tel.: (021) 286-6797

Av. Beira-Mar, 216/401
Castelo
20021 – **Rio de Janeiro - RJ**
Tel.: (021) 262-2158

FASE REGIONAL NORTE

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 – **Belém - PA**
Tel.: (091) 222-0318

Tv. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 – **Abaetetuba - PA**
Tel.: (091) 751-1181

Av. Presidente Médici, 1992
68700 – **Capanema - PA**
Tel.: (091) 821-1716

Bragança - PA
(em implantação)

Rua Valério Botelho de
Andrade, 488
São Francisco
69063 – **Manaus - AM**
Tel.: (092) 234-6761

Rua Godofredo Viana, 945
65900 – **Imperatriz - MA**
Tel.: (098) 721-4474

Rua dos Afogados, 405
Centro
65010 – **São Luís - MA**
Tel.: (098) 22-1175

FASE REGIONAL NORDESTE

Rua Cedro, 52
Casa Amarela
52071 – **Recife - PE**
Tel.: (081) 268-3242

Av. Júlio Brasileiro, 1152-A
Heliópolis
55300 – **Garanhuns - PE**
Tel.: (081) 761-0747

Rua Professor João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 – **Fortaleza - CE**
Tel.: (085) 223-4056

Itabuna - BA
(em projeto)

FASE REGIONAL SUDESTE/SUL

Av. Presidente Wilson, 113
Conj. 1302
Castelo
20030 – **Rio de Janeiro - RJ**
Tel.: (021) 220-7198

Rua General Osório, 83
salas 1306/7
29020 – **Vitória - ES**
Tel.: (027) 223-7436

Rua Loefgren, 1651 - c/6
Vila Clementino
04040 – **São Paulo - SP**
Tel.: (011) 549-3888

Rua Gaspar Martins, 470
90220 – **Porto Alegre - RS**
Tel.: (051) 225-0787

Vale do Guaporé (MT)
(em projeto)

Zona Canavieira (SP)
(em projeto)

PROGRAMAS ANEXOS

Projeto Tecnologias
Alternativas
Rua João Afonso, 60-A
22261 – **Rio de Janeiro - RJ**
Tel.: (021) 286-9641

Programa de Saúde
Rua Rui Barbosa, 200
55300 – **Garanhuns - PE**
Tel.: (081) 761-0941

Projeto Apoio Jurídico
Popular
Av. Beira-Mar, 216/401
Castelo
20021 – **Rio de Janeiro - RJ**
Tel.: (021) 262-2158

Coordenação Executiva da FASE: Jorge Eduardo Saavedra Durão (Coordenador Nacional); Jean-Pierre René Joseph Leroy (Coordenador Nac. Adjunto) Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte), Antonio Acioli de Siqueira (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

FASE FASE FASE FASE FASE

A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR